

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 08/2025

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO

Presidente:	- <i>Luís Augusto de Melo Guimarães</i>
1.ª Secretária:	- <i>Rita Bárbara Pires Messias</i>
2.ª Secretária	- <i>Aida do Amparo Domingues Palas</i>
Hora de Abertura:	- 09.30 Horas
Ata da 3.ª Sessão Ordinária 12 de setembro de 2025	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Ata da Sessão da Instalação dos Órgãos do Município de 29 de outubro de 2025	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Outras presenças:	- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente <i>Vitor Manuel Correia</i> e pelos Senhores Vereadores: - <i>Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Maria Helena Chéu Guedes Vaz Ferreira Rodrigues</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Cristina Maria Ferreira Passas</i> - <i>Luís Filipe Leonor Fernandes Saraiva</i>
Local da Reunião:	Grande Auditório da ESACT – Escola Superior de Administração, Comunicação e Turismo

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Bom dia a todos. Vamos dar início aos trabalhos desta 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela.

Cumprimento o Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara *Vitor Correia*, cumprimento os Senhores Deputados aqui presentes, Líderes das Bancadas Municipais, cumprimento a Comunicação Social, o público presente e quem nos acompanha na transmissão via *online*.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Muito bom dia a todos, a todos apresento os meus cumprimentos e votos de boas festas.

Feita a chamada, passo à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

O Senhor Deputado *Tiago Fernando Teixeira Morais* é substituído pelo Senhor Deputado *Miguel Ângelo Pinto da Cunha*;

A Senhora Deputada *Graciete Cláudia Alves Ramos* é substituída pelo Senhor Deputado *Manuel Alcino Gomes*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído pelo Senhor Secretário *Hélder Armando Ruivo Castelo*;

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *Rui Filipe Mónico Jaime* é substituído pelo Senhor Tesoureiro *António André Batista Geraldo*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Bouça *Duarte José Ruivo* é substituído pelo Senhor Tesoureiro *Ricardo Miguel Bravo Taberneiro*;

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Múrias *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso* é substituída pelo Senhor Tesoureiro *António Francisco Vaz Borges*.

Registo de Faltas.

Tiago Fernando Teixeira Morais, Graciete Cláudia Alves Ramos, Joaquim António Morais Clemente, Rui Filipe Mónico Jaime, Duarte José Ruivo, Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Tiago Fernando Teixeira Morais*: Sessão de 19 de dezembro de 2025.
- *Graciete Cláudia Alves Ramos*: Sessão de 19 de dezembro de 2025.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 19 de dezembro de 2025.
- *Rui Filipe Mónico Jaime*: Sessão de 19 de dezembro de 2025.
- *Duarte José Ruivo*: Sessão de 19 de dezembro de 2025.
- *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso*: Sessão de 19 de dezembro de 2025.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas da 5.ª Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2025, dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 4.ª Sessão Ordinária de 12 de setembro de 2025 e Ata da Sessão da Instalação dos Órgãos do Município de 29 de outubro de 2025.

----- Efetuada a votação e estando 55 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata 4.ª Sessão Ordinária de 12 de setembro de 2025.

----- Efetuada a votação e estando 55 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da Sessão da Instalação dos Órgãos do Município de 29 de outubro de 2025.

1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Estamos numa situação atípica, deslocalizados daquilo que por tradição é o nosso lugar de reuniões, houve um constrangimento que nos fez mudar. Peço desculpa por não ficarem tão bem acomodados como é costume, referir também que no futuro espero que não aconteça outra vez a mesma situação porque em Comissão Permanente já marcamos as reuniões da Assembleia Municipal para não surgirem estas ocupações imprevistas do nosso Auditório Municipal.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *MARIA ANTÓNIA* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Começo por referir a decisão do Senhor Presidente da Mesa de as intervenções do público não poderem ser realizadas junto da Mesa, onde seriam alvo de transmissão visual e áudio. Esta decisão de Vossa Excelência origina que a imagem fique estática, dirigida apenas ao palco, e que a voz do público que está a intervir se ouça em fundo, o que não me parece nada esclarecedor para quem está a assistir à transmissão. Acresce ainda que, quando fazemos a inscrição para usar da palavra, é solicitada autorização para que as imagens sejam transmitidas. Assim, a minha pergunta é: quais imagens?

Apesar de não concordar com as alterações relativamente ao local das intervenções do público, se esta decisão for para manter, então considero mais adequado que haja uma câmara direcionada para o público aquando da respetiva intervenção. Fica aqui a minha sugestão.

Senhor Presidente, gostaria ainda de saber se o Executivo já fez alterações ao regulamento sobre estacionamento em Mirandela, nomeadamente no que diz respeito à alínea g, ponto 1 do artigo 11.º - isenção do pagamento de taxas, onde é referida a necessidade da existência do identificativo do veículo elétrico, de cor azul, emitido pelo IMT.

A Lei n.º 19/2024, de 5 de fevereiro, determina que o dístico azul já não é obrigatório e, portanto, o IMT deixou de ter competência para o atribuir. Compete, assim, à autarquia alterar o regulamento municipal e, por exemplo, poderá decidir emitir um selo próprio.

Vale recordar que esta questão já foi por mim colocada várias vezes perante esta Assembleia, mais concretamente em setembro de 2024, em dezembro de 2024 e em setembro de 2025. Agradecia que esta situação fosse resolvida.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Apresento um pedido de desculpas pelas minhas intervenções, ora estou num tom baixo, ora estou num tom mais alto. Isto, segundo julgo saber, deve-se a uma situação provocada por falta de audição, mas digo-lhe, eu não berro, eu falo. Não é como Vossa Excelência disse na outra Assembleia, que viu intervenções a berrar. Não é verdade, Senhor Presidente. Agora, quem devia fazer um pedido de desculpas era o Senhor e já vou explicar porquê.

Senhor Presidente, hoje, nesta Assembleia, manifesto o meu descontentamento perante o seu comportamento na outra Assembleia. Pergunto a quem está presente e esteve lá, quem teve um comportamento indisciplinado, fui eu ou foi o Senhor? Não faltei ao respeito a ninguém, não fui mal-educado com ninguém. O Senhor interrompeu-me automaticamente várias vezes, o que não pode fazer, a não ser que eu esteja a portar-me mal com alguém.

Senhor Presidente da Mesa, é aqui, na Casa da Democracia, que temos de manifestar o nosso descontentamento. O 25 de Abril deu-nos a liberdade e o direito à expressão. Senhor Presidente, parece que o Senhor Presidente da Câmara é intocável, não se pode falar no nome dele? É de barro, pode-se partir? Parece-me que sim. Bom, se assim é, não sei.

Senhor Presidente, o Senhor disse que está farto da tirolesa. Acredito que sim, mas não está mais farto do que eu, estou a sofrer com isso, mas digo-lhe uma coisa, se o Senhor está farto, só tem de pôr o assunto de lado. Senhor Presidente, os seus conselhos para mim são dispensáveis, se tiver de dar conselhos, dê-os ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, que ele precisa deles e os merecerá.

Senhor Presidente, já foram feitas recolhas de assinaturas e o Senhor ainda quer que se façam mais, isto já anda bastante empolgado e ainda quer mais assinaturas. O problema é que vocês pensam que me vão silenciar, mas digo-lhe já que isso não vai acontecer, não me vão conseguir silenciar enquanto a tirolesa não estiver resolvida. Vão ter de levar comigo, tanto aqui nas assembleias, como nas reuniões de Câmara.

Senhor Presidente da Mesa, já disse que os conselhos devem ser dados ao Senhor Presidente da Câmara e agora pergunto-lhe, porque é que não pergunta ao Senhor Presidente da Câmara a situação da tirolesa? Porque é que ainda não está resolvida? Já teve tempo, mais do que tempo.

Não se lembra de que, no dia 24 de julho, numa reunião de Câmara, disse que, se os testes fossem favoráveis, logo de imediato iria tomar uma medida para a retirar? Pois bem, os decibéis máximos permitidos por lei são 40 e foram ultrapassados, não foram mais porque o Senhor Presidente deve ter andado de campanha na mão, ou de telefone ao ouvido, a dizer às pessoas para não irem para ali, nos dias 25 e 26 de julho foi assim, no dia 27 automaticamente, foi para ali uma imensidão de gente.

Senhor Presidente, o Senhor Presidente esteve num funeral onde se encontrou com o meu advogado, o Dr. *David Lago*, a seguir foi fazer declarações por causa do Jornal de Leiria, através do jornalista *Carlos Ferreira*. Senhor Presidente, para quê mandar indiretas? Dê o “peito às balas” e resolva a situação, não seja assim, Senhor Presidente.

Primeiro, a culpa era da Senhora ex-Presidente, agora a culpa é de quem? Minha não é, porque eu só quero ver a situação resolvida.

Senhor Presidente, gostava de lhe pedir que pergunte ao Senhor Presidente da Câmara, o que é que querem fazer ali mais no parque? Querem fazer lá um muro de quantos metros de altura? Segundo me consta e segundo o que já me fizeram chegar, espero bem que não tenham o atrevimento de fazer um muro de não sei quantos metros de altura, posso até ter espírito de perdigão, mas não gosto de viver numa gaiola e não comprei um terreno tão caro para isso.

Vamos ser coerentes, vamos respeitar para sermos respeitados, porque a educação cabe em todo o lado, Senhor Presidente. Por umas verdades tiram-se outras, embora eu não tenha muito a ver com o assunto, por umas coisas vêm-se as outras.

Para terminar, pergunto-lhe qual é o dia em que o Senhor vai homenagear o Senhor *Manuel Pereira* do Romeu, disse que o iria homenagear antes do fim do ano e estamos a chegar ao fim do ano. Qual é o dia, para ele poder estar presente? Eu gostaria de estar presente também.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Pela parte que me toca, vou tentar responder em primeira mão aqui à município *Maria Antónia*, dizer-lhe que a declaração é para a transmissão em direto, que inclui além do áudio também a voz, daí a declaração, mas de qualquer modo, deixe-me responder-lhe ao seguinte. Somos unânimes, isto em termos de Comissão Permanente e sem haver discriminação alguma, ao espaço do público, ao espaço dos Deputados Municipais, inclusive nos lugares ocupados, também, na parte da intervenção, nós queremos criar isso. Hoje já se corrigiu com uma ideia de um dos Senhores Deputados, de terem um tripé para colocar o micro, senão era quase impossível falarem.

Neste momento está assim, nós estamos a pensar arranjar um espaço mais condigno, para as intervenções do público, isso não está a ser visto de ânimo leve, está de facto a ser discutido e naturalmente vai ter uma solução no tempo, não sei quando, mas penso que em breve devemos ter uma solução para isso.

Eu reconheço que a situação brusca desta mudança e que tem a ver, nos casos omissos, com uma decisão do Presidente, mas não é um assunto encerrado, D. *Maria Antónia*.



Quanto ao município *Manuel Brízido*, eu tenho que lhe dizer Senhor *Manuel Brízido*, que eu fui muito claro na primeira reunião sobre alguns comportamentos, alguns temas que são aqui abordados. Eu não vou pedir desculpa, de facto já pedi desculpa a um Senhor Deputado que eu interrompi, ele sabe que já pedi desculpa, porque não posso, segundo o Regimento.

Em relação ao público, eu só interrompo se estiver a infringir o tema que é colocado antes, quando é repetitivo e quando há alteração da voz, como hoje houve.

Como vê, antes de si, falou a D. *Maria Antónia* e falou calmamente, sem elevar a voz. O Senhor *Manuel Brízido* eleva a voz e isso não cai bem, não lhe vou pedir desculpa por isso. Em relação também ao áudio, pois já disse a D. *Antónia*, devemos arranjar soluções que agradem a todos.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

No que diz respeito às alterações do regulamento de trânsito, efetivamente nós estamos a pensar fazer essa alteração, está em vigor aqui um conjunto de situações que vêm do passado, como a atribuição de dísticos a várias entidades que provavelmente estarão desatualizadas, há algumas pessoas que são portadoras desses dísticos e já nem estarão nas instituições. Nós vamos fazer a alteração do regulamento para promover essa situação, inclusivamente as questões que foram ultrapassadas pela questão legal, porque todos os veículos que sejam elétricos também já podem estacionar gratuitamente em qualquer lado, mas alguns deles nem tão pouco têm identificação de elétrico, o que torna difícil também às entidades promoverem aquilo que é a fiscalização.

No início do ano, nós iremos desenvolver todas as diligências necessárias para que o regulamento seja um regulamento atualizado.

Relativamente ao Sr. Município *Manuel Brízido*, não terminou a sua intervenção. Quando terminar a intervenção da parte da tarde, terei oportunidade de responder.

ANTES DA ORDEM DO DIA

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O nosso agradecimento público à Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo, por nos ter cedido estas instalações, o nosso agradecimento aos funcionários deste Instituto, que nos estão a dar apoio e que já ontem nos deram apoio; têm sido extraordinários.

Para início, dizer-vos também o seguinte, aliás, farei questão de vos dar conta continuamente daquilo que são as nossas reuniões da CPL, a Comissão Permanente de Líderes, tivemos apenas uma reunião e posso dizer-vos que correu muito bem, naturalmente, há opiniões diversas e há divergências, mas decorreu num ambiente tranquilo e muito pedagógico. Para mim, foi uma experiência nova, dentro de uma Comissão nova, extremamente agradável.

Transmitir-vos ainda aquilo que foi mais relevante e falado nessa Comissão. Entre muitas coisas, uma das que foi de facto abordada foi a questão de resolvermos o problema das intervenções do público, haveremos de encontrar soluções adequadas que vão agradar a todos, é uma questão para resolver com tempo, porque temos de pensar na logística e, às vezes, não é assim tão fácil, ainda assim, penso que será ultrapassável.

Relativamente a outro assunto que foi debatido, trata-se da questão das faltas. Na última Sessão tivemos imensas faltas de pessoas após a chamada, pessoas que se ausentaram durante a tarde, por horas e horas. O Regimento é muito claro e a lei também é muito clara, se alguém precisar de sair por meia hora para ir a uma consulta, tratar de um assunto ou fazer um telefonema, deve sempre dar essa indicação à Mesa, para sabermos o motivo da ausência.

De qualquer maneira, quem se ausentar durante uma tarde inteira também deve justificar, mas terá uma falta, uma falta justificada, se não disser nada, será considerada uma falta injustificada. Importa ainda dizer-vos que essas ausências muito prolongadas vão traduzir-se na perda do recebimento da senha de presença. Isto aplica-se às pessoas que saíam apenas de manhã ou apenas à tarde. Esta decisão foi tomada em Comissão Permanente de Líderes e a lei já consagra esta possibilidade. Vamos, portanto, ter muito cuidado.

Outra situação em que podem ocorrer faltas prende-se com o momento das deliberações, verificámos que houve imensas deliberações com apenas quarenta e poucos Deputados Municipais, quando deveriam estar cinquenta, cinquenta e poucos, o que representa muitas faltas, assim, ficam avisados, é assim que vai acontecer no futuro. Foi assim deliberado e é também o que está previsto na lei.

Relativamente à última Sessão, importa ainda referir que não houve controlo dessas faltas. A Comissão Permanente de Líderes resolveu não as ter em conta, ou seja, não foram marcadas faltas, não foram retiradas senhas, toda a gente vai receber por inteiro e todas as faltas serão consideradas justificadas, mesmo que não o tenham sido formalmente. Este assunto fica assim sanado, no futuro, será diferente.

Antes de terminar, outro assunto que foi resolvido e deliberado em Comissão Permanente de Líderes, prende-se com a eleição dos elementos para a CIM-TTM. Houve aqui um lapso e sentimos a necessidade de substituir dois elementos, que, por acaso, são dois dos suplentes eleitos. Colocou-se a questão de saber se deveria haver nova eleição ou se a situação poderia ser corrigida de forma mais simples. Entendemos, em conjunto, que este assunto deveria ser aqui colocado para ficar registado em ata e para pedir a ratificação desta Assembleia quanto a esta alteração.



Assim, há dois elementos suplentes que vão ser substituídos: o primeiro suplente passa a ser o Senhor Deputado Rui Sá e o segundo suplente o Senhor Deputado Carlos Carvalho. Peço, então, a ratificação desta alteração, para não termos de proceder a nova eleição. Quem está contra, que levante o braço. Não havendo votos contra, nem abstenções, a ratificação fica aprovada.

Esta ratificação legitima a alteração de forma pacífica, sem necessidade de novas eleições. Agradeço-vos muito esta decisão.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Depois de consultada a documentação, queria apenas questionar se só existiu correspondência enviada para a mesa da Assembleia e se não houve correspondência de saída por parte da mesa da Assembleia. Porque era importante, porque existem lá duas correspondências por parte de um cidadão, que era importante até perceber quais é que eram os contornos que levaram àquelas correspondências. E por isso fica esta pergunta. Se não existiu ou se agora vamos utilizar outra maneira de fazer que é só enviar para os membros da Assembleia a correspondência recebida.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, isto não passou ao lado, aquilo que diz a lei é que nós devemos apresentar a correspondência recebida. A lei é clara e até porque a expedida pode ser de fórum particular e assim passaria a ser pública, portanto, nós cumprimos a lei, daí só aparece de facto a correspondência recebida.

----- O Senhor Deputado Municipal *AQUILINO PEREIRA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A minha intervenção como Deputado do Chega é sobre o seguinte Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, eu estou a viver na aldeia dos Avantos sensivelmente há três anos e de facto, ano após ano, vejo as valetas da estrada da aldeia dos Avantos, mais concretamente desde o cruzamento da estrada principal até à aldeia por limpar. Porquê, Senhor Presidente?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Esta intervenção vou dividi-la em duas partes, porque obviamente que os temas que nós vamos ter na discussão para o Orçamento, apesar de haver a oportunidade de confrontar o Executivo com algumas opções políticas que teve, eu não podia deixar passar esta oportunidade para lhe fazer a seguinte pergunta. A CDU, no dia 2 de abril de 2025, fez-lhe uma pergunta acerca daquilo que era a oferta de aquisição de imóveis para o 1.ª Direito de habitação. Foi-nos apresentado um valor e uma proposta para a construção de imóveis, traduzida numa oferta pública de aquisição de imóveis, no valor de 4,7 milhões de euros.

Senhor Presidente, aquilo que nós sabemos e que tivemos conhecimento a dada altura é que foram formalizados sete contratos de aquisição em que o prazo de final de contrato ficará até o dia 31 deste mês, havendo com isso a penalização e, digamos, o frustrado de expectativas com estes proprietários, que foram 7, em que foram formalizados os contratos de aquisição, que até ao dia de hoje esses proponentes para a venda desses imóveis ainda não foram contactados pelo Executivo para, digamos, fazermos a conclusão daquilo que é o contrato.

Eu gostava de saber, Senhor Presidente, qual é a razão para que ainda esses municípios que embarcaram nesta proposta de venda dos terrenos ainda não foram contactados para a formalização do contrato definitivo? Porque no dia 31 de dezembro deste ano essas pessoas vão ter de ser ressarcidas daquilo que foi o contrato de promessa e obviamente, sabendo nós que é um valor irrisório de 100€, mas ficará muito mal à Câmara Municipal de Mirandela se essas pessoas ficarem com o direito de promessa de compra e venda a seu favor.

Gostaria de saber em que ponto é que está esta situação para podermos começar a clarificar algumas posições que foram tomadas pelo Executivo na altura o mesmo e, portanto, gostava de saber para sermos informados de qual é esta posição e de certa maneira, não defraudarmos as expectativas que foram criadas a estes mirandelenses.

A segunda questão, Senhor Presidente, tem a ver com a questão do Complexo Agro-Industrial do Nordeste. Nós soubemos que esta semana veio cá a Comissão de Agricultura da Assembleia da República em que o Senhor Presidente e bem, fez questão de mostrar aos Deputados da República o estado de degradação daquele Complexo. O que eu gostava de perguntar, Senhor. Presidente, era que nos dissesse em que modos é que está a questão da penhora sobre todos os artigos matriciais do Complexo Agro-Industrial do Nordeste?

Nós sabemos que este processo da penhora começou em 2005, com um empréstimo realizado pela Câmara Municipal, neste caso não pela Câmara Municipal, mas pela Administração do Complexo Agro-Industrial do Nordeste, mas com o valor da Câmara Municipal no valor de 700 mil euros. O que sabemos até agora é que nunca foi pago qualquer tipo de prestação bancária sobre esse valor. Em 2009 foi feito outro empréstimo de 700 mil euros para salvaguardar o compromisso do empréstimo anterior e obviamente outra vez a Câmara Municipal não cumpriu com as suas obrigações bancárias e chegamos ao ponto de hoje, não de hoje, mas hoje continua, esses direitos de propriedade foram adquiridos por um fundo imobiliário que pôs a empenhora esses terrenos do Complexo Agro-Industrial do Nordeste. Eu gostava de saber se na sua apresentação do Complexo aos Deputados da Nação, se mencionou o facto de a Câmara Municipal estar com este problema gravíssimo que é a perda total daqueles terrenos em hasta pública ou em penhora. Gostaria que me pudesse esclarecer estes pontos.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.



Aproveitar para saudar o Senhor Presidente, a Mesa, todos os eleitos, ainda não tive a oportunidade de os felicitar, a quem foi reeleito, a quem está aqui pela primeira vez e obviamente desejar-vos a todos um bom trabalho em prol das freguesias que os Presidentes Junta e Uniões de Freguesias representam e também em prol do concelho que é aquilo que no fundo nos move aqui a todos e acho que temos que nos empenhar muito para ver se nestes quatro anos conseguimos fazer algo completamente diferente.

Queria começar por deixar duas notas. O tema que a munícipe Maria Antónia aqui trouxe, ela já falou nisto há dois anos, dois anos é muito tempo para resolver um assunto, há cerca de dois anos ela tocou neste tema na Assembleia e há muita gente que já foi penalizada por a Câmara não responder a isto. Trata-se de fazer uma alteração de um regulamento, penso que não deve ser difícil, digo eu, mas Senhor Presidente da Câmara, acho que deve ter esta atenção e esta preocupação, porque este tema foi trazido aqui legitimamente por uma munícipe e já lá vai demasiado tempo para se fazer um aditamento a um regulamento.

Outros três temas que me têm preocupado, que eu acompanhei o último mandato, digamos, pela gravação que era feita, é o tema do munícipe *Manuel Brízido*, é o tema do Lidl e é o tema dos CTT. Quando o poder político e o poder legislativo não têm capacidade para resolver um tema destes e ele arrastar-se, eu penso que o tema do Senhor Presidente ainda começa em 2021, no anterior mandato em que o Senhor Presidente era ainda Presidente da Assembleia e tem-se arrastado. Isto é uma degradação pessoal, é uma degradação do estado de espírito das pessoas e é uma degradação, obviamente, a que nós não podemos ficar indiferentes. Tenha ou não tenha razão, tem de haver uma decisão e a decisão tem de ser política, baseada nos elementos técnicos e não podemos continuar a protelar temas destes como o temos feito.

O mesmo se passa com a derrocada do Lidl, acho que já lá vão 11 anos. Há famílias que continuam a pagar IMI à Câmara e não podem viver dentro das habitações. Isto não vos faz confusão, a mim faz. Como é que é possível alguém estar desalojado das suas casas, ter de continuar a pagar os empréstimos bancários que contraíram, terem que continuar a pagar o IMI à Câmara e não poderem usar as habitações ao fim de 11 anos. Nós não podemos ficar indiferentes a isto e temos de ter a capacidade, porque somos 61 elementos aqui, independentemente da cor partidária, de exigir respostas para estes temas.

Passa-se o mesmo com os CTT, soube aqui há uns dias que foi julgado o caso, que foi a Tribunal, mas depois, havemos de falar disto mais à frente, na Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, o processo está lá. Em que ponto é que está este processo? Qual é a imagem que isto acarreta para Mirandela? Temos de olhar para estes temas.

Depois queria deixar aqui um desafio ao Senhor Presidente da Assembleia, porque é assim que me vou dirigir. Nas suas penúltimas Assembleias, foram aprovadas duas distinções, se não me falha a memória, ao Senhor Bernardino Pereira e ao Sr. Arménio Vaz, o Senhor deixou de ser Presidente da Assembleia e a deliberação que foi tomada naquela altura, a Câmara Municipal não a quis fazer. O desafio que lhe faço é exatamente este, é ter a capacidade e a coragem de fazer cumprir uma deliberação que foi tomada no seu tempo. Há uma homenagem justa, podemos gostar ou não gostar, ela foi deliberada e foi aprovada a dois Membros desta Assembleia que muito deram ao Concelho de Mirandela.

Um deles já foi homenageado pela ANAM, já foi homenageado pelos Autarcas Sociais Democratas e nós aqui na nossa Casa da Democracia não tivemos a capacidade de o fazer. Este é o desafio que lhe faço, não lhe vou tocar mais neste assunto, porque tenho a esperança e a expectativa que o Senhor não vai deixar aqui isto por fazer, porque, vou-lhe deixar este aviso, mas este é um aviso muito objetivo, se até fevereiro, que é quando vai haver a próxima Assembleia, não o fizer, a Bancada do PSD vai-se reservar ao direito de comprar as medalhas, mandá-las fabricar e entregá-las aqui nesta Sessão, Senhor Presidente, porque é uma vergonha terem decorrido quatro anos e não termos feito esta homenagem a pessoas que tanto deram às suas Freguesias e tanto deram ao seu Concelho.

Depois tenho quatro exposições que eu fiz à anterior Presidente da Assembleia, como cidadão, que eu nunca obtive a resposta. Eu, amanhã, vou-lhe dirigir o *e-mail*, Senhor Presidente, vou-lhe reencaminhar, porque agora você está em funções nesta Assembleia, sobre os temas. Eu, até hoje, nunca recebi qualquer resposta. Penso que a Senhora Presidente da Assembleia teve-a, naquela altura e acho que seria de bom tom que me tivesse reencaminhado as respostas que o Senhor Presidente da Câmara, na altura, deu acerca dos assuntos. Amanhã irá receber esse reencaminhamento desse *e-mail*, que é para ficar contextualizado daquilo que se trata e fico a aguardar efetivamente sobre isso.

Depois, o que é que eu queria pedir para este mandato? No mandato passado houve aqui muitos subsídios que foram atribuídos e não há fundamentação para os subsídios. O que é que eu quero dizer com isto? Tudo vale o que vale e se calhar, numa determinada altura, tudo vale. São dados subsídios para fazer obras em edifícios que são da Câmara Municipal e que estão titulados, ou entregues às juntas de freguesia, ou a determinado tipo de associações. Eu quero chamar a atenção do Senhor Presidente da Câmara que o artigo 88.º do Regulamento do PDM que ainda está em vigor, portanto era bom que continuasse acessível no site, há um PDM que está em discussão pública.

Peço-lhe apenas aqui mais 15 segundos porque há um regulamento, um PDM que está em discussão pública, mas há um regulamento de PDM que ainda está em vigor desde 2015 e o artigo 88.º é muito claro sobre edifícios que têm valor cultural. Há uma série de requisitos que têm de ser cumpridos para haver obras dentro desses edifícios e eu questiono, porque eu tenho a certeza que isso não foi feito, essa avaliação técnica, esse acompanhamento técnico e nomeadamente aquilo que até diz respeito à valorização dos resíduos de construção de demolição e o respetivo acompanhamento da vossa equipa de fiscalização, Senhor Presidente, aquilo que eu pedia era para futuro, porque hoje já vamos ter subsídios a votar, não venha apenas aqui a esta Assembleia um despacho da Câmara. tem de vir uma fundamentação técnica a dar acompanhamento a esses pedidos que são feitos.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e *online*.

Perante os últimos acontecimentos, que tiveram lugar dia 16 do corrente mês de dezembro, terça-feira passada, em que a Câmara de Mirandela foi visitada por vários elementos da Polícia Judiciária, que culminou no fim do dia com a constituição de seis arguidos, temos, Senhor Presidente da Assembleia, de colocar-lhe a seguinte questão fundamentada. Os arguidos são funcionários da autarquia, ex-autarcas, funcionários atuais e até o Vice-Presidente da Câmara que tem o Pelouro do Urbanismo.

Sendo esta Assembleia Municipal o Órgão máximo fiscalizador e, por isso, o mais importante do Município, sendo o Senhor Presidente o representante maior desta Assembleia, o que é que já fez em relação a estes acontecimentos? Ou, se não fez nada, que



diligências pensa levar a cabo, como por exemplo a abertura de um inquérito interno, para apurar o que se passa no Município que levou à constituição desses arguidos naquele dia?

Esta Assembleia precisa de saber, com urgência, não só a resposta a estas questões, como ficar esclarecida por quem tem responsabilidades atribuídas pelo voto popular e não só ir sabendo algumas notícias através da comunicação social. Nós próprios de manhã, ao abrir o *Facebook*, vimos através do Mensageiro de Bragança mais algumas informações. Eu acho que a nível interno esta Assembleia precisa saber alguma coisa.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *António Martins*, dizer-lhe que as primeiras questões que referiu são importantíssimas, nomeadamente a da tirolesa, de que aqui se tem falado e que não se resolve, a questão do Lidl e mais algumas outras.

É assim, há questões que têm resolução e há outras que não têm, porque as pessoas não querem, ou não têm bom senso. Posso dizer-lhe que tenho em frente à minha casa uma mini-hídrica há muitos anos e, durante dois ou três anos, não dormia por causa do barulho da mini-hídrica; até fazia tremer a casa, no entanto, tive sempre o bom senso de reconhecer que isto era uma mais-valia para a cidade, foi uma boa medida e que temos de aprender a viver com isso, tal como temos de aprender a viver, por vezes, com os odores que andam no ar motivados pelas indústrias.

Não vamos fechar estas coisas, tem de haver bom senso e se não houver bom senso, as coisas não se resolvem.

Em relação ao Lidl, penso também que é uma questão que está em Tribunal e, como está em tribunal, temos de ser pacientes, porque os tribunais demoram, são processos morosos que ultrapassam qualquer decisão que o Executivo, penso eu, possa querer tomar.

Relativamente à homenagem que aqui foi deliberada e foi ainda comigo, lembro-me bem, votei a favor com todo o gosto e houve uma recomendação para o Executivo proceder a essa homenagem. Não o fez, nós não podemos fazer mais nada. Não podemos exigir que o Executivo execute, ou conclua as nossas recomendações; quando muito, podemos criticar a não resolução dessas questões.

Ainda em relação a outro ponto levantado pelo Senhor Deputado *António Martins*, sobre as respostas, a informação que tenho é que tudo tem de ser resolvido. Agradeço que me faça chegar essa questão e tomaremos, de facto, a respetiva medida.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, é assim, o meu avô ensinou-me muito cedo que há coisas que não têm meio-termo. A honestidade não se pode medir numa escala de zero a vinte, não se pode ter cinco ou seis, ou se tem zero ou se tem vinte. O carácter é igual, ou se tem zero, ou se tem vinte.

Aquilo que foi dito aqui pelo Senhor Deputado *Virgílio Tavares* é, a meu ver, uma aberração e ele que me desculpe. Vou explicar porquê, este assunto foi tratado, como todos sabem, em Comissão Permanente. O Senhor Presidente da Câmara teve, por iniciativa própria e de boa vontade, o cuidado de nos esclarecer sobre o que se passou, porque não há mais a esclarecer. Agora, falar em averiguações, levantar uma questão numa fase primária das situações, eu não entendo, não consigo entender. De qualquer maneira, cada um que fique com o seu juízo.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se me permite, Senhor Presidente, apenas para complementar o que foi dito pelo Senhor Deputado *António Martins*, tenho a dizer que, enquanto Presidente da Assembleia no mandato anterior, toda a correspondência que me chegou foi enviada para os respetivos destinatários. Não deixei nada pendente.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Nos últimos seis anos assistimos com muita preocupação às mudanças que aconteceram no mundo, mudanças que puseram em causa aquilo que nos foi legado pela conquista de gerações anteriores e que, para nós, era tido como dado adquirido e algo inexpugnável. Não bastava a crise pandémica que nos empurrou para as nossas casas e que nos foi mudando no novo normal, fomos logo depois confrontados com desafios até à data nunca vividos, principalmente pelos *millennials* e a geração Z, nados e criados em tempos de sólido crescimento económico em plena era da globalização.

A nível global, a economia mundial, atravessou um período inflacionista que começou em 2020, provocado inicialmente pelas interrupções logísticas e escassez de componentes eletrónicos que fornecem a indústria. Por outro lado, os preços do gás, do petróleo e dos cereais dispararam em consequência da invasão da Ucrânia, a economia, impulsionada pelos estímulos fiscais de recuperação do consumo e pelas poupanças acumuladas, provocaram um aumento abrupto dos bens e serviços, com consequente aumento da inflação. A globalização, que por um lado permitiu o aumento da riqueza mundial e a eficiência da economia global, carece agora de uma redefinição no seu modelo económico, principalmente por causa do nível de interdependência com algumas regiões do globo onde se concentra a produção e que neste momento está a originar tensões.

Assistimos ao crescimento de movimentos de carácter protecionista, com a implementação de correntes ideológicas e até imperialistas na política, na economia e na sociedade que levaram a um acumular de parcerias estratégicas, alianças ideológicas e que romperam com a ordem instaurada desde o final da Segunda Guerra Mundial.

O combate às mudanças climáticas com a implementação de políticas para a transição energética, para a economia circular e descarbonização corre o risco de poder vir a ser adiado, ou mesmo ser o parente pobre da política europeia face à elevada pressão da necessidade de reforçar os orçamentos de defesa para garantir a segurança dos Estados face à ameaça iminente da Rússia.

Neste contexto, temos esperança de que a Europa acorde a letargia e consiga implementar uma nova industrialização assente no conhecimento e na inovação, na utilização das tecnologias disruptivas, desde a inteligência artificial, passando pela biotecnologia à

computação quântica, entre outras, para impulsionar a criação e distribuição de riqueza e possibilitar a continuação e implementação da política de coesão, a fim de reduzir as disparidades económicas e sociais das várias regiões, contribuindo para o bem-estar dos seus cidadãos.

Que a Europa consiga de facto impulsionar o caminho de progresso económico e social fundado no Tratado de Roma, voltando a ocupar o seu lugar legítimo na cena internacional com um papel crucial de agente estabilizador de paz e progresso.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no mundo volátil, incerto, complexo e ambíguo, num cenário de grande indefinição e perante tendências ainda pouco claras, como é que o nosso país, o nosso Município e a nossa região podem planear o desenvolvimento sustentado, com garantias de crescimento económico e social?

De que forma é que as mudanças que vamos enfrentar e os riscos que vamos correr vão impactar positivamente e negativamente nas nossas vidas? Numa sessão em que discutimos as Grandes Opções do Plano, estamos preparados para planear e antecipar o nosso futuro, para correr riscos e a transformá-los em oportunidades? É um desafio que é colocado a todos os agentes de mudança e também a cada um de nós.

Pelo que deixo aqui apenas alguns desafios que podem ir muito para além dos 4 anos da legislatura, como mirandense, pergunto, estamos preparados para nos envolver ativamente no estudo e implementação de um plano estratégico municipal ou intermunicipal, de captação de investimento, de criação de incentivos para a fixação de empresas, para inverter a tendência da desertificação?

Estamos preparados para planear antecipadamente e participar, por exemplo, de forma ativa, conjuntamente com a CCDDR-N, no estudo de ligação do TGV a Espanha, que passa na nossa região, marcando desde logo na agenda a definição de alguns pontos basilares, como seja um local de implantação de infraestrutura, o trajeto e, bem assim, o ordenamento urbanístico e os seus acessos.

Podemos ter um papel mais ativo ou alternativo na resolução do problema de implementação da mobilidade do Vale do Tua, ou mesmo na requalificação das ligações ao IP2 e ligação ao IC5, tendo em conta as mais-valias económicas, culturais e sociais que estão a ser perdidas dia após dia?

Estaremos preparados para pensar na implementação de um plano de pormenor que, por exemplo, implique o desnivelamento da passagem a nível com guarda junto à estação e assim evitar constrangimentos de mobilidade? Lembro-me que os problemas do século XXI não se resolvem com soluções do século XIX.

Deixo aqui a reflexão, não será mais fácil enaltecermos a possibilidade de concretização das oportunidades em detrimento das questões colaterais, ou problemas que lhes estão subjacentes? Em termos de concorrência, a chave está em pensarmos estrategicamente as boas decisões antes dos outros, mas, neste caso, vamos também beneficiar os outros, uma vez que o benefício é para toda a região e não só para Mirandela.

Planear o que fazer ou simplesmente sonhar, depende somente de nós. Apontar uma data para a sua realização já se torna a tarefa mais difícil, porque depende de outras variáveis, como a alocação de recursos, que são escassos, alguns deles passaram aqui bem perto e talvez não voltem. Depende também da conjugação de vontades, mas pelo menos, não apontando qualquer data de realização, não corremos o risco de ver o tempo desmentir-nos o propósito. Estou certo de que este Executivo, para finalizar, vai conseguir conduzir os destinos do Concelho com mestria. Aproveito para desejar a todos os agentes da mudança, que são todos os Deputados que aqui estão, um excelente mandato com votos de que as questões que serão colocadas e aqui debatidas mereçam elevação e subida consideração de todos em prol do bem-estar comum e da defesa dos interesses de Mirandela e dos mirandenses.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *JOSÉ CABANAS* (INDEPENDENTES) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Sendo esta a primeira Assembleia Ordinária deste mandato, o que me traz aqui hoje é chamar a atenção deste Executivo para as obras estruturantes e urgentes na freguesia da Abambres, pois foi esta freguesia que me elegeu.

Senhor Presidente, é certo que algumas obras foram efetuadas no mandato anterior e outras estão em desenvolvimento, mas muito existe ainda por fazer.

Em relação à Freguesia de Abambres, sem dúvida que o que mais nos preocupa é o estado da Igreja de São Tomé em Abambres, já por várias vezes transmitido por mim aqui nesta Assembleia e também por escrito, mas até ao dia de hoje nada foi feito. Relembro que se trata de um edifício de interesse nacional, mas que se encontra num estado de grande degradação. Se a forem visitar nestes dias chuvosos, podem verificar que o telhado deixa entrar água em vários sítios, que a água escorre pelas pinturas interiores, que as paredes já estão a ceder, que as portas estão completamente podres, etc. relembro que para além da necessidade, esta obra é uma obrigação do Município, pois quando assumimos o mandato, herdámos projetos de desenvolvimento, mas também herdámos compromissos e esta obra já teve atribuído, há cerca de 10 anos, pelo Ministério da Cultura, no âmbito das medidas compensatórias da construção da Barragem Foz do Tua, um montante de financiamento de cerca de 100 mil euros. mas que o Executivo, à época, entendeu aplicar em outras igrejas.

Eu sei que não foi este Executivo, mas tem de herdar os compromissos. Entretanto, os valores das obras necessárias já rondam os 200 mil euros e a degradação continua, mas existem muitas obras estruturais que são necessárias nesta freguesia. pois a freguesia está em crescimento e as infraestruturas têm que ser ajustadas. Passo a enumerar algumas delas, a estabilização do açude da Abambres na sua margem esquerda, no seguimento da reconstrução do açude, que já foi efetuado, não foi previsto um muro ala, ficando o açude sem fixação na margem esquerda, necessitando agora ser efetuada com urgência essa obra de estabilização e de segurança da mesma.

Beneficiação do Polidesportivo, esta propriedade do Município, o qual juntamente com outros existentes no Concelho já tiveram compromisso de obras para posteriormente serem entregues às freguesias, mas até hoje nada.

Etar da Abambres, esta Etar encontra-se instalada no centro da aldeia, próxima de uma zona de lazer e por vezes, com fortes odores. Na nossa opinião, deve ser equacionada a sua deslocalização ou pelo menos, ser alvo de melhoramento. Relembro que esta infraestrutura nem um sistema de gradagem possui, esta gradagem iria permitir remover sólidos grandes, como plásticos, panos, madeiras, etc., protegendo os equipamentos a jusante e garantindo a eficiência das fases seguintes de tratamento, aguardamos soluções.



Outra obra é a substituição do telhado e a construção das instalações sanitárias da Capela de Vale Martinho. Melhorias das condições da praia fluvial de Vale Juncal, quer a nível de infraestruturas, quer a nível da condição da melhoria da qualidade da água, entre outras.

Senhor Presidente, se existem localidades que ainda têm capacidade de crescimento, como é o caso de Abambres, tem de existir uma discriminação positiva para dar resposta às necessidades desses habitantes. Se não vamos contribuir para que as poucas localidades capazes de atrair novos habitantes o deixem de ter, pois as infraestruturas existentes não acompanham o crescimento. Falamos, por exemplo, das condutas de água que não têm capacidade para abastecer toda a população, das Etar's que não têm capacidade para tratar todas as águas residuais, da rede de saneamento que não chega às novas habitações, etc.

Por isso, aguardamos neste mandato um forte investimento na Freguesia de Abambres.

Queria deixar aqui duas, ou três questões sobre o Plano Diretor Municipal. Encontra-se aberto, como todos sabem, o período de discussão pública sobre o PDM de Mirandela, onde todos nós podemos apresentar sugestões. Apelo desde já a todos que participem neste período de discussão pública. Senhor Presidente, continuo a discordar da forma como o Município está a gerir as alterações ao nível dos solos urbanos nas zonas rurais. Sabemos que vão deixar de existir solos urbanizáveis.

----- O Senhor Deputado Municipal *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Eu queria perguntar ao Senhor Presidente, porque anda-se só para ir a falar, é de uma maneira, é de outra. O Senhor *Carlos Costa*, que é do Romeu, vive em Carvalhais, trabalha para a Câmara, qual é a categoria dele? Se é encarregado, ou se é operador operacional, ou qual é a categoria dele? Se me puder responder.

----- A Senhora Deputada Municipal *ISABEL BARREIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Sendo esta a primeira vez que faço uso da palavra nesta tribuna desde a Tomada de Posse, começo por felicitar todos os eleitos a quem desejo os votos de um excelente mandato, na parte que me respeita, tentarei exercê-lo, honrando o juramento que prestei no passado dia 29 de outubro e assegurando que o mesmo não seja marcado pela indiferença perante as necessidades dos mirandelenses, especialmente quando os seus direitos são colocados em causa perante as decisões do poder político, inclusivamente do poder central.

Começo por uma dessas decisões, talvez a mais preocupante, porque estamos aqui a falar de vidas humanas. Foi recentemente anunciada a intenção do Governo de retirar as ambulâncias do INEM ao INEM e externalizar o serviço de transporte de emergência médica. Esta opção, se não for bem pensada, e ressalvo aqui os casos em que ela possa ser adjudicada aos Bombeiros, que são precisamente pessoas que estarão mais preparadas para isso, pode representar um risco para os territórios como o nosso.

No interior, onde as distâncias são maiores e os meios são mais escassos e os tempos de respostas já são, em regra, mais longos, qualquer fragilização do sistema de emergência médica pode traduzir-se numa perda concreta de segurança para as populações. A emergência médica não é, nem pode ser tratada como um negócio gerido por critérios de rentabilidade. E o Estado, por sua vez, não pode demitir-se de uma das suas funções mais básicas, que é a de garantir que todos os cidadãos, independentemente do território onde vivem, têm acesso rápido e eficaz aos meios de socorro e em situações de risco de vida. Mas este não é, infelizmente, um caso isolado. É parte de um padrão mais amplo de decisões políticas que penalizam sistematicamente o interior e o resto do país. E é neste contexto que importa aqui também falar do acesso à informação, como outro pilar essencial da democracia.

Quero assim desde já dirigir uma palavra de reconhecimento aos órgãos de comunicação social aqui presentes, que em territórios de baixa densidade populacional como o nosso, cumprem uma função que o próprio Estado tantas vezes ignora, informar, ligar pessoas, criar comunidade e garantir o pluralismo. É por isso particularmente preocupante que o Governo, através do Ministério da Presidência, responsável pela tutela da comunicação social, permita que o distrito de Bragança e outros do interior caminhem para um verdadeiro apagão informativo. E o anúncio da suspensão da distribuição diária de imprensa escrita de tiragem nacional pela VASP, que é a empresa que detém o monopólio da distribuição de jornais em Portugal, é o resultado direto de omissão política do Governo, tem vindo a adiar sucessivamente o concurso público destinado a apoiar a distribuição de imprensa nos territórios de baixa densidade empurrando o problema para a frente como se ele não existisse. Ao fazê-lo, o Governo opta conscientemente por deixar uma decisão de enorme impacto democrático nas mãos de uma empresa privada que nunca deveria substituir o Estado como garante de um direito constitucional fundamental, que é o direito à informação.

Senhoras e Senhores Deputados, não nos iludamos. O desaparecimento dos jornais das bancas do interior não é inocente. Cria um território fértil para a desinformação, para a manipulação das redes sociais e para a radicalização do discurso público. A história demonstra-nos que manter populações afastadas da informação sempre foi um instrumento eficaz de controlo de poder. Um cidadão menos informado é um cidadão menos livre, menos exigente e, por isso, menos capaz de responsabilizar quem o governa. Interromper o acesso à imprensa escrita no distrito de Bragança é mais um sinal claro de um país a duas velocidades. um litoral com direitos garantidos e um interior tratado como um território residual, onde a democracia parece valer menos.

Senhor Presidente, quando o Governo Central falha, cabe ao Poder Local levantar a voz. E em face deste cenário, eu questiono qual o posicionamento do Executivo Municipal relativamente a estas matérias.

Se não falar antes, um Bom Natal para todos.

----- A Senhora Deputada Municipal *SANDRA GRILLO* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

É a minha primeira intervenção, eu não escrevi nada, não trago nada elaborado, só trago mesmo a minha ideia. Estou aqui também numa ótica de município e perguntar, Senhor Presidente, durante o verão tivemos vários constrangimentos de água. As condutas de



água nem sempre levam a água a nossa casa, ultimamente no dia 11 de dezembro verificou-se novamente a falha de água onde eu moro e é um constrangimento e é um flagelo para todos nós e por isso estou aqui também para perguntar se há previsão deste concerto, do concerto das condutas de água, porque não é só no meu bairro, não é só na minha casa, penso que são vários municípios que sentem este flagelo, eu gostaria de saber se está programada alguma coisa, para quando?

Eu sei que já está em orçamento, mas é preciso e esta falta de informação aos municípios parece-me que é uma um tema transversal, em todos os depoimentos que eu ouvi antes do meu, a informação parece-me que é então um tema transversal e que falha aqui um bocadinho. Nós precisamos de saber, nós municípios, precisamos de saber quando é que vai acontecer, se vai ser faseado, se vai ser primeiro num bairro, se vai ser primeiro num outro, quando é que vai ser, se está para breve, se não está, são estas questões que eu deixo aqui.

Uma outra situação é a transição energética, eu já tive oportunidade de perguntar isto ao Executivo, responderam-me que a EDP é que está a tratar disso e, por vezes, a falha de luz em algumas ruas e bairros da cidade, não é propriamente da responsabilidade do Executivo, mas eu acho que é, porque quando se contratualiza para se fazer um trabalho destes, é preciso saber e é preciso ver os prós e os contras. E se é faseado, e se vai acontecer isto, e se vai acontecer aquilo.

Acho que tem de haver um planeamento e tem de se responsabilizar a entidade a quem estamos a contratualizar para fazer esse serviço. Como é que vai ser? Para assegurar, no mínimo, porque isto eu vi, ninguém me disse, passei pelo menos duas vezes na Avenida das Amoreiras e estava completamente às escuras. Eu sei que vocês querem fazer isto da eficiência energética e mudar led's, compreendo perfeitamente, mas quero dizer, não podemos ter bairros inteiros completamente às escuras.

Deixo aqui estas notas. E para finalizar, digo-vos, a informação é muito importante e é meio caminho andado para chegar aos municípios e para a satisfação das pessoas. Se eu não voltar a usar da palavra, deixo-vos umas boas festas a todos.

----- A Senhora Deputada Municipal *VIRGÍNIA VAZ* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Vimos por este meio demonstrar o nosso descontentamento acerca das atividades natalícias pouco atrativas na nossa terra, assim como pelas datas tardias da apresentação das mesmas. Os municípios ao nosso redor trataram de criar atratividade, movimento e vida nas suas localidades desde o final do mês de novembro e em Mirandela só nos meados de dezembro é que apareceram algumas atividades, pouco atrativas e nada inovadoras.

Sabemos que as atividades natalícias trazem múltiplos benefícios para as localidades, contribuindo para o desenvolvimento económico, social, cultural e turístico. Se todos conhecemos estes benefícios, porque é que a nossa autarquia não investe nestas atividades e as apresenta atempadamente para que as nossas famílias, crianças, turistas, entre outros, possam-nos usufruir das mesmas.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (INDEPENDENTES) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Como ainda não tinha tido a oportunidade, quero em primeiro lugar felicitar o Senhor Dr. *Vitor Correia* pela sua vitória alcançada, resultante da vontade democrática expressa pelos eleitores. Este resultado confere legitimidade política e uma acrescida responsabilidade ao exercício do mandato que agora se inicia. Desejo por isso que este mandato seja pautado por boas iniciativas, decisões responsáveis e obras concretizadas, sempre orientadas para o desenvolvimento do concelho, para a melhoria da qualidade de vida de toda a população de Mirandela, valorizando todo o território.

Que este novo ciclo autárquico seja marcado pelo diálogo institucional, pela transparência e pelo rigor na atribuição dos subsídios extraordinários às juntas de freguesia, pelo trabalho em prol do nosso concelho de Mirandela.

Quero fazer uma questão concreta que não é política de discurso, é política de obras. A ampliação do cemitério de Frechas, pergunto de forma direta se esta obra não terá sido mais uma intervenção eleitoralista, à semelhança do que aconteceu com o Pontão da Ribeira da Artorta em agosto de 2021. Foi lançado a concurso, ficou deserto e nunca mais voltou a ser lançado a concurso, apesar de várias insistências minhas ao longo do mandato. Pergunto, portanto, vai o Cemitério de Frechas ter o mesmo destino? Vai ser mais uma obra anunciada, falada, prometida, mas nunca executada? Atrevo-me até a antecipar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, que tenho muita estima e admiração, que certamente vai dizer que já anda a ouvir falar do Cemitério de Frechas há oito anos e que isto se torna um não assunto. Mas para mim não é, será sempre um assunto prioritário, enquanto a obra não for feita, ou pelo menos enquanto o Executivo não tiver hombridade política, de assumir publicamente que não vai executar, ou que vai executar esta obra.

É isto que as populações exigem, menos anúncios, mais verdade, menos propaganda, mais responsabilidade.

Trago também a esta presente Assembleia a questão da barragem do Cachão, que cada vez é mais necessário reter a pouca água que chove de inverno para podermos utilizar no verão. Representa uma enorme responsabilidade para todos os que governam este concelho. No dia 3 de novembro de 2024 e novamente dia 7 de janeiro de 2025, enviei dois *e-mails* oficiais ao então Administrador da AIN/MIC, em que o Senhor Dr. *Vitor Correia*, como Vereador, integrava o Conselho de Administração da AIN/MIC, solicitando esclarecimentos sobre a situação da barragem, que para mim foi uma surpresa a resposta, que não havia tempo para estes assuntos.

Este comportamento é uma demonstração clara de desrespeito institucional e que não podemos aceitar. Pergunto agora de forma clara, como o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela vai manter a mesma postura de silêncio e desinteresse com os assuntos envolventes na barragem, como aconteceu no passado, ou vai assumir uma responsabilidade enquanto Presidente da Câmara Municipal de Mirandela?

O concelho não pode continuar a ser tratado com desdém e indiferença, como eleito, tenho o dever de informar este Órgão e a população, ou será que nada foi feito pela barragem, porque a barragem ainda está penhorada pela Segurança Social, pela dívida superior a 250 mil euros? A falta de resposta não é apenas uma falta administrativa, é uma falha política. A barragem do Cachão



exige uma atitude séria, transparente e proativa. É esse o compromisso que o concelho espera de quem ocupa o cargo de Presidente. As promessas de ação não podem continuar a ser palavras vazias. Estou a aguardar não só uma resposta, mas uma atitude concreta que demonstre que a postura do passado não será repetida e que o Município está efetivamente comprometido com o interesse de encher a barragem do Cachão.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Trago dois temas neste Período Antes da Ordem do Dia, que de alguma forma captaram a minha atenção nestes últimos dias no Município de Mirandela. A minha opinião, é a minha mera opinião, é de que efetivamente nós aqui neste Plenário não temos assuntos prioritários, não temos assuntos melhores, piores, maiores, mais pequenos, temos assuntos e cabe ao Executivo dar-nos respostas quando nós questionamos.

O primeiro tema é um tema que efetivamente eu não senti que houve uma resposta por parte do Executivo. Nós estivemos presentes na Mesa Redonda da CPCJ, no Auditório do Centro Cultural e de facto, o Executivo esteve presente na pessoa do Senhor Vice-Presidente e aquilo que eu senti foi que quando questionado e pedido a sua opinião enquanto Vice-Presidente e não enquanto ex-Presidente da CPCJ, que desse opinião relativamente a um assunto que, neste momento, a CPCJ, na pessoa da Senhora Presidente, tem salientado bastante, fugiu à resposta, ou melhor, não deu resposta, agradeceu imenso as presenças de todos os que lá estavam, exceto alguns, mas não deu resposta ao essencial.

O que me traz hoje com este tema é perceber qual é a sensibilidade do Executivo à questão do aumento dos processos na CPCJ e à falta de recursos da CPCJ. Nós não estivemos só presentes na Mesa Redonda e na assistência da Mesa Redonda, melhor dito, nós estivemos também nas instalações da CPCJ e de facto, o que se vê, eu tenho uma sorte imensa, porque de facto eu consigo trabalhar em condições ótimas e acredito que muitos de nós aqui também, o que vi no Centro Cívico foi de facto instalações onde estão um número de pessoas significativo e que praticamente não nos conseguimos movimentar, temos que nos levantar quando estamos sentados para se conseguir passar, não há condições humanas para garantir e assegurar a tramitação dos processos na CPCJ.

Queria perceber qual é a sensibilidade deste Partido e deste Executivo para além das luzes de Natal, relativamente a estas questões que nos sensibilizam a todos, principalmente nesta época natalícia.

O segundo tema já que estávamos nas instalações do Centro Cívico, a Senhora arquiteta *Liliana* recebeu-nos muito bem também e, portanto, é outra questão que me parece que seria importante perceber também se este Executivo tem alguma coisa pensada, tem alguma coisa a dizer relativamente a inúmeros processos do Programa de Apoio à Habitação que estão completamente parados e que, possivelmente, vão ficar perdidos, tanto o trabalho com técnicos, tanto o trabalho com pessoas a tentar resolver esta situação até mesmo sem serem técnicos e ficamos no vazio. Eu gostava que quando eu estivesse a falar o Senhor Presidente me ouvisse, é só uma questão de respeito. Nós quando pedimos respeito, também temos que saber respeitar. E, portanto, tem que me ouvir com alguma atenção, porque eu ouço também quando fala, ou o pouco que fala, ouço, vou-lhe pedir que faça isso comigo nesta Assembleia, são estas duas questões.

----- O Senhor Deputado Municipal *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente e online.

Antes de mais queria desejar muito sucesso ao Sr. Presidente da Assembleia e também às Senhoras Secretárias. Começava a minha intervenção por me dirigir ao Senhor Presidente da Assembleia visto, na última reunião não ter tido a oportunidade de o fazer. Era precisamente sobre as intervenções do público que, a meu ver, deveriam continuar a poder ir ao palco. expressar as suas ideias e pôr as suas questões.

Não vejo que as pessoas percam assim tanto tempo com as suas deslocações ao palco e no palco, para além de as podermos ver, têm mais condições de colocar os seus apontamentos e não precisarem segurar o microfone na mão, por isso Senhor Presidente, acho que deveria rever esta medida e permitir que o público possa fazer as suas intervenções no palco.

Queria também desejar um ótimo mandato ao Executivo Municipal, se fizerem um excelente trabalho, isso irá refletir-se em todo o concelho. Sr. Presidente, como a Vossa Excelência sabe, no mandato anterior, sempre me insurgi contra a forma como o Protocolo dos materiais que é distribuído pelas juntas de freguesia e uniões de freguesias.

É uma injustiça que uma união de freguesias que tem cinco aldeias ou mais, ou freguesias grandes, recebam tanto como outras que só têm uma aldeia e pequena, por isso, espero que neste mandato que iniciamos possa haver uma discriminação positiva para todas as freguesias, principalmente para as que têm várias aldeias.

Senhor Presidente, gostaria que me informasse qual a situação dos saneamentos do Carvalhal e da Palorca, para quando o início das obras? No mandato anterior, tinha afirmado que estas obras tinham sido postas a concurso, mas que não tinham havido empresas a concorrer e que iriam novamente a concurso com outras verbas, para quando o início das obras?

Parque Infantil de Pereira tinha afirmado que estava tudo resolvido para que fosse instalado, mas até ao momento, nada foi feito. Será que atrasou estas obras a pensar no seu candidato à união de freguesias, caso ele ganhasse, pudesse fazer um brilharete com estas obras? Bom, se assim foi, saiu-lhe o tiro pela culatra. Porque o seu candidato levou uma abada precisamente do meu candidato.

Senhor Presidente, acho que já está na hora de passarmos das palavras aos atos. Então eu pergunto, para quando a instalação do Parque Infantil de Pereira?

Também queria perguntar ao Senhor Presidente, quantos lotes já foram entregues na nova Zona Industrial? Esses lotes têm área limitada, se têm qual é a área máxima que uma empresa pode adquirir. Como todos reconhecemos, o nosso concelho é maioritariamente um concelho agrícola, por isso tenho a certeza que só com uma agricultura forte, com empresas agrícolas fortes e dinâmicas, é que poderemos ter um concelho com êxito. Com uma agricultura forte, que crie postos de trabalho, que crie riqueza,



tenho certeza que só assim vamos conseguir parar a desertificação do nosso concelho, que tanto nos preocupa. Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, o que pensa fazer para ajudar a agricultura do nosso concelho? Quais as medidas que o seu Executivo tem para melhorar a nossa agricultura.

Soube que esteve no Conselho Municipal de Agricultura e gostaria de saber por que razão os agricultores e as associações ligadas ao setor não foram convidados. Acho inadmissível que o Senhor Presidente não tenha tido a hombridade de estender o convite tanto aos agricultores, como às associações de agricultores. Quem melhor do que estes para defender o setor? Será que estava com receio de lhe tirassem o protagonismo?

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *LUÍS SOARES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Esta minha intervenção passa um pouco por um tema que não é muito abordado aqui, ou melhor, é muito abordado aqui, que é a questão do Parque Tuasol, a questão da tirolesa e a questão desta problemática. Eu, além de Presidente de Junta, de Mirandela, naturalmente sou pai, sou pai de duas crianças, uma de sete e outra de quatro, sou um frequentador nato desses espaços lúdicos, como é habitual e nada mais me pode orgulhar do que ver as nossas crianças felizes nesses espaços. Nada mais me pode orgulhar do que ter esses espaços dignos e com condições para as nossas crianças, aliás, não há maior satisfação do que ver as crianças felizes e as crianças que possam utilizar todos estes espaços lúdicos de forma segura e que estes equipamentos tenham todas as condições de segurança.

Relativamente a este equipamento, entreguei na Mesa uma Recomendação que gostaria muito que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submetesse a esta Assembleia para apreciação e votação e que passo a transcrever.

O assunto é pela manutenção, segurança e valorização do equipamento da Tirolesa e pela afirmação do Parque Toa Sol como referência lúdica em Mirandela.

Ao abrigo do disposto na alínea k, do número 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75 de 2013, de 12 de setembro, que confere à Assembleia Municipal a competência para se pronunciar e deliberar sobre assuntos de interesse para o município, bem como no âmbito das competências de Acompanhamento e Fiscalização da Atividade Municipal, eu, o Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Luís Soares*, vou apresentar a seguinte recomendação com base nas seguintes considerações.

Considerando que o direito ao brincar e ao lazer é fundamental para o desenvolvimento saudável das crianças e jovens do nosso concelho, sendo o dever da autarquia promover espaços de qualidade, seguros e estimulantes.

Considerando que o Parque Infantil Tuasol é um espaço vital para a comunidade, servindo de ponto de encontro para inúmeras famílias mirandenses, não devendo a sua atratividade ser diminuída, mas sim reforçada.

Considerando-a com equipamento denominado tirolesa é reconhecidamente uma das atrações mais diferenciadoras e populares daquele espaço, cuja interdição empobrece a oferta lúdica da cidade.

Considerando que a gestão autárquica de excelência deve pautar-se pela procura de soluções técnicas e de engenharia que permitam conciliar o lazer com o bem-estar da envolvente, em vez da supressão pura e simples de equipamentos públicos instalados e considerando que existem soluções de mitigações eficazes, como manutenção preventiva, materiais de amortecimento acústico, barreiras paisagísticas, entre outros, que permitem a coexistência harmoniosa entre zonas de recreio e zonas residenciais, neste termos, a Assembleia Municipal de Mirandela delibera recomendar à Câmara Municipal o seguinte:

Que adote todas as medidas técnicas necessárias para garantir a manutenção do equipamento da tirolesa no Parque Infantil Tuasol, assegurando que o mesmo reúne todas as condições para serem utilizadas com a devida segurança pelas crianças e jovens e realize os investimentos financeiros necessários para a implementação de melhorias, ou medidas de mitigação que se revelem indispensáveis para garantir o bom funcionamento do equipamento em conformidade com as normas vigentes, sem que tal implique a sua remoção.

Assuma o compromisso ainda estratégico de transformar o Parque Infantil Tuasol numa referência de equipamentos lúdicos ao serviço dos mirandenses, garantindo a sua modernização e valorização contínua.

Reforçar a rede de parques infantis na cidade de Mirandela, através da verificação da possibilidade de construção de novos equipamentos, neste mandato, Senhor Presidente, era muito importante reforçarmos os equipamentos lúdicos na cidade de Mirandela, no anterior mandato não houve nenhuma nova construção nesta área. As nossas crianças acho que merecem da nossa parte um reforço estrutural.

Assim, naturalmente, tenho que subscrever as palavras do Senhor Deputado *Arménio Vaz* e ex-colega Presidente Junta, que corrobora completamente da necessidade de construção do Parque Infantil na localidade de Pereira. Pereira também tem, felizmente, um reforço das crianças e naturalmente, na localidade de Pereira e na cidade de Mirandela parecem ter esta necessidade e creio que a Câmara de Mirandela tem agora a possibilidade de concretizar estas infraestruturas.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fico estupefacto e preocupado pela forma como o Senhor Presidente da Assembleia reagiu a um direito e um pedido de perguntas diretamente a ele, colocadas de uma forma calma, de uma forma correta, em vez de responder e não naquele momento, começou logo a cometer uma ilegalidade. Então o Senhor Presidente da Câmara espera que todos falem para responder e o Senhor Presidente da Assembleia, quando lhe apetece, intervém para falar, para comentar inclusivamente as intervenções de algumas pessoas. Isso não se faz, Senhor Presidente. Depois eu fico preocupado e fico preocupado porque fica nervoso. Viram o tom e o adjetivo que ele aplicou? Assim é preciso eu deixar de vir às assembleias, Senhor Presidente, brilhe lá o que quiser, eu não estou aqui para impedir que ninguém brilhe, ou deixe de brilhar, estou aqui para cumprir os meus deveres.

Aquilo que se passou na Comissão Permanente, fique claro. não me vinculava, nem a mim, nem a todos aqueles que estivemos presentes, para deixar de falar ou não deste ou daquele assunto. O Senhor Presidente da Câmara foi lá, não propriamente para me retirar a possibilidade de eu falar na questão fiscalizadora da Assembleia Municipal, foi para fazermos as perguntas que nós



entendêssemos necessárias e sobre isso o Senhor Presidente falou, falou aquilo que toda a gente sabe, do comunicado que colocou cá fora. É uma situação, ninguém comentou nada sobre isso e não tem nada a ver com a questão que eu coloquei. Só queria que ficasse aqui registado e que para a próxima vez, Senhor Presidente, comece a atuar de outra maneira quando eu falo e se efetivamente eu o atinjo, diga, mas eu acho que não, acho que não o atingi em nada. Não é motivo para me atingir a mim e usar a palavra aberração.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Não vou cultivar aqui litígios entre todos nós, não vale a pena. Isso foi mal interpretado. Se calhar a culpa é minha. É o seguinte, eu fui claro quando disse que já não tenho, se calhar, capacidade para depois de 10, 15 intervenções, reunir e responder. Nada me impede, nem ao Senhor Presidente da Câmara, nem é ilegal, de eu ao fim de 3 ou 4 intervenções, naquilo que me toca, eu dar as respetivas respostas, nada impede. Por outro lado, de facto, há acordos de cavalheiros que nós devemos saber cumprir e nós na reunião, não vou avançar muito mais, houve um pré-acordo neste sentido, até porque se trata de um assunto que ocorreu há oito dias, que pode bater à porta de casa de cada um. em que temos envolvidos, não são acusados, pessoas extremamente prestigiadas desta cidade, desde ex-presidentes, chefes de divisão, eu pelo menos e particularmente considero-os a todos muito como pessoas idóneas, estar a pedir um inquérito, foi o que eu percebi, se percebi mal, as minhas desculpas.

Estaremos aqui, em devido tempo, na nossa ação fiscalizadora e também de acompanhamento, para ver isso, mas não nos vamos precipitar a levantar aqui questões que realmente não sabemos o que se passa, não sabemos as pessoas envolvidas, aliás, só sabemos uma que quis dar a cara e porque quis à comunicação social, que é o atual Vereador daquele Pelouro. Os outros, eu por acaso vou sabendo algumas coisas, mas nem sequer vale a pena para hoje aqui, e que serão pessoas, até prova em contrário, para mim, inocentes. E já é costume, isto aqui acontecer por parte do Senhor Deputado *Vigílio Tavares*, que apontou o dedo noutra situação a alguém que ainda não é culpado, isto não é novo. Senhor Deputado *Vigílio Tavares*, não me leva a mal, mas há questões, ou alguns critérios, de facto, de eternidade que nós devemos ter com nós próprios e ter isso em atenção, é só isso.

Vou terminar como comecei, eu não vou cultivar litígios entre nós, era o que mais faltava, pela minha parte, já disse o que tinha a dizer e o assunto terminou.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu volto a dizer que não há dúvida que há maldade nas pessoas. A interpretação que o Senhor está a fazer é completamente diferente daquilo que eu coloquei. Agora tentou responder às perguntas, mas interpretou à maneira dele e comparou com casos completamente distintos. Não tem nada a ver com uma coisa, ou com a outra. insinuou, o que é mau na intervenção dele, que eu queria pôr em causa alguns dos funcionários. A minha intervenção está clara, está gravada, não põe em causa ninguém e eu só perguntei o que é que o Senhor Presidente, já fez, ou não fez, o que é que ia fazer? Mais nada. Foi isso que eu fiz, portanto eu não cometi nenhum mal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Estamos aqui 60 e tal pessoas, ou 70 pessoas, cada uma poderá ter interpretações diferentes. O julgamento será de cada um e eu fico por aqui, como digo, não vamos continuar com esta polémica porque os Senhores Deputados não têm que estar aqui a assistir a este bate-papo de um lado para o outro. Por mim terminou, o assunto está terminado. Qualquer assunto que tenhamos a falar sobre estas nossas divergências fazemo-lo pessoalmente.

Perante uma recomendação feita pelo Senhor Deputado *Luis Soares*, que eu acho que é uma recomendação pertinente ao Executivo, eu vou ter de a por a votação. As recomendações, já sabem, do Executivo não passam de recomendações, não são obrigações para eles, eu neste caso concreto pediria ao Executivo que fizesse o respetivo registo e que desse continuidade sempre que possível às nossas recomendações. Quer aquela velha, que o Senhor Deputado *António Martins* referiu sobre uma homenagem que foi aqui aprovada ao Senhor Deputado *Bernardino Pereira*, quer sobre este caso ele atua só. Espero que o faça, mas de qualquer modo neste caso concreto temos que a votar.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados

Agradecer já a todas as questões colocadas, porque de facto todas elas são questões de interesse municipal e de muita relevância. Não há assuntos mais importantes que outros, são todos muito importantes.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Aquilino Pereira*, relativamente à questão das valetas, nós efetivamente temos tido essa lacuna e por isso estamos a pensar alterar para o futuro estas questões das valetas para as juntas de freguesia, ou seja, cada junta de freguesia passe a ser responsável pela limpeza daquilo que é a sua freguesia, para nós podermos mitigar esta questão, porque as empresas não conseguem tempo para todo o território, quando estão a acabar de um lado já estão crescidas no outro lado.

Temos de pensar aqui numa solução mais agregadora, mais envolvente, que possa responder de imediato a todos e parece-nos a nós, que pode passar por uma transferência de competências dessa natureza para as freguesias. Obrigado pela sua questão, é muito bem colocada, porque é efetivamente uma fragilidade que tem tido este Executivo e o anterior, não é novo, isto já vem acontecendo e efetivamente é bem colocada a questão e penso que nós estamos aqui a responder e queremos ter uma solução brevemente para esse efeito.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, relativamente à oferta pública de aquisição dos sete imóveis, nós quando fizemos esse protocolo de aquisição, os proprietários não ficaram presos ao protocolo feito pela Câmara. Eles podem vender a qualquer momento se entenderem, ficou esse compromisso, a pessoa pode, a qualquer momento, vender por sua iniciativa, se lhe aparecer uma oportunidade, a outra pessoa, enquanto não tiver o projeto concluído e atribuído.

Houve um atraso, efetivamente, não da parte do Município, mas da parte do IHRU, aliás, esta semana estivemos reunidos com a Senhora Diretora do IHRU, em Macedo de Cavaleiros e esta é uma situação transversal a todos os municípios, onde, efetivamente,



estivemos a debater este e outros assuntos, porque isto é muito mais transversal que esse assunto desses protocolos que nós fizemos, dessas ofertas de aquisição, o que tem a ver também com a reabilitação total, nomeadamente aquela que nós queremos fazer com o bairro Padre Américo, há aqui situações que no decorrer do tempo foram alteradas, porque elas estavam todas elencadas nominalmente naquilo que era o PRR, entretanto teve que ser alterado e agora nós vamos ter de ter uma comparticipação municipal de 40 %, porque só já é participável em 60 %.

Temos tido aqui algumas dificuldades, que vão muito para além daquilo que é o desígnio municipal e a vontade municipal, isso é factual, nós atempadamente submetemos as nossas candidaturas, aquilo que é a nossa intenção, elas estão lá mapeadas, a Senhora Diretora *Ana Cruz* não as refutou de forma nenhuma, só que eles próprios também têm algumas limitações, o próprio IHRU também tem, em termos de recursos humanos, foram-nos apresentadas algumas limitações e não conseguem dar resposta a tudo.

Entretanto, as questões da evolução também dos fundos do PRR, evoluíram noutro sentido e temos essa dificuldade, mas está tudo validado, apenas está adiado no tempo. Se o contrato acabar, há a possibilidade de nós reformularmos esses contratos, aquilo que há garantia é que nós conseguimos passar, inclusivamente tinha que estar tudo a nível do PRR, até 30 de junho de 2026, , até aí pode haver e isso que está em cima da mesa, nível governamental, nós passamos para outro programa para podermos ter mais prazo.

Isto não é um assunto exclusivo do concelho de Mirandela, é um assunto nacional, mas que efetivamente toca aqui num assunto de grande sensibilidade, que é a habitação. efetivamente tem-se feito muito pouco a nível da habitação e a habitação enquanto elemento de fixação de pessoas no nosso território é fundamental.

Quanto à questão da AIN, responder no final a todos tem algumas vantagens, porque alguns assuntos são transversais respondo ao Senhor Deputado *Jorge Humberto* e ao mesmo tempo ao Senhor Deputado *Arménio Vaz*, que tem a ver com a Comissão Parlamentar, que esteve cá, a Comissão Parlamentar esteve cá e não fomos nós quem promovemos a visita, havemos promover, porque já temos, resultando dessa Comissão que esteve cá a visitar, ficou decidido que iríamos agendar para 2026 uma visita cá e aí sim, da nossa responsabilidade, com convite a todas as associações, aos agricultores que possam estar cá. Porque eles vieram com uma agenda cheia, começaram em Bragança, na Sortegel, passaram pelo regadio no Azibo, passaram em Mirandela que nós decidimos mostrar o estado da AIN, porque efetivamente faz sentido, quando alguém na Assembleia da República fala no Cachão, as pessoas têm que perceber o que é que é o Cachão, têm de perceber qual é que é o estado e nós tivemos de lhes mostrar esse choque com a realidade, para quando lhe falarem saberem efetivamente aquilo que estamos a dizer.

Não foi da nossa responsabilidade essa agenda, nem a oportunidade tiveram de almoçar, nós quisemos apresentar aquilo que era um projeto que estava em cima da mesa, para percebermos que temos que atualizar e tivemos de fazer um almoço volante no Moa, onde efetivamente correu muito bem, porque tiveram oportunidade de aprovar os nossos produtos endógenos e de grande relevância, como azeite, as torradas de azeite, como as alheiras, como o nosso vinho de Mirandela, que fizemos questão de ter lá presente. Nem ao almoço tiveram tempo, porque fizemos uma breve apresentação e seguiram imediatamente para Boticas. Foi aqui uma visita relâmpago. mas que efetivamente serviu para esse confronto com a realidade, para desenvolvermos aproximadamente uma atividade que tem de ser feita, porque temos que perceber que o Cachão, para nós, tem algo de emblemático.

Ainda hoje a marca Nordeste é uma marca muito considerada, toda a gente se lembra da marca Nordeste, porque é uma marca Nordeste encerrava em si aquilo que melhor tinha, não só o concelho de Mirandela, mas os concelhos, até o território todo. Nós temos que perceber que hoje não pode ser visto daquela forma, porque o Estado fez o favor de o entregar a dois municípios, Mirandela e Vila Flor, este presente e depois resultou nesta dívida que está aqui agora, que nós efetivamente temos vindo aqui a gerir de forma a podermos ter um dia, com apoio governamental, uma saída, porque isto é muito mais que um projeto intermunicipal, tem de ser um projeto nacional, porque foi o Governo que entregou a estes dois municípios esta prenda, na altura própria e Mirandela e Vila Flor viram-se com aquele presente, com o “menino nas mãos”, que têm que gerir e têm que procurar gerir da forma que como podem, porque os meios não são os necessários para poder fazer uma atividade diária condizente com aquilo que são as reais necessidades dos nossos concelhos, do nosso território. Essa dívida depois nunca foi paga, nós só sabemos que não foi paga, sabemos que houve um Fundo que se negociou com os Bancos esse valor e que, entretanto, estão a ser licitados em hasta pública os lotes, por aquilo que sabemos não tem havido interesse, não me admiro nada que não tenha havido grande interesse nos lotes, porque os lotes pertencem a um condomínio e um condomínio tem regras próprias, estar a adquirir um lote só por adquirir, porque não sei o que é que me autorizam a fazer lá, também é muito frágil, de maneira que as questões são assim.

Nós só podemos avançar definitivamente para uma outra solução quando nós retomarmos aquilo que é o Fundo da AIN dos dois municípios, isso é importante, fazermos esse Saneamento todo, para podermos estar completamente libertos, até para podermos fazer candidaturas, porque sabemos que nas candidaturas tem de se apresentar um conjunto de documentação e esse conjunto de documentação, nomeadamente dívida à Segurança Social, às Finanças. O que nós temos que fazer é pagar as dívidas, mas nós não vamos pagar as dívidas com as verbas municipais, nós temos que pagar as dívidas com verbas nacionais e é para isso que estamos a trabalhar e por isso é que veio cá esta a Comissão Parlamentar e que voltará cá as vezes que forem necessárias, e também trabalharmos isto no âmbito da CIM-TTM. Este é o nosso posicionamento relativamente ao Cachão e à AIN.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *António Martins*, já tinha respondido à município *Maria Antónia*, tem toda a razão sem dívida nenhuma, relativamente ao regulamento. Quanto às questões do bairro Tuasol, da tirolesa, do Lidl, do CTT, eu vou-vos dizer com toda a franqueza, a nós Executivo, choca-nos que haja aqui litígios, quer seja entre o Município e as pessoas, quer seja entre o litígio e até as empresas, no caso como está aqui no momento. Nós temos intenções de resolver isso. Porém, quando as coisas estão numa determinada malha judicial, nós percebemos que há *timings* que são inultrapassáveis, são um pouco morosos, mas efetivamente já tivemos aqui uma reunião também com os CTT, em sede de Tribunal, vou deixar também para nós o desenlace final, não está resolvido, por isso é que continua a fazer parte ali daquela relação, mas com boa vontade para avançarmos e resolvermos, porque a coisa pior que pode acontecer é um mau estar no Município e estar em litígio com as suas empresas e com os seus municípios. Acho que temos de fazer um esforço para ultrapassar isso e eu sou muito sensível a essas questões e o Executivo todo também e tudo faremos para ultrapassar essas situações que não são fáceis, que não são simples, como bem sabem.

Quanto às distinções dos Senhores Presidentes Junta, o Senhor *Bernardino Pereira* e o Senhor *Arménio Vaz*, eu tive ocasião de dizer numa Assembleia, ainda no anterior Executivo, que iríamos fazer essas distinções, vamos cumprir as determinações da Assembleia Municipal e até fui um bocadinho mais longe, que iríamos fazer também àqueles Presidentes de Junta, que por já terem terminado o limite de mandatos, também nos parece justo que sejam homenageados. Fazemos uma cerimónia para todos os



Presidentes de Junta, nomeadamente e em particular àqueles que tiveram aqui durante muitos anos essa atividade que é muito digna, muito próxima e que são efetivamente os Presidentes de Junta e eu posso dizer isso com toda a propriedade, como sabem, alguém que está muito próximo e alguém que sente muito os problemas da população e seria, da minha parte, pouco digno se não fizesse honra em cumprir esse objetivo.

Relativamente à questão da fundamentação dos subsídios nos edifícios municipais. eu acho que o município, não obstante estarem atribuídos os protocolos, nomeadamente com as escolas, que era isso a que se estaria a referir, ou pelo menos são aquelas mais notórias, parece-me que esse protocolo foi bem conseguido, mas também me parece a mim que, tratando-se do edificado municipal, parece-me que o município deve promover a sua manutenção e aquilo que diz o protocolo é que podem ser feitas obras desde que seja mantida a sua traça. Manter a sua traça é mantermos estruturalmente o edificado como aquilo que foi o fim para que foi criado e isso tem sido feito, não obstante algumas alterações do interior podem ser utilizadas para fins diversos, agora, a traça final é a manutenção do edificado, isto é, nós temos de olhar para o edifício, perceber que é um edifício que foi, no caso concreto, uma escola que teve uma traça do Estado Novo e parece-me que isso tem sido conseguido e nós temos feito o acompanhamento necessário para que isso seja uma realidade.

Se podemos aprofundar, claro que sim, há sempre oportunidades de melhoria, podemos sempre aprofundar mais, mas parece-me que temos feito esse caminho e tem sido um caminho correto e de facto, eu olho para ela, eu reconheço aquela escola. Ela não foi alterada de forma significativa. Ela mantém a sua traça e isso é que é importante.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, a informação que demos foi uma informação que dissemos que não iríamos fazer mais nenhum comentário para além do que foi feito, porém, nós tivemos toda a honra e dignidade, podíamos não ter ido tão além como fomos, nós pusemos este Executivo e na pessoa do Senhor Vice-Presidente e Vereador desse Pelouro, fez questão ele próprio que fosse muito claro quem é que era do Executivo atual e não nos pronunciámos em relação a Executivos anteriores.

O Senhor Vice-Presidente pediu-me para fazer uma intervenção acerca deste assunto, eu vou-lhe dar autorização, para que possa falar deste caso concreto, porém, devo dizer que estamos a guardar com toda a tranquilidade, com toda a serenidade, o desfecho que a Justiça irá fazer e depois na altura própria, em função dos resultados, nos iremos pronunciar-nos. O Executivo confia em todos os técnicos, em todos os funcionários, em todos os trabalhadores, dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* para ele se poder pronunciar em relação a este assunto.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES* autorizado a intervir disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Como eleito local, desde 2017, tive, por parte do primeiro Executivo, o convite da Senhora Presidenta da Câmara para assumir as funções do Pelouro do Urbanismo, entre 2017 e 2021, foi novamente reiterado o convite entre 2021 e 2025 pela Senhora Presidente da Câmara para manter o Pelouro do Urbanismo e depois tive o convite por parte do Senhor Presidente *Vítor Correia* para manter o Pelouro do Urbanismo a partir de 2025. Desde essa data, proferi cerca de 15 mil Despachos referentes a 15 mil processos, ou requerimentos relacionados com o urbanismo, em todos os 15 mil Despachos usei o mesmo critério de independência, ética e rigor.

Esteve na Câmara Municipal uma equipa da Polícia Judiciária que veio verificar e está a acompanhar um processo urbanístico que iniciou em 2013 e que terminou em 2019. Entendeu a Polícia Judiciária e o DIAP do Porto atribuir a todos os elementos que estiveram ligados ao processo, entendeu o DIAP do Porto e a Judiciária, atribuir a todos os elementos que estiveram ligados ao processo, sejam eles eleitos locais, sejam eles técnicos, o estatuto de arguido, informando-os oficialmente que o processo está a ser averiguado. Por isso, eu, enquanto Vereador do Executivo, fiquei e fui informado oficialmente que o assunto está a ser investigado, por isso, digo hoje aqui nesta Assembleia Municipal, digo hoje para todos os mirandenses que podem confiar e continuar a confiar no vosso Vereador do Urbanismo e digo hoje a esta Assembleia Municipal e aos mirandenses que aguardem serenamente pelo desfecho da investigação e obrigado por isso.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Sousa*, estes desafios que são aqui elencados, constam daquilo que é o nosso plano de ação, a mobilidade do Vale do Tua, outro tema muito quente, uma herança bastante pesada, que ainda esta semana tivemos oportunidade de reunir no âmbito da Agência Vale do Tua, com o concessionário *Mystic Tua*, onde tivemos a clarificar alguns pontos e já estão aqui a ser agendadas mais reuniões com Secretários de Estado.

Já tivemos uma reunião com o Senhor Secretário de Estado e Ambiente e agora vamos ter com outras Secretarias de Estado, para podermos alavancar e desbloquear definitivamente esta situação da mobilidade do Vale do Tua. A ligação ao IP2, é uma situação prioritária, vamos ter uma reunião com as Infraestruturas de Portugal para tudo fazermos para que esta estrada seja classificada como uma estrada nacional, mas muito mais que uma estrada nacional, tem de ser classificada como uma ligação, ou um eixo estruturante de ligação ao IP2 e nesse caso irá servir as populações que estão afetadas aquela linha, mas também muito mais que uma ligação que tem para o nosso Município, que de facto tem sido bastante prejudicial, porque, e eu digo isto com alguma mágoa, até já percebemos que a nível do nosso hospital, há alguns bombeiros que desviam o circuito, ou seja, que vão para outros hospitais porque a estrada já não lhe oferece as garantias de segurança para os próprios doentes, portanto, é uma ligação estratégica que tem de ser feita e o urge fazê-la sem dúvida nenhuma.

Quanto ao Plano de Pormenor, estamos a trabalhar para que seja uma realidade, a mobilidade também. Estas questões de desafios que nos lança aqui, nós aceitamo-los como tal, porque reconhecemos neles e vemos neles uma necessidade premente deles serem implementados.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente Junta de Freguesia de Abambres *José Cabanas*, fez questão de relembrar aquilo que é do nosso conhecimento, nós temos tido com as juntas de freguesia, relações bastante próximas e de facto, a igreja de São Tomé é um monumento nacional e que não pode ser trabalhado como outras igrejas que o não são e com as quais nós já tivemos apoios. mas já estivemos a fazer trabalho, como sabe, mas isto vai muito para além daquilo que é a vontade municipal e a vontade do dono



da temos de envolver a CCDR-N, na sua Divisão de Cultura, vão ter uma palavra a dizer no que diz respeito às obras e ao seu financiamento, que já vai numas centenas de milhares de euros. É um assunto que não está esquecido, tal como a estabilização do açude de Abambres que também está englobado no nosso projeto também, para poder ser reabilitado, assim como a Etar e as instalações sanitárias de Vale de Martinho. temos de olhar para elas, sendo certo que estamos a fazer intervenções em edifícios que já não são propriamente municipais, temos de olhar para eles de uma forma excepcional, a maioria da praia fluvial de Vale de Juncal é uma realidade, este ano trabalhámos sobretudo na limpeza da própria praia, do próprio açude, infelizmente o tempo não deixou concluir os trabalhos, mas voltaremos ao tema para que a praia fluvial de Vale de Juncal seja uma praia de referência no nosso Conselho e que possa ser mais visitada.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Bernardino Pereira*, o Senhor *Carlos Costa* tem a categoria de encarregado no Município de Mirandela, está englobado nas Águas e Saneamento.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada *Isabel Barreira*, a retirada das ambulâncias é uma fragilidade, tudo o que seja retirar alguma coisa do nosso território é mau, mas aqui neste caso concreto é péssimo, pois nós já percebemos que tendo nós aqui a distância que tem, quer do nosso concelho, quer dos concelhos que servem o Hospital, tudo o que seja retirar capacidade ao INEM, àquilo que é a emergência imediata, é retirar o que as pessoas têm direito, é mexer nos seus direitos mais elementares, quer com esta situação, quer no âmbito da VASP - Distribuidora Nacional de Imprensa, respondo da mesma forma, a nossa posição é uma posição que já foi manifestada junto do Governo Central, através dos Deputados que nos representam no distrito, via CIM-TTM, temos vindo manifestar a nossa indignação perante estas duas situações.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada *Sandra Grilo*, nós temos uma fragilidade nas falhas de água, estamos a trabalhar nesse assunto, não posso garantir uma calendarização propriamente dita de ações, mas algumas delas já estão a decorrer. Já estão a decorrer aquelas que têm monitorização automática, para que possa haver uma resposta automática, sem intervenção humana. Isto é, quando o depósito atinge uma baixa de volume de água, quer seja abrupto, quer seja de forma mais continuada, haver um aviso para que seja dada uma resposta imediata. Este ano o nosso primeiro tarifário que pertence a um Plano de Eficiência Hídrica, que está perfeitamente elencado e nós atuamos ao nível da monitorização para haver uma resposta imediata, para haver um alerta, para os primeiros meios de apoio serem intervencionados, se houver necessidade de nos socorrermos a outros meios de fornecimento de água será feito, muitas vezes não é necessário fazer, como é um caso que aconteceu agora muito recentemente, até numa situação que é do fornecimento de água de Vale de Asnes, Cedaínhos e Cedães, onde Vale de Asnes, porque tem o depósito a um nível superior e precisa de um reforço em água, a água não vai por gravidade, precisa de acionar uma bomba e essa bomba não recebeu o sinal porque, os dados móveis estão a ser implementados, pelo menos os postes já estão levantados, também vai resolver esse problema, isto é, implementação que nós fizemos já lá era para estar completamente solucionada, mas ainda tem, de vez em quando, estas pequenas anomalias que resultam de anomalias daquilo que é a utilização de máquinas. Todos nós sabemos que elas têm momentos que avariam e isto é uma fragilidade nossa, mas que queremos ultrapassar.

Relativamente à questão que colocou da falha de energia, não teve a ver com a transição energética, havia ali um problema e a E-Redes estava a desenvolver todas as ações que eram possíveis para ultrapassar isso, hoje o problema está ultrapassado, não tem nada a ver com a questão da substituição das luminárias, não teve nada a ver com isso. Efetivamente houve um ganho, um ganho para todos e vamos continuar esse trabalho, tem sido um trabalho reconhecido, com reflexo em baixar a nossa fatura de energia, mas efetivamente as falhas de energia não por esse motivo.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada *Virgínia Vaz* e às atividades natalícias, nós gostaríamos de ter outras atividades melhores, concordo absolutamente, acho que isso é transversal, mas há uma coisa que eu lhe quero dizer Senhora Deputada, nós temos que perceber que ainda estamos a começar a “tirar a cabeça da água” e estamos aqui já em condições de nós podermos, possivelmente no próximo ano, apresentar outras soluções. Dizer-lhe, por exemplo, que não queríamos estar numa situação que, a nível nacional, está a acontecer.

Hoje, felizmente, todos os nossos trabalhadores já têm na sua conta bancária os vencimentos, mas posso-lhe garantir que há Municípios, a nível nacional, onde isso não acontece e isso, para nós, é ponto de honra. Temos que garantir a sustentabilidade, a garantia de que temos as nossas contas em dia para podermos, depois, avançar para outras decisões, mas eu não posso estar mais de acordo consigo. Eu também olho, também me sinto e também vejo. Às vezes, quando as pessoas falam, dizem, “mas vocês não veem?” Vemos, claro que sim, vemos e vemos muito bem.

Temos que ter um investimento também ao nível das Festas da cidade, temos que perceber que tem que haver aqui algum investimento e temos que o fazer. Agradeço e nós, com toda a frontalidade assumimos essa questão, mas para nós, é muito importante que tenhamos contas em dia, que os prazos médios de pagamento sejam os menores de sempre e isto é, para nós, ponto de honra, bons pagadores fazem bons amigos.

Respondendo à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Luís Soares*, no que diz respeito à questão dos parques infantis, não posso estar mais de acordo quanto à necessidade de reforçar a rede de parques infantis, quer na cidade, quer no concelho. Acho que isso é garantido e temos vindo a fazer esse trabalho. Se, por alguma razão, a tirolesa hoje não está a funcionar, tem a ver com o nosso trabalho junto dos parques infantis, para garantir a segurança dos seus utilizadores. A tirolesa tem estado parada porque, para além da medição acústica que foi feita e que será alvo de análise no tempo próprio, foi também feita, como é anualmente, a inspeção a todos os parques, tendo sido identificada uma anomalia no equipamento que não permitia a sua utilização com segurança.

Estamos a avaliar o custo da reparação desse equipamento e a ponderar, juntamente com o outro relatório, numa lógica de custo-benefício, aquilo que representa a reparação e a sensibilidade que devemos ter em função do relatório que vai ser analisado, para perceber se efetivamente esse equipamento deve, ou não ser mantido. Não é uma decisão política, é uma decisão técnica que tem que garantir a segurança de todos. Por essa razão é que mandámos fazer as intervenções e investimos nessa situação. Naquele parque já fizemos de tudo, já colocámos câmaras de vigilância, já fizemos o muro de suporte, temos estado a fazer investimento nisso. É importante garantir a segurança de todos garantir a segurança de todos, porém, também não é menos verdade que temos que ter um nível de tolerância, as pessoas têm que ter um nível de tolerância. A minha sensibilidade em relação a esse assunto é que a utilização fora de horas é o maior dos problemas, porque, se as pessoas tivessem uma utilização dentro do horário de funcionamento adequado, nada disto poderia acontecer, agora, se as pessoas não o respeitam, isto é uma questão de civismo.

A utilização da tirolesa pode continuar ou não, mas também tem muito a ver com a resposta dos cidadãos perante estes equipamentos e estas situações, que têm que respeitar. Eu não ponho aqui em causa, rigorosamente, a vontade de encerramento por parte da ABCUD. Não vou personalizar nada. Alguma coisa estaria mal se estivéssemos a personalizar. Temos que responder à comunidade e a resposta para a comunidade é garantir que funcione para o bem de todos, para a segurança das crianças, dos seus utilizadores, para o bem dos pais, que têm que garantir a segurança dos seus filhos e também para o bem dos moradores no seu conjunto e na sua globalidade, mas tem que haver aqui uma cedência de todos e essa cedência chama-se civismo, que é aquilo que muitas das vezes não acontece. Vamos analisar, não estamos a protelar nada, aliás, se chegámos a este ponto, muito fez o Executivo anterior e muito está a fazer este Executivo para que isto seja uma realidade, mas para que seja uma decisão correta, não uma decisão apenas porque alguém faz mais ou menos intervenções. Não nos vamos deixar limitar por intervenções; temos questões técnicas que têm que ser analisadas em sede própria.

Deixo também aqui uma mensagem muito clara, e vou voltar a dizê-la, os utilizadores têm que ter respeito pelo equipamento e pela comunidade.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, agradeço os seus agradecimentos, efetivamente, também acho que, se o Executivo trabalhar bem, é para o bem de toda a comunidade e é para isso que nos propusemos. Retribuo e agradeço os votos de bom mandato e este trabalho em prol da sua freguesia e do nosso concelho.

Senhor Presidente *José Carlos Teixeira*, dizer-lhe que a ampliação do cemitério não teve nada de eleitoral, nada, aliás, começámos a trabalhar nisso quando ainda nem se falava em eleições, embora já soubéssemos que iam acontecer. A questão de não ter avançado foi porque o concurso ficou deserto e temos que o voltar a lançar, não é uma bandeira eleitoral, é uma resposta a uma necessidade da sua freguesia, como há necessidades de outras freguesias, não tem a ver com qualquer bandeira eleitoral.

Relativamente à questão da barragem do Cachão, fiquei aqui um pouco na dúvida quanto à resposta, vou visitar a resposta que lhe foi dada para perceber, porque parece-me que a forma como foi dita não foi a mais adequada. Vamos retomar o tema, até porque a barragem do Cachão, se mais não fosse, deu um grande contributo a quando dos incêndios no verão passado, servindo para que rapidamente o incêndio fosse extinto.

Peço também desculpa à Senhora Deputada *Marisa Aranda*, há pouco não a estava a interromper, estava apenas a responder, não o devia ter feito. O tema que colocou é muito importante, CPCJ e preocupa-nos efetivamente o aumento dos processos.

Dizer que o Município é uma das entidades obrigatórias neste processo e temos lá um representante, que por acaso é também Presidente da CPCJ e que nos faz chegar estas fragilidades. Estas questões já as tínhamos ouvido, porque a Presidente é transmissora dessas necessidades.

Quanto às instalações, devo dizer que temos que ir muito mais longe, temos necessidade de instalações em quase todos os serviços, temos dificuldades em ter um edifício onde possamos concentrar alguns serviços, quer em regime de *front office*, quer de *back office*. É necessário olharmos para isto, porque efetivamente há evolução e as instalações não têm acompanhado estas necessidades e isso é uma fragilidade nossa, à qual temos que efetivamente responder.

No que diz respeito ao apoio ao acesso à habitação, penso que já hoje ouviu ali a resposta, portanto, não está completamente dependente de nós. Como lhe disse, há aqui também uma resposta do IHRU e nós temos feito aquilo que é o nosso papel, o nosso trabalho. O IHRU não tem respondido, mas penso que agora, com esta divisão, quando era a 100% se calhar as coisas demoravam, agora começa 60/40, pode ser que andem mais depressa.

Estamos também à procura de perceber como é que podemos e como é que devemos responder aos nossos 40%, sabemos que há financiamentos ao nível do Banco Europeu de Investimento e outras formas, no entanto, não deixam de ser um encargo para o Município, apesar de não contarem para a dívida, são um encargo municipal que é preciso pagar, portanto, não há dúvida quanto a isso e desculpem-me a frontalidade, mas é mesmo assim.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Arménio Vaz*, o que aqui fez referência já é um visitar da questão do protocolo dos materiais, portanto, da distribuição do valor, de facto, a distribuição do valor é baseada em critérios que nós sabemos quais são, até o próprio protocolo que temos também tem essa fragilidade, porque partimos daquilo que é o fundo de financiamento, mas dizer-lhe que reconhecemos que este protocolo de materiais, quando foi criado, com cinco mil euros, hoje já não representam 60%, ou 70% daquilo que representavam na altura. Acho que, quando houver condições, temos que reavaliar isso, sem prejuízo de podermos introduzir aqui outras variáveis.

A situação do saneamento da Palorca e do Carvalhal, a resposta é que vamos efetivamente voltar a submeter a candidatura, aliás, temos candidaturas e valor que as podem sustentar, ficaram desertas porque não houve quem quisesse concorrer, quer pelo valor, quer por outra situação; os empreiteiros estavam e ainda estão muito sobrecarregados.

Relativamente ao parque infantil de Pereira, penso que já saberá que está em regime de contratação pública, já foi lançado, mas as coisas demoram muito mais do que aquilo que pensamos.

Quanto aos lotes da nova Zona Industrial, estamos a terminar as redes para acabar o trabalho, porque estamos em condições de entregar os lotes. Pensamos que, durante o primeiro trimestre serão entregues.

Relativamente à questão de não terem sido convidadas associações quando estive cá a Comissão Parlamentar de Agricultura, já dei a resposta. Naturalmente, na próxima reunião iremos envolver nas atividades, as associações e os agricultores para que possam também manifestar aquelas que são as suas necessidades.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, na parte em que lhe fiz estas perguntas sobre o contrato da Primeira Habitação, acho que houve aqui algumas omissões, quero acreditar que não sejam propositadas, mas sim por falta de informação.

Senhor presidente, tenho aqui comigo os contratos de promessa de compra que o Executivo fez com as pessoas interessadas e olhando para o contrato que tenho à minha frente, não vejo aqui nenhum problema formal. Aliás, são contratos-promessa em que a Câmara Municipal já entregou 500 €, no âmbito da compra, digamos, como sinal para a formalização do contrato, cujo valor total



seria de 10.000 €. Correto? Já pagou 500 € a cada uma delas e, até ao final do ano, se não cumprir o contrato, as pessoas ficam com os 500 € que a Câmara deu como compromisso de compra.

Agora, o que não ficou claro na sua resposta, Senhor Presidente, é porque é que estes contratos, havendo essa pretensão, porque é que não são renovados com estas pessoas, visto que já houve uma conversa com a Presidente do IHRU, sabendo nós e digo aqui com toda a frontalidade, que há problemas no IHRU, nomeadamente porque foram desviadas verbas do Orçamento do Estado para outras questões, principalmente relacionadas com a guerra na Ucrânia, portanto, houve desvios de verbas da habitação para o esforço assumido por Portugal no âmbito da União Europeia e da NATO.

Em relação ao Cachão, Senhor Presidente, eu sei o que foi discutido na visita da Comissão Parlamentar de Agricultura. Felizmente ou infelizmente, o PCP ainda tem Deputados e eu tenho informação, transmitida pelo Deputado que cá veio, sobre o que se passou. Tenho pena que outros Partidos não tenham tido essa informação por parte dos seus Deputados e que não a tenham partilhado com as respetivas Comissões Políticas, mas isso é um problema dos vossos Partidos, não tem nada a ver com o PCP, nem com a CDU.

O que fica claro, Senhor Presidente, em relação ao Cachão e quando fala na questão do projeto, eu tinha este assunto para abordar quando falássemos do apoio que o Cachão vai receber, mas faço-o já para que não haja dúvidas e para que fique claro o que se anda a dizer em campanha eleitoral e depois o que os partidos fazem na Assembleia da República, porque parece que há uma amnésia.

O que foi proposto na Assembleia da República, na discussão do Orçamento do Estado, foi uma proposta do PCP/CDU para o reforço de verbas a atribuir às Câmaras Municipais de Mirandela e de Vila Flor, exatamente para aquilo que temos vindo a defender, que deve ser a administração pública, o Governo e o Estado português a assumir o compromisso da reabilitação do Cachão.

O PCP/CDU apresentou essa proposta para que houvesse disponibilidade financeira e para que fosse o Governo a fazer esse financiamento e veja-se como votaram os partidos na Assembleia da República, o PSD votou contra, o PS absteve-se, a Iniciativa Liberal votou contra e o CDS votou contra.

Portanto, quando vêm aqui em campanha eleitoral dizer e até derramar lágrimas de crocodilo, que o Cachão é a nossa salvação, depois, na Assembleia da República, quando são feitas propostas concretas e objetivas, os partidos votam exatamente no sentido contrário, aliás, vamos ter aqui a oportunidade, nesta discussão do Orçamento, de desmascarar muitas situações que existem na nossa política, não só local, mas também nacional.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria apenas deixar uma nota, *Abraham Lincoln* dizia muitas vezes que, “é preciso que as palavras sejam sempre claras, para que nenhum homem honesto as interprete mal e para que nenhum desonesto as distorça.” E cito isto porque? Porque, em nenhum momento, eu disse que a Assembleia não enviou ao Senhor Presidente o pedido de esclarecimento. O que eu disse foi que não o enviaram a mim. Acho que fui muito claro naquilo que disse.

Senhor Presidente da Câmara, relativamente à questão que lhe coloquei e volto a reforçar, isto é para o futuro, não é para agora; é para futura fundamentação. As obras que são feitas em património regem-se pelo PDM que está em vigor. Muitas vezes acabamos em Tribunal não por atos de corrupção, mas porque, administrativamente, falhamos. Isto é uma realidade que vai acontecendo. A mim já me aconteceu, portanto estou à vontade para falar.

Qualquer obra num espaço inventariado diz expressamente, “São permitidas obras de demolição nas seguintes situações e após aprovação da Câmara Municipal.”

Aquilo que eu digo é que, quando a fundamentação vem à Reunião de Câmara para ser atribuído um subsídio relativo a um equipamento destes e eu avaliei oito a nível do concelho onde foi feita intervenção, isto tem que estar garantido. Sim, tem que estar garantido, portanto, é o que diz o PDM, se o PDM prevalece para todos, tem que prevalecer para todos. O que estou a dizer é que, futuramente, qualquer situação que venha a ser apreciada deve ter em conta este critério, porque é o PDM que o determina, não é o António Martins.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só mesmo no que me diz respeito à minha pessoa e relativamente à correspondência, como disse, não deixei nenhuma situação pendente, contudo, se diz que não recebeu, iremos verificar junto dos serviços administrativos o que é que aconteceu, mas que na realidade tudo o que nos chegou foi encaminhado, mas vamos verificar então essa situação.

----- O Senhor Deputado Municipal *ARMÉNIO VAZ* (PSD) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ficámos a saber que realmente durante estes anos todos a nova Zona Industrial ainda continua vazia, portanto, os lotes continuam por entregar, não sei se realmente não há empresários para os ocupar, mas se há, eu gostaria de saber qual é a área máxima que cada empresário pode adquirir.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Essa informação não a tenho aqui, mas porque há lotes individuais, há lotes agregados, temos de fazer a consulta e depois podemos fazer chegar essa informação, aliás, ela é pública, se consultar estão lá, os lotes já estão, já há candidatos, eles já sabem quem são, já foram notificados, já estamos naquela fase final, portanto o que falta é a E-REDES concluir o trabalho para que eles possam tomar posse. Mas hoje já se sabe identificar quem são, quais são as áreas e tudo mais.

Não são 500 €, são 100 €. Foi esse o valor atribuído, um valor simbólico que encontramos na altura para sinalizar o contrato, mas nesse contrato está prevista a libertação da responsabilidade do Município caso o vendedor queira alienar o bem por outros meios.



Em relação a essa matéria, tal como ouvimos esta semana, salvo erro na quarta-feira da Senhora Diretora Nacional do IHRU *Ana Cruz*, estes processos são passíveis de ser reformulados, quer no prazo, quer no valor e assumimos, reiteramos e mantemos a vontade de levar a efeito esse projeto.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *AIDA PALAS* disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Foram apresentados à Mesa três Votos de Pesar, que vou ler e submeter à aprovação. Um deles apresentado pelo PSD e que diz:

“Voto de Pesar

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata associa-se, hoje, com profunda tristeza e sentido pesar, à dor sentida pela família, amigos e pela comunidade mirandense pelo falecimento de José Manuel Carvalho Fernandes, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro, homem bom, dedicado e profundamente ligado à sua terra e às suas gentes.

Natural de Paradinha de Outeiro, concelho de Bragança, faria 70 anos no passado dia 17 de dezembro. Casado, pai e avô dedicado, deixa um filho e dois netos, que foram sempre o centro da sua vida e da sua maior alegria.

Professor por vocação e por missão, dedicou 47 anos da sua vida ao ensino, num percurso marcado pela entrega, pelo rigor e por uma presença constante junto dos alunos. Iniciou a sua carreira em Macedo de Cavaleiros, passou por Carrazeda de Ansiães e por Lisboa, regressando mais tarde a Mirandela, onde integrou o então “Ciclo”, hoje Agrupamento de Escolas de Mirandela.

Num tempo em que tudo se fazia com papel, caneta e sentido de responsabilidade, assumiu funções centrais na organização da escola. Durante 11 anos integrou o Conselho Diretivo, elaborando manualmente horários e planificações, muitas vezes invisíveis, mas absolutamente essenciais ao funcionamento da instituição. Foi sempre um professor próximo, atento e disponível, primeiro nas funções diretivas e, mais tarde, como assessor — alguém que marcou gerações pelo exemplo e pelo cuidado com que tratava cada aluno.

Enquanto autarca, exerceu com dedicação e humildade o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Abreiro, eleito pelo Partido Social Democrata, entre 2013 e 2021. Fez da Junta uma casa aberta, próxima das pessoas, trabalhando todos os dias para valorizar a freguesia e melhorar a qualidade de vida da população.

Ficará para sempre ligado à Feira do Figo e do Património, inaugurada em 2014, mas também à visão e ao empenho que colocou no turismo de natureza, deixando como legado a Rede de Percursos Pedestres do Vale do Tua — um projeto que deu visibilidade ao território, trouxe visitantes, orgulho às gentes de Abreiro e que permanece como uma das suas marcas mais duradouras.

Apoiou de forma determinada a criação da Associação Abreirense e promoveu inúmeras iniciativas culturais, recreativas e comunitárias, sempre com o objetivo de fortalecer os laços entre as pessoas e manter viva a identidade da freguesia.

José Manuel Carvalho Fernandes foi um homem íntegro, sereno e presente. Um homem que acreditava no valor do serviço público, na educação como pilar da sociedade e na força das comunidades unidas. Deixa uma marca humana profunda, feita de gestos simples, trabalho silencioso e dedicação constante, que permanecerá na memória coletiva de Mirandela e, muito especialmente, de Abreiro.

Neste momento de dor, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata endereça à família enlutada, aos amigos, aos antigos alunos e a toda a população de Abreiro as mais sentidas e sinceras condolências.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que esta Assembleia Municipal delibere a aprovação desta Nota de Pesar, a realização de um minuto de silêncio em sua memória e que a presente nota seja enviada à família, como sinal do reconhecimento, da gratidão e do respeito desta Assembleia por quem tanto deu à sua comunidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de *José Manuel Carvalho Fernandes*.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *AIDA PALAS* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apresentado pelo Partido Socialista, a seguinte a Nota de Pesar:

“Voto de Pesar

O Grupo do Partido Socialista vem propor a esta Assembleia que seja apresentado um voto de pesar pelo falecimento do Dr. *José Manuel Morais*, que teve um vasto envolvimento cívico na nossa comunidade, tendo sido ex-presidente da Junta de Freguesia de Mirandela em 1997 a 2001, ex-presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e Cruz Amarela de Mirandela, ex-juiz da Confraria Nossa Senhora do Amparo e ex-vereador da Câmara Municipal de Mirandela no mandato 2013-2017.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de *José Manuel Correia de Morais*.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *AIDA PALAS* disse:

Senhor presidente, Senhores Deputados.



Foi apresentado pelo Partido Social-Democrata o seguinte Voto de Pesar:

“Voto de Pesar

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata manifesta, neste momento, o seu profundo pesar e associa-se solidariamente ao luto vivido pela família, pelos amigos e por toda a comunidade mirandense, pelo falecimento de *Mário Augusto*, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Múrias, cidadão empenhado, trabalhador e profundamente comprometido com a sua terra e com as pessoas que nela vivem.

No exercício das suas funções autárquicas, desempenhou o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Múrias ao longo de três mandatos, sempre com sentido de responsabilidade, proximidade e simplicidade. Fez da Junta de Freguesia um espaço acessível a todos, pautando a sua ação diária pelo desenvolvimento da freguesia e pela melhoria das condições de vida da população.

Perante esta perda, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata apresenta à família enlutada, aos amigos, aos antigos alunos e a todos os habitantes de Múrias as mais sentidas condolências, partilhando a dor deste momento difícil.

Nestes termos, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que esta Assembleia Municipal aprove a presente Nota de Pesar, observe um minuto de silêncio em homenagem à sua memória e que este voto seja comunicado à família, como expressão do reconhecimento, da consideração e do respeito desta Assembleia por quem tanto contribuiu para a sua comunidade.”

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Augusto.

----- Os Membro da Assembleia Municipal de Mirandela associaram-se ao Minuto de Silêncio, em homenagem à memória de *José Manuel Carvalho Fernandes, José Manuel Correia de Morais e Mário Augusto*.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Vamos finalizar com a votação da Recomendação apresentada pelo Partido Socialista, mais concretamente pelo Presidente de Junta de Freguesia de Mirandela *Luís Soares*, sobre o parque da cidade.

O costume e a tradição antes de qualquer proposta ser votada, era perguntar à Assembleia se concordava ou não com a introdução da Recomendação. No mandato anterior, essa prática foi anulada e quem esteve nesse mandato sabe que assim foi, porque de facto se tratava de uma repetição. Seguindo essa mesma prática, correta ou não e agradeço a chamada de atenção, é isto que ultimamente está em vigor, não há repetição, vai-se imediatamente para a votação da recomendação, neste caso, ou de uma moção, se for apresentada.

----- O Senhor Deputado *JOSÉ SILVANO* (PSD) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Só para pedir um esclarecimento, quando há uma proposta, seja ela qual for, tem que haver sempre um período de discussão, mesmo que seja mínimo, porque, se eu vou votar uma coisa, tenho que poder explicar as razões pelas quais vou votar. Quem a apresentou já explicou, mas os outros partidos podem ter outra posição ou outra fundamentação. Uma proposta votada sem ser discutida não faz sentido.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

A proposta foi apresentada pelo Partido Socialista, pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Luís Soares*, ela foi lida, O Senhor Presidente da Junta de Freguesia *Luís Soares* leu a proposta.

Eu aceito perfeitamente que possa haver discussão antes da votação, se alguém quiser intervir sobre ela, embora a proposta seja clara e objetiva, no entanto, estamos abertos a isso. Se alguém quiser discutir esta recomendação, para mim, muito sinceramente, quer venha a ser aprovada ou rejeitada, não há qualquer problema.

Quem é que se inscreve para o efeito?

----- O Senhor Deputado *JOSÉ SILVANO* (PSD) solicitou a palavra para um pedido de esclarecimento:

A discussão que quero ter é muito simples, com toda a sinceridade, não percebo porque é que surge uma proposta sobre competências exclusivas, quer da Junta de Freguesia, quer da Câmara Municipal, no que respeita a investimentos nas respetivas freguesias e no respetivo território.

Se vem aqui uma Recomendação sobre essa matéria, está-se a dar um caráter político a esta decisão, a uma decisão que é executiva. O Senhor Presidente acabou de dizer e bem, que no seu entender, estas questões são essencialmente técnicas, que exigem estudos prévios e fundamentação sobre a forma como devem ser concretizadas e a Câmara tem competências suficientes, tal como a Junta de Freguesia, para fazer aquilo que entende. Quando decidiram fazer esta intervenção, não vieram certamente à Assembleia Municipal pedir autorização.

O que me parece é que esta proposta não devia sequer ser votada nesta Assembleia, porque tem um caráter político e procura passar, ou querer passar para a Assembleia uma responsabilidade que é da Câmara, ou da Junta e eu isso discordo em absoluto.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



Senhor Deputado *José Silvano*, eu não acompanho a sua posição e vou dizer-lhe porquê. Estamos a falar de uma proposta, de uma recomendação e obviamente que uma recomendação tem uma finalidade e uma moção tem outra, portanto, o mais importante nesta discussão é que, seja de uma forma ou de outra, fique aqui salvaguardado o direito, a justiça e a legalidade daquilo que se propõe fazer. Eu só posso dar um voto favorável a esta proposta quando estiver garantida a salvaguarda dos interesses do cidadão em causa, minimizando, naturalmente, aquilo que é a sua queixa, ou seja, o incómodo.

Se a manutenção da tirolesa salvaguardar o direito de que aquele cidadão, aquele munícipe, não seja prejudicado na sua vida normal pelo excesso de ruído que o equipamento possa provocar, ultrapassando os limites aceitáveis por lei, então a tirolesa não pode avançar nesses termos.

Quando estiverem cumpridos todos os requisitos técnicos que a proposta pressupõe, então que venha à Assembleia Municipal para ser votada, respeitando aquilo que é a lei, nomeadamente a salvaguarda dos limites máximos de ruído e, sendo assim, também é verdade que, se tudo estiver devidamente enquadrado e validado tecnicamente, nem sequer haverá necessidade de voltar a trazer o assunto aqui, como é óbvio.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (INDEPENDENTES) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se esta proposta trata de um assunto mais técnico, como disse o Senhor Presidente, e já foi feita a audição sobre o ruído, o meu entendimento é que, para este Plenário poder votar em consciência, precisamos ter conhecimento desses dados, não podemos votar favorável, ou contra, sem conhecer os resultados técnicos. Só depois de termos esses resultados é que estaríamos em condições de votar, é este o meu entendimento.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na verdade já foi dito aqui o essencial, mas eu queria lembrar dois pontos.

Primeiro, o Senhor Presidente da Câmara, na sua resposta, foi muito claro sobre a matéria, portanto, questiono, como é que vamos votar uma recomendação destas se, com a votação, vamos retirar completamente a autoridade da Câmara sobre aquilo que já afirmou? Não vejo necessidade para tal.

Em segundo lugar, vejo na proposta um inconveniente grave, por que razão estamos a realçar, a destacar e a “elevar” um parque infantil apenas por ter uma tirolesa? Não deveríamos, da mesma forma, reconhecer todos os outros parques do concelho que também possuem tirolesas, como por exemplo, o Parque da Ribeira, que tem uma tirolesa com extensão completamente diferente e que igualmente merece atenção?

São estas as duas questões que queria deixar.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÁNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A questão aqui suscitada parece-me conduzir logicamente à retirada da proposta. O problema tem dois parâmetros, ou dois interesses, ambos tutelados pelo direito, um é o direito das crianças brincarem, o outro é o direito ao repouso do Senhor *Manuel Brízido* e das duas uma, ou se consegue conciliar estes direitos, ou se não for possível, terá de se sacrificar um deles, dependendo da situação.

Aproveito para sugerir ao Senhor Presidente da Câmara que promova as diligências necessárias para acabar com a “Via Sacra” com o verdadeiro “calvário” que o Senhor *Manuel Brízido* tem enfrentado, pois seguramente o Senhor Manuel Brízido é a pessoa mais assídua nesta Assembleia.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu abri a discussão a este assunto, no fundo acaba por ser uma discussão, muito sinceramente, um bocado inócua. Vamos lá ver, primeiro há uma confusão entre quem faz a proposta. A proposta é do Partido Socialista, o Partido Socialista pode apresentar moções, recomendações, como qualquer Bancada que está aqui, é perfeitamente legal. Ela é muito clara e eu vou lê-la, nem sequer estamos aqui a defender ou não, isso vai ser traduzido na minha votação.

Diz assim, a recomendação assenta em três bases, ou quatro fundamentais, que é, para que o Município adote todas as medidas técnicas necessárias, se calhar ainda não foram tomadas, é uma recomendação para as tomar, depois, para realizar os investimentos financeiros necessários, também, se calhar, ainda não foram tomados, terceiro, que assumo o compromisso estratégico de transformar o parque infantil numa referência de equipamentos lúdicos, muito bem. Quarto, reforçar a rede dos parques infantis da cidade, a recomendação é só isto.

Vamos lá ver uma coisa, podemos meter e termos a incumbência política cada um de transformar isto numa questão política, mas isto é uma recomendação que advém de um Partido bem intencionada e que até está a apontar o dedo ao Executivo para as coisas não terem ainda acontecido. Qual é o mal? Discussão para quê?

----- Efetuada a votação e estando 58 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 27 votos a favor, cinco abstenções e 26 votos contra, aprovar a Recomendação apresentada pelo Partido Socialista.

----- A Senhora Deputada Municipal *DANIELA RODRIGUES* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.



“Declaração de Voto

Durante cinco anos abstive-me de falar deste assunto, mas acho que hoje chegou o momento. O meu voto não representa só a Deputada *Daniela Rodrigues*, representa também a pessoa que criou um movimento para que este parque fosse criado juntamente com mais três mães, que correu o bairro todo em recolha de assinaturas para que tivéssemos um parque e representa 98 % do bairro.

Vou lançar aqui um desafio a todos, u gostava que toda a gente que votou contra e que se absteve e que tem toda a legitimidade para isso, convido-vos ao seguinte, uma noite destas, agora estamos em tempo de inverno, mas quando o tempo melhorar, façam porta a porta no Tuasol, ouçam os habitantes, porque não podemos ouvir só um, temos que ouvir todos e aí sim, depois tirem as vossas conclusões.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ SILVANO* apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Eu acho que as declarações de voto, quando se vota, são essenciais para justificar aquilo que se fez. Ninguém está, nem aqui foi discutido, nem eu tenho posição sobre isso, se está certo, ou não está certo, estar lá tirolesa, ou não estar, vamos lá ser claros sobre isto.

O que está aqui em causa é que se abriu um precedente nesta Assembleia Municipal, que pode ser usado por qualquer Bancada e por isso é que eu era contra, que projetos de Juntas de Freguesias, ou de Câmara Municipal feitos em cada sítio, que qualquer um pode trazer aqui como Partido, para modificar, ou para concluir, ou para acabar nesta Assembleia, quando eles são da competência exclusiva da Câmara Municipal, ou das Juntas de Freguesia.”

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Eu abstive-me e, pegando nas sábias palavras do Senhor Deputado *Hernâni Moutinho*, está aqui em causa dois direitos, nós não sabemos qual deles é que tem razão, portanto, a minha abstenção vai-me nesse sentido.”

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÂNI MOUTINHO* (CDS/PP) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Eu, de certo modo a minha declaração de voto foi feita a quando da intervenção. Eu apenas queria dizer que perfilho inteiramente aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse em resposta. O Senhor Presidente da Câmara disse mais ou menos aquilo que eu disse, portanto, não está aqui a tentar fazer assim, ou assado, como disse o Senhor Deputado *José Silvano*, está em fazer de acordo com aquilo que é um critério de justiça e salvaguardando os interesses em jogo, vendo qual deles é o mais importante e que importa não sacrificar.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Está fechada a votação, com todas as razões apresentadas. Não vamos confundir aquilo que o Presidente da Câmara falou sobre o assunto, devemos discutir só e apenas aquilo que foi a recomendação, que eu li aqui de uma forma muito sintetizada.

ORDEM DO DIA

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou deixar novamente um desafio para analisarmos três situações. Este documento é maçudo. Nós precisávamos de ter um documento que corresponda àquilo que é a expectativa que a lei cria relativamente a este documento. A primeira é que este documento chegue atempadamente aos Deputados Municipais. A lei prevê que sejam cinco dias. Portanto, tivemos a oportunidade de o ter recebido na terça-feira. Tivemos aqui uma falha, obviamente processual, facilmente justificável, mas eu acho que este documento, acima de tudo, tem de respeitar aquilo que é o espírito da lei e ser um documento que informe a Assembleia Municipal,



não só da atividade que a Câmara Municipal vai desenvolvendo, mas também que nos dê uma amostra séria daquilo que é o desenvolvimento, a Vereação e o que o Senhor Presidente da Câmara faz na atividade que exerce durante o mandato.

Eu queria deixar aqui só duas notas. O nosso Regimento diz, por exemplo, no artigo 20.º, que da Informação Escrita prestada pelo Presidente da Câmara devem constar obrigatoriamente as seguintes matérias: “a atividade desenvolvida ou apoiada pela Câmara e o resultado obtido em associações, federações, municípios, cooperativas, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, designadamente a nível do seu envolvimento nessas entidades e quais os efeitos ou frutos que daí advêm”. O relatório não tem nada disto. Depois, “a atividade desenvolvida pela Câmara nas empresas ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, bem como resultados disponíveis de natureza económica ou financeira”. O relatório não tem nada disto. Um exemplo é o que se está a passar com o Cachão neste momento. Portanto, isto está no Regimento da Assembleia Municipal como uma obrigatoriedade. Assim, o documento que aqui vem tem de cumprir estes pressupostos.

Senhor Presidente, a única coisa que eu olhei com alguma preocupação, e deixava-lhe este desafio, também para nós estarmos a par daquilo que vai acontecendo, é que, naquilo que é a matéria que está judicializada e que está em Tribunal, nós o que temos é o número do processo, o montante, o autor e o réu, vamos imaginar. Mas em que fase é que estão estes processos? A Lei n.º 75 diz claramente que isso tem de lá estar escrito. Preocupa-me que uma boa parte das pessoas que constam neste relatório sejam particulares e funcionários da Câmara Municipal. Porque é que estão em Tribunal com a Câmara Municipal? Uma das obrigações que consta da Lei n.º 75 é tipificar o que se está a passar e a fase processual: se está em julgamento, se está em apreciação, se já houve recurso. Essa informação tem de constar da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara quando presta a informação aqui à Assembleia Municipal. Isto é uma obrigatoriedade.

Eu não sei quem é o responsável por elaborar o documento, mas deixava o desafio para que, na próxima Assembleia Municipal, conseguíssemos convergir num documento que seja claro e objetivo e que não seja um documento maçudo. Porque, confesso-vos, estar a ver, por exemplo, no setor das obras, não sei quantos autos de embargo levantados. E qual é a consequência dos autos de embargo que foram levantados? Nós não sabemos. Há, por exemplo, a nível da cultura, espantou-me um número interessante de visitas à Estação das Artes, que já vão em cinco ou seis mil pessoas. Mas que tipo de visitas são essas? São grupos que vêm de fora? São pessoas daqui da nossa região que vão lá diariamente? A informação tem de ser precisa. Há departamentos que reúnem; eu nem sequer sabia que existia ali uma determinada comissão que, muito bem, tem lá uma série de fundamentação, mas qual é a consequência dessas reuniões? Com quem reuniu, por exemplo? O que é que fizeram? Qual é o resultado dessas reuniões? Isso tem de estar no relatório.

O Senhor Presidente da Câmara, por exemplo, desculpe lá a provocação agora, espantou-me a grande preocupação que teve na última Assembleia Municipal de acompanhar o início da sessão com uma notícia da Rádio Terra Quente para resolver o problema da tirolesa, e não acompanhei neste relatório nenhum estudo, nenhuma diligência da equipa técnica ou de alguém que fosse fazer o trabalho de avaliação da tirolesa.

Portanto, este relatório é inócuo em termos de informação. Eu costumo usar uma expressão, muitas vezes, que não vou fazer aqui, para classificar aquilo que se põe à frente das pessoas se elas quiserem comer. E isto é claramente um documento desses. E não é isto que se pretende. Portanto, temos aqui três situações a resolver: é a obrigatoriedade legal de constar a informação no documento, é aquilo que obrigatoriamente o nosso Regimento também obriga a que esteja lá e depois é a qualidade da informação que é prestada a nós, Deputados Municipais, para podermos interpretar aquilo que lá está escrito.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de começar a intervenção, queria também dizer que concordo com aquilo que foi dito. Efetivamente, nós temos aqui um documento que até é relativamente extenso, mas, em termos de conteúdo, a informação é muito parca e, portanto, acho que, de futuro, podia ser melhorado.

Relativamente à informação propriamente dita, eu vi também, nesta Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, mais concretamente no ponto 4.2, que o Senhor Presidente enumera as principais atividades e ações de caráter geral desenvolvidas por uma Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, no período de tempo compreendido entre o dia 23 de agosto e o dia 28 de novembro do ano de 2025. Apesar das competências atribuídas a esta equipa, às quais li com atenção e fui ver quais eram, em termos gerais, e na Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, constato, com o devido respeito, que esta equipa limita as suas funções a apoiar diversos gabinetes, conselhos e serviços, tais como o Gabinete de Apoio à Presidência, o Conselho Municipal de Agricultura, o Serviço Municipal de Veterinária e o Balcão Único do Prédio. Para além disso, participa em várias reuniões, sessões, *workshops* e afins.

Assim, Senhor Presidente, face ao exposto, quanto a este ponto, pergunto: que atividades e ações de caráter geral tem desenvolvido, desde a data da sua criação, esta Equipa Multidisciplinar, concretamente? Quais e quantos são os projetos estruturantes que esta Equipa Multidisciplinar se encontra a desenvolver à presente data? Quais as despesas que a Câmara Municipal de Mirandela depende com esta Equipa Multidisciplinar? Qual a necessidade de a Câmara Municipal de Mirandela contratar seis funcionários para integrar esta Equipa Multidisciplinar, quando já existe e já temos o Gabinete de Apoio à Presidência, o Conselho Municipal de Agricultura, o Serviço Municipal de Veterinária e o Balcão Único do Prédio? Eu pergunto se é somente para garantir emprego a mais seis pessoas? E, por favor, Senhor Presidente, não se limite a responder-me com o que eu já li e que, não percebi de todo. E acredito que não é por integrar o Grupo Municipal do Chega que eu não cheguei lá, porque a informação está muito parca. Aliás, se formos ver as competências desta equipa, o interessante é que encontramos informação relativamente às funções, como: “coordenar a elaboração de propostas de um plano municipal da região, apoiar e acompanhar ações promovidas por entidades e organizações, colaborar com todos os serviços, gabinetes e unidades”. Isto é o quê? É um acompanhamento permanente? Com que objetivo? E isto há de ter custos.

No ponto 6.3, pode ler-se que: “no âmbito do serviço de desporto e juventude, foram tomadas várias providências para o normal funcionamento do serviço”. E, relativamente a este ponto, no 6.3.5, eu encontrei um quadro que, apesar de possivelmente até estar a ler mal, indica que, no dia 31 de julho de 2025, foi feita uma proposta de atribuição de apoio financeiro extraordinário a uma entidade, que é o Sport Clube de Mirandela. Passado uns tempos, portanto, em 25 de setembro de 2025, voltamos a ter nova



proposta de financiamento a esta entidade, isto para além do que o orçamento já vem contemplar, julgo eu, não sei. Pedia também um esclarecimento quanto a isto.

Finalmente, e no que às ações judiciais diz respeito, observo, da Informação Escrita do Senhor Presidente, que a Câmara Municipal de Mirandela é ré em 27 ações judiciais, autora apenas em cinco, num total de 32. Nós verificamos uma redução das ações judiciais e até um aumento nas ações em que a Câmara é autora. Isso é facto assente. A questão é que continua a não haver informação devida: em que fase é que estas ações se encontram? E o que me choca não é essa falta de informação. O que me choca é o hábito que se torna recorrente dos diversos executivos não ouvirem, penso eu que é mesmo isso, não ouvirem as intervenções que são feitas nesta Assembleia Municipal. O ano passado, na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia 20 de dezembro de 2024, o Senhor Deputado *Hernâni Moutinho*, sabiamente, alertava para esta questão. Aquando da sua intervenção, disse: “*Eu não consegui ver, mas pode ser um problema meu. Onde é que está a indicação do estado e da fase em que se encontram os processos judiciais?*”. Isto já foi levantado o ano passado. O Senhor Presidente já estava cá, não como Presidente, mas já estava cá. E eu fui ver e estava presente nesta Assembleia.

Portanto, a questão é: porque é que as coisas não se ouvem? E porque é que não se tenta melhorar? E porque se repetem sistematicamente os mesmos pontos, para nos obrigar a vir aqui dizer repetidamente as mesmas coisas? Não é agradável para quem ouve, mas também não é agradável para quem faz as intervenções. E o que eu penso é que, de facto, uma situação pode ser melhorada; basta é querer ouvir, porque nós vamos alertando sistematicamente para estas situações. Mas pronto, lá está, se calhar é mais fácil fazer de conta que não ouvimos.

Assim, Senhor Presidente, pergunto, perante isto, qual a fase efetiva em que estas ações judiciais se encontram?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, na sua Informação, eu fiz a anotação de algumas dúvidas que subsistem à nossa forma de olhar para este documento de uma forma objetiva e clara. Passando a reportar, na página 16, no ponto 4.2, Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, no ponto 1, eu vou passar a citar: “*foi criada, em dezembro de 2023, a Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, que tem por missão central impulsionar o desenvolvimento agrícola e agroalimentar de Mirandela. A sua ação concretiza-se através da promoção da inovação, do empreendedorismo, da captação de investimentos e da gestão de projetos estruturantes para o concelho. Assim, e em cumprimento das suas competências, no período de 23 de agosto a 28 de novembro, foram desenvolvidas atividades e ações de caráter geral que a seguir se indicam, consideradas as mais importantes. No dia 25 de agosto, no âmbito da colaboração com o Gabinete de Apoio à Presidência e no seguimento das reuniões com representantes de organizações de agricultores e Presidentes de Junta de Freguesia afetadas pelos incêndios rurais dos dias 17 e 20 de agosto, nas localidades de Valverde da Gestosa, Frechas, Vale da Sancha, Freixeda, Vila Verde, Caravelas e São Salvador, foi preparado um despacho para a constituição de um grupo de trabalho, tendo como objetivo assegurar o funcionamento do Balcão de Apoio aos Afetados pelos Efeitos.*”

Eu gostaria de lhe perguntar, Senhor Presidente, qual é o número de produtores, agricultores ou famílias que foram afetados pelo incêndio? Sabemos que isto foi propagandeado pelo Governo, no sentido de que estaria disponível uma verba até 10 mil euros para fazer face exatamente aos prejuízos dessas famílias e agricultores. E eu gostaria de saber qual foi o número de pessoas que requereram o pedido de ajuda ao município para a concretização desta medida de mitigação dos seus prejuízos e, até agora, qual foi o número de pessoas que foram beneficiadas por esta medida.

No ponto 5.3, no Serviço de Planeamento e Gestão Territorial, diz assim: “*participação na segunda reunião da comissão consultiva da segunda revisão do PDM de Macedo de Cavaleiros*”. Eu gostaria de saber se isto é uma gralha no documento e, se não foi, gostaria de saber a que propósito é que a Câmara Municipal de Mirandela participou numa reunião sobre o PDM de Macedo de Cavaleiros? Na página 28, temos aqui uma informação sua que tem a ver com a responsabilidade do Executivo, a questão da Residência de Estudantes, que pertence, em parceria, ao Instituto Politécnico de Bragança e à Câmara Municipal, na Rua da República. O que nos foi apregoado, não só durante a campanha eleitoral pelo Executivo do Partido Socialista, mas também pelo Governo, é que esta residência estaria pronta para o Ano Letivo de 2026-2027. E nós sabemos hoje que a conclusão daquele edifício ainda não está concretizada. E a pergunta que eu lhe fazia é: se tem conhecimento, visto que não é da total responsabilidade do Executivo, sobre o porquê de aquele edifício ainda não estar aberto e ao serviço dos estudantes que escolhem Mirandela para vir estudar?

Na página onde consta a informação do Primeiro Direito, eu vou passar a citar: “*no que diz respeito às obras da Rua do Dr. José Bacelar, iniciaram-se a 13 de maio de 2024 e foi entregue o auto de receção provisório total das obras do último apartamento da porta n.º 1, esquerdo, 27, e relativamente aos blocos habitacionais da Rua do Dr. Paulo Mendes, no Bairro do Vale da Azenha*”. E aquilo que eu lhe queria perguntar é se este Programa do Primeiro Direito à Habitação está nos mesmos moldes que o Programa do Primeiro Direito de que eu falei nos pontos anteriores. Portanto, se há contratualização e qual é o número de pessoas que estarão abrangidas por esta medida?

Senhor Presidente, há aqui um ponto que eu não podia deixar também de mencionar, que é o 6.3.1 - Instalações Desportivas Municipais. Eu vou passar a citar aquilo que vem na sua Informação: “*na presente época desportiva, encontram-se em funcionamento as seguintes instalações desportivas sob gestão municipal: o Pavilhão do INATEL, o Pavilhão da Escola Secundária de Mirandela, o Pavilhão da Escola Luciano Cordeiro, o Pavilhão da Escola da Torre de Dona Chama, o campo desportivo da Reginorde, o campo de ténis Urbimira e a Piscina Municipal de Mirandela*”. Até aqui estamos completamente de acordo. E eu agora perguntava-lhe: então, e o campo desportivo no Lugar dos Castanheiros? É da responsabilidade do município? Os dois campos desportivos na Zona Verde são da responsabilidade do Executivo? O campo desportivo no Bairro da Azenha é da responsabilidade do Executivo? E o campo de ténis da Maravilha também é da responsabilidade da gestão do Executivo? É que, Senhor Presidente, tem de nos desenganar: se são da responsabilidade do Executivo, porque é que aqueles campos desportivos estão num estado de degradação? Se não estão na gestão do município, gostaria de perceber, estão sob gestão de quem? Ou então ainda lhe faço outra pergunta adjacente: porque é que aqueles campos estão naquele estado de degradação total, sendo eles da gestão do município? É porquê? É porque são utilizados por quem provavelmente não tem possibilidades financeiras para alugar os



equipamentos dos quais o município tem gestão? É para tirar estas dúvidas. Portanto, agradecia respostas concretas sobre esta questão.

Na página 50 da sua Informação, já não é a primeira vez que eu faço esta pergunta, e penso que isto tem sido um *habitué* na gestão do Executivo da Câmara, no ponto 7.1. - Recolha de Monstros Porta a Porta, eu vou passar a citá-lo: “Durante o período de reporte, o Município tentou assegurar a continuidade da recolha de monstros porta a porta e de resíduos verdes particulares em todo o concelho de Mirandela. De acordo com as solicitações e prioridades estabelecidas, dentro dos condicionalismos verificados, motivados pela interrupção da equipa de recolha, que finalizou o programa ocupacional, sem ter sido, entretanto, substituída, o que se refletiu na redução desse serviço.” Quando nós temos serviços que carecem de trabalhadores permanentes, o mais indicado é que a Câmara Municipal contrate pessoas e que não esteja ao serviço de trabalhadores ocupacionais, que depois acabam o contrato e, no período até à renovação de um novo contrato, o serviço que é prestado à população de Mirandela deixa de existir. Portanto, para trabalhos permanentes, trabalhadores permanentes. E há capacidade financeira para que a Câmara Municipal faça a reposição dos trabalhadores que são necessários para o desempenho das funções de que a Câmara necessita.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÁNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu venho aqui hoje reiterar uma coisa que já oportunamente tive ocasião de referir. A convocatória para esta Sessão Ordinária foi por mim recebida no dia 02 do mês corrente. A documentação foi rececionada no dia 13 seguinte, ou seja, decorridos 11 dias. Como se constata, há uma dilação relativamente curta entre o dia 13 e o dia de hoje. Isso significa que, tendo a maioria de nós, se não mesmo a totalidade, outras atividades, é difícil, se não mesmo impossível, fazer uma leitura atenta e apurada de toda a matéria que aqui é trazida para discussão e deliberação em tão curto lapso de tempo. E, nomeadamente, quando, como no caso, se trata de uma agenda extraordinariamente extensa, com matérias complexas que reclamam conhecimentos específicos e implicam necessariamente a comparação com documentos idênticos de anos anteriores.

Decidi pegar na Informação do Senhor Presidente, que, aliás, até chegou mais tarde, para eventualmente abordar alguma questão que tenha a ver com a minha área de atividade. Primeiramente, deixaria aqui a sugestão de que, se possível, a documentação dovesse acompanhar a convocatória, para haver mais tempo que facilite uma preparação mais cuidada que, sem dúvida, tornaria o debate mais útil e aliciente. Isto não quer dizer que os prazos não sejam cumpridos. Os prazos estão a ser integralmente cumpridos. E eu aproveitaria até esta oportunidade para cumprimentar e felicitar as Senhoras funcionárias que apoiam a Assembleia Municipal e felicitar, na pessoa de *Carla Assis*, todas as outras, pela eficácia e pela simpatia que põem no trabalho que desempenham. Muito obrigado.

Assim, reportando-me ao que da Informação consta relativamente às ações judiciais, verifico que estão pendentes 32 ações, em 28 das quais a Câmara Municipal é ré e apenas em cinco é autora. A pendência, em alguns casos, leva já 12 anos, sendo que há processos de 2013, 2014, 2015, etc. Relativamente ao ano anterior, verificam-se algumas diferenças, quer na diminuição do montante peticionado, quer no seu aumento. Aquilo que, porventura, mais pode impressionar é o facto de haver ações com um valor irrisório, por exemplo, cinco mil euros, que poderá ter razão de ser, mas que talvez não tenha, em minha opinião. Não ignoro que a litigância é um mal necessário, mas não é de todo descabido que se procure a via da resolução extrajudicial das questões que se suscitam, em vez de permanecer em litígio, com uma justiça que não prima pela serenidade, é cara, é lenta e má e, como já referi, há processos muito antigos que, efetivamente, na minha opinião, não se justificam.

A Câmara tem um contencioso alargado e competente para poder resolver algumas destas questões pela via extrajudicial. Veja-se, por exemplo, o contencioso com as Águas do Norte, S.A., em que, neste momento, a Câmara já tem um crédito, ao contrário do que acontecia no ano anterior, já tem um crédito de 250 mil euros, como consta no mapa que acompanhou a informação. Por outro lado, o Senhor Presidente, na introdução, transcreve um dispositivo legal que diz que da informação escrita deve constar o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, os recursos hierárquicos e os processos judiciais pendentes, com a indicação do respetivo estado e fase em que se encontram. Ora, eu não consegui ver, mas pode ser um problema meu, onde é que está a indicação do estado e da fase em que se encontram os processos judiciais? Há realmente, como sabemos, diversos estados. Por isso, pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se efetivamente tem indicação de qual é o estado e a fase em que os processos se encontram ou se não tem? E se, nessa hipótese, deliberadamente não inclui.

Deixando a questão, permitam-me lembrar, isto não vem muito a propósito, mas talvez venha a propósito, que os municípios de Mirandela e os portugueses em geral, se não todos, uma grande maioria, preparamo-nos para celebrar o nascimento daquele que foi considerado o Príncipe da Paz, daquele menino pobre que, no seu tempo, não teve sequer espaço digno para nascer. E ainda hoje, decorridos os séculos, há muitas crianças que nascem pobres: pobres de amor, pobres de carinho, pobres de afeto, pobres de tudo. Neste tempo de Natal, é uma altura em que a falta de afeto, sobretudo da parte dos progenitores, impõe a todos nós, às instituições, às autarquias, que tudo façamos para que possam ter um Natal mais feliz.

Em nome pessoal e do Grupo do CDS-PP, desejo a todos um Santo Natal, um Feliz Ano Novo e que o novo ano seja melhor do que este.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Antes ainda de dar a palavra ao Senhor Presidente sobre o assunto e no que diz respeito à Assembleia Municipal, eu tenho de referenciar uma questão levantada pelo Deputado Municipal *António Martins*, em que ele tem toda a razão. No que diz respeito ao cumprimento do Regimento, tem de haver um pouco mais de cuidado na Informação do Senhor Presidente. Já agora, também aproveitava, acho que para bem de todos, que ele fosse um pouco mais resumido, porque as coisas extensas, às vezes, levam a que as leituras fiquem pelo meio, particularmente eu agradecia.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à matéria judiciária, parece estar a haver aqui uma falta de informação, que naturalmente vou providenciar junto dos nossos serviços, para poder ser compilada e apresentada de forma sintetizada. Houve aqui três intervenções, da Senhora Deputada



Marisa Aranda, do Senhor Deputado *António Martins* e a do Senhor Deputado *Hernâni Moutinho*. Nós não temos o objetivo de esconder seja o que for, antes, pelo contrário. Ser o mais transparente possível, e dizer ao Senhor Deputado *Hernâni Moutinho* que, efetivamente, eu já falei aqui nesta manhã que esta dependência dos processos também me preocupa, e esta tentativa de resolução por acordo extrajudicial parece-me também adequada para resolver uma quantidade de processos que podem não fazer sentido, que eu confesso ter de pegar um a um com os juristas, porque, como devem imaginar, não os domino a todos, nem consigo. Esse é um assunto que fica já respondido de forma transversal. Agradecer os vossos contributos, que são muito importantes nesta medida.

Quanto ao documento ser maçudo, ter mais ou menos matéria, a matéria que está lá é toda matéria que nós consideramos de relevância. Nós pedimos aos diferentes departamentos que nos façam chegar o conjunto de atividades que desenvolveram e depois tentamos compilar. Naturalmente, podem haver aqui sensibilidades diferentes; pode haver quem entenda que aquela matéria não é aceitável. Mas, por exemplo, a questão que referiu aqui, da visita à Estação das Artes parece-nos muito determinante. Porquê? Porque é um equipamento recente. É um equipamento que nós temos de perceber que, muito mais do que reabilitar um equipamento, temos de o ter ativo, sabendo que temos custos de manutenção e custos de funcionamento. Esta informação que nós temos dos visitantes tem a ver com justificar que, efetivamente, pode não parecer, mas Mirandela, em termos de cultura, é muito visitada. Quer neste equipamento da Estação das Artes, quer na Ecoteca, que tem tido aqui um incremento extraordinário, quer no Museu da Oliveira e do Azeite e no Museu Municipal *Armindo Teixeira Lopes*, que têm tido muita visitação, e é importante que nós tenhamos essa noção. Parece que não, pode parecer que não, mas tem. É claro que aqui os grupos, como perguntou, podemos ser mais específicos; há aqui uma heterogeneidade de grupos, mas também há visitantes individuais. Isso pode também ser alvo de análise, nós temos isso contabilizado num dispositivo informático, que vai estar à disponibilidade de todos, que é o Observatório do Turismo. De maneira que nos parece que, há aqui alguma razão de ser, nós podemos melhorar o documento, sem dúvida nenhuma. E a proposta que foi dada ali, de resumir, parece que vai muito de acordo com a minha forma de estar e com a minha personalidade, e acho que podemos ser mais sucintos na análise.

Também dizer que, relativamente a esse tema, algumas informações que nos estão aqui a ser pedidas fariam com que o documento se tornasse muito extenso. E, em sede da Comissão Parlamentar de Líderes, foi proposto pelo Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, na reunião em que eu tive a oportunidade de estar presente, que a participação que o Executivo tem em alguns Conselhos Municipais tivesse uma ata de resumo e que as atas dessas participações pudessem servir como forma de informar o que aconteceu nessas reuniões e nós anuímos nisso. O que pode acontecer é que, às vezes, essas atas não estão muito atualizadas, mas parece-me que, se essas atas fizerem parte, já resumem e já dispensam qualquer outra informação para saberem o que é que foi dito. E acho que essa proposta foi muito bem acolhida, e já tínhamos a intenção de o fazer.

Relativamente à questão colocada pela Senhora Deputada *Marisa Aranda*, no que diz respeito à Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, que também foi colocada depois pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, quanto à despesa com a equipa, podemos compilar e enviar esse valor, sem somar os salários. Não vamos discriminar isso, mas dizer qual é o custo da equipa. É pedido, e nós não temos problema em o fazer. Porém, a equipa ainda é uma equipa jovem, ainda que reduzida para aquilo que são as competências que nós entendemos que devem ter. No conjunto de atividades, eles participam em quase tudo o que seja relacionado com este mundo agrícola e cinegético. Para além das participações no Conselho Municipal de Agricultura, das participações com propostas concretas, fazem a transição para o Executivo, a aplicação dessas decisões que são lá colocadas. Também a participação na CCDR-N, com respeito ao Polo de Inovação Agrícola, a participação na visita da Comissão Parlamentar de Agricultura. Portanto, uma preparação de um conjunto de situações. A tudo isto, reuniões que nós temos, nomeadamente no conteúdo que é do Conselho Municipal de Agricultura, onde há um conjunto de atividades, desde a apicultura à pecuária, à restante agricultura; há lá um conjunto de situações que também dão alguma participação e colaboração, sendo certo que a equipa é reduzida. Nesta equipa também está incluído agora o BUPi, que não estava incluído inicialmente e não fazia parte. Entendemos, que faz mais sentido estar incluído aqui, mas também tem tido uma forte componente no que é o registo matricial de todos os nossos prédios. Portanto, isso vai ter de continuar, não obstante nós termos agora aqui financiamento só até 30 de junho, mas o Município de Mirandela entende como mais-valia também esse trabalho e também estão a ser desenvolvidas ações para que possa ser dada continuidade, mesmo não tendo financiamento.

A Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, acaba por fazer aqui alguma coordenação, porque, em termos de recursos humanos, ainda é escassa, mas pretende ir bastante mais longe do que isso. Mas podemos depois também lhe enviar, quando for remetida esta questão das despesas, ser mais pormenorizados no relatório e dizer, efetivamente, onde participa, também é importante nós fazermos essa situação, porque normalmente os períodos são entre uma Assembleia e outra, e podemos fazer, no final do ano, um relatório anual para que fique tudo mais sintetizado daquilo que foram as participações e aquilo que foi a atividade. Parece-me que é por aí que deve ser.

No que diz respeito ao desporto e juventude, efetivamente há aqui dois apoios extraordinários, tem a ver com o Sport Clube de Mirandela. Eles têm um contrato-programa, como com outras entidades, mas quando há atividades que são extraordinárias, e implicam a necessidade que o clube tem de se financiar para fazer face a despesas para as ilhas. E tem a ver com isso, e nós temos dado esse apoio para eles poderem desenvolver essa atividade de forma extraordinária. Portanto, foram duas deslocações, a da Taça de Portugal e a do Campeonato Nacional de Séniores.

Respondendo ainda dentro do âmbito da Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola, também apoiou, um balcão que foi criado de atendimento aos afetados pelos incêndios. Nós temos também falado nisso e os Senhores Vereadores também têm falado em Reunião de Câmara. Nós estamos a fazer esse trabalho e podemos enviar depois, no final do ano, um resumo do que há, porque há um conjunto de candidaturas que foi submetido e que ainda está em análise. E ainda está em análise porquê? Algumas já foram respondidas, cerca de 17, na ordem dos 100 mil euros, mas há ainda algumas que estão em análise. E essas estão em análise porque resulta da necessidade de a fiscalização ser feita entre duas entidades, a Câmara Municipal e a CCDR-N, e às vezes não é fácil convergir a data para a visita. Mas podemos fazer esse trabalho mais afinado e enviar, no final do ano ou no princípio do próximo ano, tudo aquilo que foi, de uma forma mais resumida: qual é o valor, qual foi o número dos apoiados e qual foi o número dos rejeitados e qual a razão.

Relativamente à questão da reunião do PDM em Macedo de Cavaleiros, fazemos parte do Conselho Consultivo e, como parte integrante desse Conselho Consultivo, também fomos a essa reunião.



Relativamente à questão das instalações desportivas, as instalações desportivas que foram colocadas aqui, permitam-me dizer, estão, se calhar, mal referidas, mas devem ser todas mencionadas, porque são efetivamente todas da gestão municipal. Alguns espaços estão mais degradados do que outros, aqueles que não têm cobertura têm mais exposição e há mais utilização, e muitas das vezes há alguma utilização que não tem nada a ver com o desporto. É o caso do campo desportivo no Lugar dos Castanheiros, que sofre vandalizações com muita frequência e temos dificuldade nessa gestão, porque isso acontece recorrentemente. De certa maneira, é da responsabilidade do município e temos feito também algum trabalho que muitas das vezes é inglório, porque recorrentemente acontecem atos de vandalismo. Porém, nós temos a intenção de proceder à renovação desses espaços; nomeadamente, da Zona Verde, e temos também já candidaturas para essa situação.

No que diz respeito à recolha de monstros, nós temos tido, por saída de alguns recursos humanos, alguma fragilidade e temos recorrido, às vezes como complemento, à utilização de recursos humanos provenientes dos chamados programas ocupacionais do IEFP. E é verdade que nós não temos conseguido acompanhar, aquilo que é a evolução de recursos humanos, nomeadamente no que diz respeito a baixas e reformas, e temos de olhar para isto de outra forma. Há uma forma como temos respondido, e muito agradeço aqui também a colaboração dos Senhores Presidentes de Junta, que muitas das vezes ajudam para conseguirmos contrariar isto. Porém, também importa dizer que já de manhã falei aqui, e vamos continuar a fazer esse trabalho de alerta, porque a quantidade de monstros que há hoje pela cidade fora, por todo o concelho, mas especialmente na cidade, resulta também do facto de as pessoas não utilizarem o equipamento que nós temos e não utilizam os meios adequados, que é levar ao ecocentro. Nós temos um ecocentro em Mirandela, situado na zona industrial, que pode receber estes resíduos. As pessoas que não têm capacidade para transportar podem acordar com o município para ser feita a recolha e, imediatamente, encaminhada para o ecocentro.

O que nós registamos é que as pessoas não recorrem a esse mecanismo e simplesmente colocam na via pública: colchões, que é o mais recorrente, cadeiras, móveis, mobiliário. Algumas dessas pessoas até têm capacidade para transportar, mas é mais fácil deixá-lo ali. Portanto, também um apelo às pessoas para que possam colaborar, porque não há serviço que resista a esta quantidade de monstros que têm sido colocados na via pública. Mas, concordando com o Senhor Deputado, não podemos estar dependentes de mão de obra proveniente de programas ocupacionais para trabalhos permanentes. Não podemos estar aqui a promover emprego precário. Portanto, é nossa intenção que a equipa seja reforçada para esse efeito, e isso é um facto, e concordamos com isso. Obrigado pela situação reportada.

Em relação ao Senhor Deputado *Hernâni Moutinho*, na questão da documentação a acompanhar a convocatória parece que faz mais sentido, porque eu também, quando recebo de outros organismos, às vezes leio tudo à pressa. Havendo mais tempo, as pessoas podiam estar mais preparadas e mais inteiradas das situações, o que até evitava alguns pedidos de esclarecimento, porque às vezes há coisas que estão lá e que, só porque não se leram com atenção, se fazem perguntas. Mas concordo com tudo o que disse aqui, nomeadamente com a questão da dependência dos processos. O acordo extrajudicial também me parece bem, devemos olhar para isso dessa forma.

Portanto, o envio do estado e da fase dos processos judiciais parece-me que, nós conseguiremos, paulatinamente, ir reduzindo estas situações e sermos mais assertivos na informação que vem, chamada Informação do Senhor Presidente da Câmara, mas que no fundo resume tudo o que se passa no âmbito daquilo que é a atividade municipal.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Equipa Multidisciplinar, em relação às funções, eu agradeço imenso o esclarecimento, mas sinto que não estava minimamente preparado para responder a esta pergunta, porque me voltou a responder exatamente o mesmo. E, já que ficou de nos enviar essa informação, precisava mesmo que me informasse, e que nos informasse a todos, das concretas funções e dos trabalhos desenvolvidos por esta equipa. Porque, na minha opinião, e vale o que vale, esta equipa até era dispensável. Mas pronto, existe, pelo menos que saibamos o que ela faz.

Quando eu falei nos encargos com esta equipa, eu não pretendo saber, valores dos funcionários, porque nós não estamos a falar só de valores de funcionários; estamos a falar de material de escritório, estamos a falar de espaço e estamos a falar até de deslocações. Quando diz que os funcionários do BUPi, integram agora esta equipa, eu ainda fico mais preocupada, porque temos uma equipa maior, mas esses encargos já não estavam aqui, porque os funcionários do BUPi até são avançados, julgo eu, e, portanto, esta despesa já não era uma despesa aqui. O que me choca também é que, em 2024, nós tínhamos quatro pessoas adstritas a esta equipa, no mapa de pessoal, e agora vamos prever mais duas. A questão é: para quê? Se não conseguisse responder a isto tudo posteriormente, eu agradecia, porque, de facto, o que eu sinto é que há informação muito vaga e falta informação precisa, sobretudo quando vamos aprovar agora um orçamento que já vai estabelecer determinados valores. E peço imensa desculpa, mas não sei até que ponto consegui, no orçamento, vislumbrar isso que referiu agora.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou usar aqui uma provocação. Na questão das instalações desportivas, quando o Senhor Presidente começou por frisar que estes equipamentos fazem parte da gestão do município, e obviamente todos conhecemos que estão num estado de degradação lamentável, que não se justifica, mas quando começou a dizer que, no parque desportivo da Zona dos Castanheiros, aqueles equipamentos sofrem vandalismo, eu comecei a raciocinar e lembrei-me de algo muito recente: as declarações do Senhor Ministro da Educação quando se referiu às residências de estudantes. Estou a fazer uma analogia, porque, se aqueles equipamentos que fazem parte da gestão da Câmara são vandalizados, porque os outros, tanto o campo desportivo do Liceu como o da INATEL, têm lá um funcionário a fazer a gestão dos comportamentos daquele parque. Agora, como os outros não têm lá ninguém da Câmara Municipal a fiscalizar, acontecem como as declarações do Senhor Ministro da Educação, não é? As residências de estudantes que estão para os pobres é que rebentam todas. Como também os hospitais públicos, como dizia o Senhor Ministro da Educação, os hospitais públicos, como servem toda a gente e geralmente são os mais necessitados que recorrem aos hospitais públicos, não vão às clínicas nem vão aos hospitais privados, também é por causa disso que os hospitais públicos estão degradados e que há falta de médicos. Isto não é uma provocação a si, é ao sistema e ao Governo também.



----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós não sabemos as perguntas que nos vão ser colocadas. E é impensável que tenhamos aqui a informação rigorosa para poder dar em cada momento. Por isso é que nos permitimos, às vezes, para não dar uma informação incorreta, remetermo-nos, como segunda fase, ao envio posterior. Agora, o que eu não lhe posso aceitar, é a questão do BUPi, por estar num departamento e passar para outro, seja visto como alguma fragilidade. Não me parece fragilidade nenhuma e é absolutamente necessária. E a questão do reforço tem precisamente a ver com a necessidade. A equipa é jovem, estamos num concelho, essencialmente, agrícola, onde a atividade agrícola é de grande relevo, e precisamos de estar mais perto daquilo que é o apoio aos nossos agricultores, e só assim é que conseguimos fazê-lo. Provavelmente, alguma informação que esteja aqui em falta pode ter a ver, com a falta de recursos, porque podemos não ter recursos suficientes para que se possa fazer esse trabalho de forma adequada, pela tal abrangência que tem.

Quando nós vamos preparar uma feira, por exemplo, uma participação numa feira, tudo o que são produtos endógenos é trabalhado, e esta Equipa Multidisciplinar também tem a sua intervenção, também ajuda. Nomeadamente, quando falamos do Festival do Rancho, quando falamos da Feira da Alheira, esta equipa de provadores também é trabalhada; esta equipa também tem a componente de trabalhar junto das decisões para perceber o que devemos fazer. Há aqui um trabalho, muitas das vezes invisível, parece que não é feito, mas que é necessário fazer, porque as coisas aparecem ali e não aparecem por acaso. E tudo o que seja ligado também a estes eventos que estão, de alguma forma, relacionados com os produtos endógenos, também têm uma participação. Há aqui matéria que nós depois podemos pormenorizar e elencar, que é feita e que está mal interpretada, porque a equipa foi constituída com um fim muito específico, e essa equipa está a fazer aquilo que lhe é possível em função dos meios que dispõe. E por isso, nós entendemos que reforçar a equipa é fundamental para os fins que queremos atingir. Nomeadamente, uma relação mais direta com aquilo que é a relação com a CCDR-N, que está aqui sediada, em Mirandela, e nós temos tido essa aproximação para podermos dar uma resposta mais eficaz e podermos ter, resultados que depois possam já estar mais visíveis. Mas temos que fazer este trabalho efetivo porque temos algumas fragilidades em recursos humanos, que queremos ultrapassar e que precisamos mesmo que sejam ultrapassadas.

O Gabinete de Apoio aos Incêndios que foi criado, é importante que se diga, nós não contratámos mais pessoas para este gabinete, foram as pessoas que já estavam no município que tiveram mais essa tarefa. E isso tem o apoio de todos. As outras câmaras, posso-lhe dar aqui vários exemplos de situações em que recrutaram serviços para esse efeito, ou até associações. Nós temos que perceber que temos aqui os nossos recursos humanos. Não posso aceitar que seja posta aqui em causa esse tipo de situações.

Agora, pode acontecer que não esteja suficientemente retratado, e vamos voltar aqui ao documento. Dizer que não está tão objetivo, de forma a que essas dúvidas possam ser dissipadas. Isso eu aceito. Mas agora, quanto a pôr em causa aqui esta situação de o que é que fazem e porquê, não faz sentido. Não faz sentido ter uma Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola? Eu acho que, no nosso concelho, faz todo o sentido. Agora, se ela funciona bem ou mal, isso depois já é outra coisa. Agora, faz sentido ter equipa? Todo o sentido. Permita-me que diga que não estou de acordo com o que diz, porque dizer que a equipa não faz sentido não vai ao encontro da realidade. Faz sentido. Se ela pode ser mais eficiente, isso já são outras questões.

Respondendo aqui ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, de facto, e vou começar aqui pela provocação: a provocação não é aceitável para aqui. Eu não sei o que é que quis atingir com a provocação. Eu apenas disse, e não sei por quem é que é, esses equipamentos que não são fechados, sofrem vandalizações. Mas não sei se são por pobres, se são por ricos, nem porque é que são. Nem me ouviu falar disso. Essa questão que quis relacionar, que quis fazer analogia com o Senhor Ministro, para mim não serve. Pode fazer outras, mas essa refuto-a por completo. Eu não disse nada disso, nem quis atingir o que quer que seja. O que é factual, é que são espaços ao ar livre, não têm vigilância e, não tendo essa vigilância, ficam mais expostos para que haja degradação. Foi isso que eu disse. Agora, é da responsabilidade do município? Sim, é da responsabilidade do município, e temos de trabalhar para que isso seja resolvido. Ao fim de alguns anos, também já estão com alguma utilização e também já começam a ficar um bocadinho degradados e precisam de intervenção. Isso não temos a menor dúvida e estaremos cá para o fazer.

4.2 - Proposta IV Alteração Orçamental Modificativa.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11/12/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a decisão de alteração da IV Alteração Modificativa do Orçamento, conforme proposto.”

----- A Senhora Deputada Municipal *DANIELA RODRIGUES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Uma alteração orçamental modificativa é um instrumento normal da gestão financeira pública. Não é um novo orçamento e não altera as opções políticas aprovadas nesta Assembleia Municipal. É um ajustamento técnico à execução real do orçamento. A lei é clara. A execução orçamental ocorre num contexto dinâmico. Há atrasos em financiamentos, reprogramações de fundos comunitários, alterações nos calendários de obra, entre outros. As alterações orçamentais existem precisamente para responder a essa realidade, com controlo político e aprovação dos órgãos competentes.

Convém também esclarecer um ponto essencial, o valor inicial do orçamento nunca corresponde ao valor executado. Sempre foi assim. Desde 2012, os valores reais são sistematicamente inferiores aos inicialmente aprovados. Isto não é fragilidade financeira, é prudência orçamental. O município trabalha com previsões ambiciosas, mas executa apenas a despesa que tem cobertura efetiva de receita. É esta opção que garante equilíbrio financeiro e responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Mais importante do que o valor nominal do orçamento são as taxas de execução. E aqui os dados são claros. Desde 2018, o município de Mirandela tem vindo a melhorar de forma consistente a execução da receita e da despesa, refletindo maior rigor, melhor planeamento e maior eficácia na concretização do investimento. Nos anos mais recentes, e de forma clara em 2024, o município cumpre as taxas



exigidas pelo Tribunal de Contas. E isso traduz uma gestão financeira sólida, credível e conforme às boas práticas da Administração Pública. Por isso, uma alteração orçamental modificativa não é um sinal de descontrolo, é um sinal de gestão responsável. É um instrumento legítimo e necessário ao serviço do rigor financeiro do município.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Como ainda não tinha tido oportunidade, a partir daqui endereço a todos um especial cumprimento, com votos de boas festas nesta quadra festiva. Assinalo também, com sentido de dever e espírito construtivo, o meu regresso à Assembleia Municipal, renovando o compromisso de aqui contribuir com seriedade e frontalidade para o debate democrático e para a defesa dos interesses do nosso concelho.

A proposta que hoje aqui discutimos, a 4.ª Alteração Orçamental Modificativa, é, do ponto de vista legal, perfeitamente legítima, como quem me antecedeu aqui o disse. Está enquadrada na lei, na norma de contabilidade pública e nas competências deste órgão. Isso não está aqui minimamente em causa. O que está aqui em causa é outra coisa, a leitura política que se pretende fazer desta alteração, nomeadamente a ideia de que ela demonstra uma boa execução orçamental, quando, na verdade, não é isso que se passa. É precisamente aqui que discordamos daquilo que foi dito antes de mim e da proposta de alteração que o Executivo aqui nos apresenta.

O Orçamento Municipal para 2025 foi aprovado com um valor global de cerca 46.5 milhões de euros, em receita e despesa, e outro tanto em capital. Foi esse orçamento que sustentou as opções políticas, prioridades anunciadas e compromissos assumidos perante os municípios e perante esta Assembleia Municipal. É esse orçamento, o inicial, que deve servir de referência para avaliar a governação deste Executivo, e não outro que é revisto a meio do caminho, em que as regras são mudadas a meio do jogo. Portanto, com esta 4.ª Alteração Modificativa, o Executivo propõe uma redução global do orçamento de 8 milhões de euros, passando o orçamento de 46.5 milhões de euros para cerca de 38.3 milhões de euros. Estamos a falar de uma redução próxima de 18 %. Portanto, quando em abril, apresentar uma execução de 70 %, 80 % ou 90 %, vamos ter de lhe subtrair estes 18 %. De outra forma, não estamos a ser corretos, não estamos a falar sobre o mesmo documento. Isto não é um pequeno acerto, é uma revisão profunda do orçamento aprovado e, conseqüentemente, das políticas que lhe estavam associadas.

A origem do problema, ou seja, uma parte significativa desta redução, resulta de receitas que estavam previstas e não foram confirmadas, especialmente transferências de capital do Estado e fundos comunitários, com um corte de cerca de 5 milhões de euros. Receitas associadas a projetos cofinanciados que não avançaram no ritmo previsto ou que simplesmente não avançaram. Isto significa, de forma clara e objetiva, investimentos anunciados que não se concretizaram, candidaturas que ficaram pelo caminho, expectativas que foram criadas sem correspondência na realidade financeira. E, assim sendo, não é uma virtude corrigir provisões que falharam, é um dever, mas convém reconhecer o que isso significa politicamente.

O impacto maior desta alteração sente-se na despesa de capital, com uma redução superior a 5,4 milhões de euros. E quando falamos de despesa de capital, falamos de cortes em arruamentos e obras complementares, sistemas de drenagem e de saneamento, captação e distribuição de água, viação rural, edifícios públicos, escolas, equipamentos, etc. Ou seja, menos investimento no território, menos obra feita, menos resposta às necessidades concretas das populações. Isto não é eficiência e não é execução do que foi prometido.

Eu até adorei a ilusão da boa execução. Depois de retirar do orçamento receitas que nunca entraram, investimentos que não avançaram, despesas que foram abandonadas, o que sobra é um orçamento mais pequeno, mais fácil de executar. E depois, com base neste novo orçamento reduzido, há de se apresentar uma boa taxa de execução orçamental, pois claro. Mas convém dizer isto com frontalidade: executar bem um orçamento depois de o reduzir drasticamente não é o mesmo que executar bem o orçamento que foi aprovado no início do ano. Uma coisa é gestão rigorosa, outra é rever o jogo para obter um melhor resultado final.

Concluo esta minha intervenção dizendo que esta alteração é legal? É, efetivamente, não há dúvidas quanto a isso. Mas, politicamente, traduz um orçamento inicial sobrestimado, direi mesmo inflacionado, investimentos que não se concretizaram e uma governação que prefere corrigir em baixa a assumir as falhas no planeamento. Os municípios não avaliam a Câmara por percentagens de execução; avaliam-na por obra feita, investimento visível e compromissos cumpridos. E é isso que esta 4.ª Alteração Orçamental, infelizmente, demonstra: fica muito aquém do desejado.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aliás, o antecessor disse aqui algumas coisas que obviamente são verdades, como também a Senhora Deputada do Partido Socialista. O que fica claro é que nós estamos aqui a discutir, e vamos discutir, o próximo orçamento. Aliás, como foi comum nesta nossa querida cidade, ao longo dos anos 1990, 1991, 1992 e 2000, fizemos sempre orçamentos inflacionados. Sempre inflacionados. E fazemos por uma razão: é que não temos capital para investimento e agarramos aquilo que é mais prioritário. Aliás, é tão prioritário que depois choca com a realidade: estamos à espera dos avisos comunitários.

Quando nós, Câmara Municipal, abdicamos de receita própria para fazer face exatamente àqueles pequenos investimentos, ou grandes, se assim o quisermos, sem precisarmos do aviso comunitário, muitas vezes estes fundos abrem, mas não são para aquilo que são os investimentos necessários para o nosso desenvolvimento. Aqui está a grande questão: é mais importante fazer um orçamento relativamente contido, mas com capacidade de execução a 100 %, ou fazer um orçamento com valores estratosféricos e depois a execução não passa do que sabemos?

Senhor Presidente, eu perguntava apenas pela última: o porquê desta redução de 8 milhões de euros? Porque não é novidade nenhuma. Espero que os meus colegas aqui na Assembleia Municipal percebam, porque eu já percebi há muito tempo.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



Agradeço à Senhora Deputada *Daniela Rodrigues* o enquadramento que aqui fez sobre a Alteração Modificativa. Se alguma dúvida houvesse, penso que ficou esclarecida, até porque foi unânime o reconhecimento do seu contributo, ao qual me associo. É importante centrarmo-nos no que é, efetivamente, uma Alteração Modificativa e perceber que um orçamento é um documento previsional.

Nesse sentido, estamos na expectativa de, em 2026, proceder a uma revisão em alta, porque ela será necessária, para acomodar rubricas que tiveram de ser descabimentadas devido a circunstâncias que se alteraram no tempo. Quando se pretende saber genuinamente, pergunta-se; quando se pretende indicar algo, é uma situação diferente. O que aconteceu foi simples: quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas questionou o que se passou com o cemitério, a resposta foi clara, estava cabimentado, mas não houve concorrentes. O mesmo sucedeu com o saneamento da Palorca e do Carvalhal: estava cabimentado e teve de ser descabimentado.

É importante perceber que o orçamento da receita e o orçamento da despesa têm de estar equilibrados. Quando não conseguimos executar uma verba no ano em causa, não faz sentido mantê-la ativa se a execução só ocorrerá no ano seguinte. Nesses casos, procede-se à descabimentação e à transição para o exercício seguinte. Aí, será necessária nova Alteração Modificativa para acolher estes e outros projetos em candidatura, que ainda não podem ser apresentados porque não estão aprovados, embora haja garantia de que o financiamento estará disponível e devidamente alocado.

É por isso que teremos de fazer essa Alteração Modificativa em alta. Os orçamentos são documentos dinâmicos, ajustáveis em baixa ou em alta, em função da economia e das necessidades, como referiu o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, nomeadamente no que toca à dependência de capital para determinados investimentos. À medida que os programas vão sendo atribuídos, o orçamento tem de ser ajustado em conformidade. Não se mexe num orçamento por vontade própria; o objetivo é sempre a execução total. Aliás, se fosse possível, assim teria sido, mas não o conseguimos por razões já explicadas.

Alguns concursos não tiveram adesão e ficaram desertos, o que condicionou a execução. Esta situação está naturalmente relacionada com a necessidade de revisão, designadamente no saneamento, área em que também se prevê uma revisão em alta em 2026. Existe uma verba em candidatura ainda não aprovada, que não pode integrar o orçamento imediato, mas que enquadra esta dinâmica de ajustamento. Não estamos a falar de qualquer tentativa de manipular números para melhorar artificialmente a taxa de execução. Naturalmente que todos desejamos uma boa taxa de execução, mas esta só é possível com capacidade real de executar, dependente, em grande medida, do ritmo de aprovação e funcionamento dos mecanismos de financiamento, nomeadamente dos fundos comunitários, alguns dos quais foram adiados para 2026.

Ninguém fica penalizado por esta situação. Não estamos a mexer no orçamento apenas para melhorar indicadores. A execução depende de fatores externos e estruturais. Esta é, portanto, uma resposta de caráter geral. Quando, em 2026, houver revisão em alta, cá estaremos novamente para analisar e discutir a situação.

----- Efetuada a votação e estando 59 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com sete abstenções e 52 votos a favor, aprovar a IV Alteração Orçamental Modificativa Municipal de 2026.

4.3 - Orçamento Municipal para o Ano Económico de 2026.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11/12/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor dos Membros do PS, dois votos contra dos Membros da AD e uma abstenção do Membro do Chega, conforme proposto:

1 - Aprovar a Proposta de Orçamento Municipal para o ano económico de 2026;

2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Como sabem, o tempo previsto no Regimento para a discussão do orçamento é de 10 minutos, com a possibilidade de um acréscimo de 5 minutos quando necessário. Tendo em conta o número de intervenções previstas e o limite imposto pelo próprio Regimento para este debate, teremos de, se estiverem de acordo, o que presumo, reduzir a discussão do orçamento apenas 10 minutos. Caso contrário, ultrapassaríamos largamente o tempo permitido.

Assim, não haverá os 5 minutos adicionais, exceto em situações muito especiais. No entanto, essa limitação poderá ser colmatada no período de explicações.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *JOSÉ CABANAS* (INDEPENDENTES) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou ser muito rápido e fazer apenas duas ou três referências. Trata-se de três obras que constam do plano do orçamento, mas que muitas vezes, apesar de planeadas, demoram a passar à fase de execução, e é precisamente isso que gostaria de salientar. Na minha opinião, são obras urgentes.

A primeira diz respeito às condutas e ao abastecimento de água. É fundamental que o Executivo tome medidas urgentes e comece a trabalhar nesta área, pois os problemas não se verificam apenas na cidade; existem também aldeias com dificuldades de abastecimento, o que exige uma intervenção célere.

Outra obra é a reconstrução do edifício do mercado, que prevê a reestruturação e até o alargamento do parque de estacionamento. Ainda assim, considero que o município poderia ter sido mais ambicioso, equacionando um projeto diferente, capaz de atrair visitantes, à semelhança da Estação das Artes ou do Museu da Oliveira e do Azeite. Poderia tratar-se de um edifício estrutural, mas também de um marco para quem nos visita.



Por fim, e também com carácter de grande urgência, refiro a requalificação da Reginorde, que prevê a construção de um novo edifício de apoio e de uma bancada para cerca de 600 pessoas. Trata-se de uma obra extremamente necessária. Mirandela é um dos concelhos do Nordeste com mais crianças em formação, mas apresenta das piores condições existentes. Em comparação com concelhos vizinhos, como Torre de Moncorvo, Vila Flor, Bragança e Macedo de Cavaleiros, que dispõem de melhores infraestruturas, Mirandela carece claramente desta intervenção. Assim, espero que esta obra, já inscrita no orçamento, seja executada com a maior brevidade possível.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com o sentido de responsabilidade institucional que este ato exige, mas também com a firmeza política que este debate impõe, começo por recordar um ponto essencial. Ao abrigo da Lei do Estatuto do Direito de Oposição, o Executivo convidou a coligação AD- PSD e CDS-PP a apresentar propostas para as Grandes Opções do Plano 2026 e para o Orçamento. Fizemo-lo com seriedade e sentido institucional, entregando um documento estruturado, com propostas claras e objetivas nas áreas da habitação, proteção civil, agricultura, ambiente, desporto, acessibilidade e mobilidade, e economia.

Para além da entrega presencial desse documento, eu próprio e o Senhor Vereador *Paulo Pinto* aprofundámos essas propostas numa reunião em que estiveram presentes o Senhor Vereador do Pelouro, *Orlando Pires*, e o Senhor Presidente da Câmara Municipal. O que esperávamos, com naturalidade democrática, era que essas contribuições fossem analisadas, avaliadas e integradas nos documentos finais.

Contudo, ao analisarmos as Grandes Opções do Plano 2026, verificámos que praticamente nenhum desses contributos foi incluído. Algumas propostas surgem apenas com formulações vagas e genéricas; outras nem sequer constam do documento. Isto obriga-nos a colocar uma questão simples e legítima: para que serve convidar a oposição a colaborar se, no final, o documento ignora quase tudo o que foi proposto? Há, assim, cinco razões que justificam o sentido de voto da nossa Bancada.

A primeira prende-se precisamente com a não integração das propostas apresentadas. Na área da Proteção Civil, propusemos a aquisição de uma máquina de rastros, de uma motoniveladora e a instalação de um centro municipal de proteção civil na Vila da Torre Dona Chama. Na habitação, defendemos a construção de 50 habitações sociais, 75 habitações a preços controlados e a criação de um banco de habitação social. Na água e no ambiente, propusemos a beneficiação dos sistemas de abastecimento e a criação de um sistema municipal de aproveitamento de águas pluviais. No desporto, sugerimos a criação de uma residência para atletas e criadores, a requalificação dos campos de ténis, infraestruturas para pádel e uma piscina municipal também na Vila da Torre Dona Chama. Na agricultura, apresentámos propostas como a barragem da Veiguinha, o regadio municipal, charcas de retenção de água, um clúster agroalimentar e o observatório AgroData. Na mobilidade, defendemos a requalificação da Estrada Mirandela-Trindade, da Estrada Mirandela-Torre Dona Chama via Mascarenhas e do caminho de acesso ao Canil de São Salvador. Estas propostas não eram meros desejos avulsos. Estavam enquadradas nos programas municipais e alinhadas com os fundos europeus disponíveis. Ainda assim, o Executivo optou por ignorá-las.

A segunda razão é a ausência de uma estratégia sólida para a habitação. As Grandes Opções do Plano dedicam várias páginas a esta área, mas sem metas concretas, sem números claros e sem qualquer articulação com as propostas que apresentámos. Não existe um reforço significativo do Parque Habitacional Municipal. Num concelho que perde jovens, famílias e população ativa, ao contrário do que sucede noutros municípios do interior, a habitação continua a não ser uma prioridade efetiva, surgindo apenas como uma nota secundária.

O terceiro motivo é o desequilíbrio evidente entre a cidade e as freguesias. Os números falam por si. As transferências correntes para todas as juntas de freguesia rondam os 318 mil euros; as transferências de capital ficam-se pelos cerca de 200 mil euros. Em contraste, as despesas com grandes festas e eventos na cidade de Mirandela, como as Festas, a Feira da Alheira, as Festas de Natal e o Festival do Rancho, ascendem a cerca de 850 mil euros. Quatro eventos na cidade representam mais do dobro das transferências correntes atribuídas a 30 freguesias.

Não estamos contra as festividades da cidade. O que defendemos é uma discriminação positiva das freguesias. Num concelho essencialmente rural, este valor é mais de quatro vezes superior ao investimento de capital destinado às juntas. Num território disperso, envelhecido e com grandes necessidades de proximidade, esta opção é, no mínimo, difícil de compreender.

Acresce ainda que as Grandes Opções do Plano não apresentam qualquer quadro de territorialização do investimento. Não sabemos quanto será investido em Vale de Gouvinhas, Carvalhais, Mascarenhas, Múrias, Romeu, Lamas do Orelhão, Vale de Salgueiro ou noutras freguesias. Fala-se de coesão territorial, mas o documento não traduz essa intenção em prática concreta.

A quarta razão prende-se com a falta de rigor nas fontes de financiamento. O Plano Plurianual de Investimento refere dezenas de projetos associados ao Norte 2030, ao PRR e ao PEPAC, mas quase nenhum esclarece se as candidaturas estão aprovadas, submetidas ou se são apenas intenções. Não são indicadas taxas de comparticipação nem contrapartidas municipais, deixando a Assembleia a aprovar investimentos sem conhecer o seu impacto real nas contas do município. Isto não é boa governação.

O quinto e último motivo é a ausência de uma visão económica estruturada para o concelho. Apesar da extensão do documento, continuam a faltar medidas concretas para atrair empresas, incentivos à fixação de jovens nas aldeias, um plano para a agroindústria, um parque tecnológico e uma proposta clara para a zona industrial ou para a criação de uma nova zona industrial. Curiosamente, estas eram áreas onde apresentámos propostas concretas e prontas a executar.

Em conclusão, o PSD reconhece o trabalho técnico desenvolvido e identifica áreas de continuidade, mas isso não apaga o essencial: as propostas da oposição não foram integradas; as Grandes Opções do Plano continuam sem uma resposta forte à crise da habitação; mantém-se o desequilíbrio entre a cidade e as freguesias; subsiste a falta de rigor nas fontes de financiamento; e faltam soluções económicas capazes de travar a perda de população.

Por todas estas razões, e com sentido de responsabilidade, o PSD vota contra as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2026.

----- O Senhor Deputado *MIGUEL CUNHA* (IL) disse:



Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A Iniciativa Liberal analisou as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para 2026 com grande sentido de responsabilidade institucional, mas também com exigência política, rigor técnico e uma visão clara sobre aquilo que Mirandela precisa para enfrentar o futuro.

Começo por reconhecer o óbvio: este é um orçamento de continuidade. Não há aqui uma rutura estratégica, nem uma mudança de paradigma. É apenas a continuação de uma linha política que o Executivo tem seguido ao longo dos últimos anos. Essa coerência existe e deve ser reconhecida. Reconhecemos também aspetos positivos. O documento faz, em muitos pontos, um diagnóstico correto da realidade do concelho: envelhecimento demográfico, perda de jovens, fragilidade do tecido empresarial, assimetrias territoriais, baixa densidade económica, e esse diagnóstico está, em grande parte, correto. Reconhecemos ainda a inclusão de algumas obras estruturais importantes, a prioridade clara à revisão do PDM, que consideramos absolutamente essencial para desbloquear investimento, e a aposta na reabilitação habitacional e no arrendamento acessível, áreas onde existem necessidades reais. No entanto, é precisamente porque o diagnóstico está certo que a resposta política nos parece insuficiente.

Foi-nos apresentado um orçamento que não tem a ambição económica que Mirandela precisa. Fala-se muito de competitividade, crescimento e atratividade territorial; no entanto, deixo uma pergunta muito simples e concreta: como é que podemos falar de competitividade sem falar de impostos, taxas ou política fiscal municipal? É que, ao longo de todo o documento, não encontramos uma única proposta de revisão de taxas municipais, uma única reflexão sobre o IMI ou a derrama, um único incentivo fiscal à instalação de empresas e uma única medida concreta de redução de custos de contexto. Num concelho onde faltam oportunidades, onde os jovens saem porque não encontram emprego qualificado e onde as empresas têm dificuldade em crescer, esta ausência não é um mero detalhe técnico, é uma opção política clara.

Além disso, a Iniciativa Liberal acredita na competitividade entre os municípios. E, por isso, pergunto: o que é que Mirandela oferece hoje de melhor, mais rápido ou mais barato do que Bragança, Vila Real ou Chaves? O documento não responde. Fala-se de atração de investimento externo. Fala-se de internacionalização empresarial. Mas onde está a estratégia? Onde estão as feiras empresariais, as missões empresariais, os manuais claros de acolhimento ao investidor, as vantagens competitivas objetivas e mensuráveis? Simplesmente não constam nos planos deste Executivo.

A Área de Acolhimento Empresarial é referida várias vezes, mas é importante referir também que uma infraestrutura em si não é propriamente uma política económica. Sem preços competitivos, sem benefícios claros e sem uma promoção ativa, uma área empresarial é apenas um terreno à espera que alguém apareça. E deixo aqui mais uma pergunta para reflexão: estamos à espera de que as empresas descubram Mirandela por acaso?

Outro ponto que o documento insiste, e bem, é na digitalização dos serviços municipais. O problema é que estão a confundir tecnologia com reforma administrativa. Mesmo após vários anos de governação, continuamos sem prazos máximos de decisão, sem compromissos públicos de redução de tempos médios de resposta, sem uma revisão profunda de regulamentos e procedimentos e sem uma simplificação efetiva da relação entre cidadãos, empresas e Câmara Municipal. Pergunto: para que serve digitalizar um processo lento, burocrático e opaco, se ele continua lento, burocrático e opaco, mas em formato digital? Se o Executivo tivesse acabado de entrar em funções e os membros que o compõem não tivessem estado já presentes nos últimos Executivos, até compreenderíamos não haver um plano de simplificação de processos já preparado, mas não é o caso.

O documento apresenta-nos também uma governação sem métricas, e uma governação sem métricas é uma governação sem responsabilidade. Aquilo que o Executivo chama de “indicadores” são, na maioria dos casos, intenções vagas. No decorrer do documento, utilizam expressões como “promover”, “reforçar”, “melhorar”, mas nada de mensurável. Não há metas quantificáveis, não há prazos definidos, não há *benchmarks* com municípios com realidades semelhantes à nossa, nem há avaliação posterior das políticas públicas. Pergunto: como é que sabemos se uma política funcionou? Como é que sabemos se o dinheiro público foi bem aplicado? Como é que sabemos o que deve ser repetido e o que deve ser abandonado? Sem métricas, governa-se por inércia, não por resultados.

Não podemos falar do futuro de Mirandela sem falar seriamente de agricultura. Neste orçamento, a agricultura surge sobretudo como um setor a apoiar, um setor a compensar e um setor a mitigar, mas raramente surge como aquilo que realmente é em Mirandela: um setor económico estratégico, exportador e gerador de valor. Pergunto: onde está a ligação entre agricultura, transformação agroindustrial e exportação? Fala-se muito de sustentabilidade e ambiente, mas não referem instrumentos claros, não falam sobre metas nem articulação com quem produz. E deixo uma pergunta essencial: quer o Executivo que a agricultura seja um motor económico ou que seja apenas um setor permanentemente dependente de apoios?

Na cultura, o padrão repete-se. Há programação, há eventos, há iniciativas pontuais, muitas delas meritórias, mas falta uma visão estratégica da cultura como fator de desenvolvimento local. Não há uma estratégia clara de valorização do património, não há articulação consistente entre cultura e turismo e não existem métricas que avaliem o impacto económico ou territorial.

Já o desporto é tratado essencialmente como apoio a associações e manutenção de equipamentos, mas falta uma estratégia de desporto para a saúde, uma articulação importantíssima com o sistema educativo, uma visão do desporto como ferramenta de inclusão e fixação de jovens e métricas de participação e impacto social. Pergunto: o Executivo tem ideia de quantas crianças e jovens praticam desporto regularmente em Mirandela? Que impacto isso tem na saúde pública e na coesão social?

Na área social, verifica-se um crescimento permanente da despesa, sem avaliação de impacto. Não encontramos análises custo-benefício, critérios claros de saída, estratégias de autonomização e uma ligação consistente com o mercado de trabalho privado. A política social não pode ser apenas assistencialista. Pergunto: quantas pessoas deixaram de precisar de apoio graças a estas políticas? Quantas se tornaram autónomas? Quantas entraram no mercado de trabalho fora da esfera pública? A Iniciativa Liberal acredita numa política social que capacita, não numa política que perpetua dependências.

Por fim, não podemos ignorar um conjunto de omissões que são, francamente, difíceis de compreender. Não há uma estratégia preparada para um dos problemas mais urgentes do concelho e que já dura há demasiado tempo: a mobilidade entre freguesias, vila e cidade. Uma realidade claramente deficitária, que afeta de forma desproporcionada os nossos idosos, sobretudo aqueles que vivem nas freguesias mais periféricas, limita o seu acesso a serviços essenciais, como a saúde, e não permite a sua participação cívica.



Também não encontramos uma única palavra sobre a Linha do Tua, um processo que se arrasta há anos e que continua sem uma pressão institucional visível e sem um horizonte definido para a sua conclusão. Sabemos igualmente que Mirandela continuará, pelo menos por mais um ano, sem uma ferramenta essencial de participação cívica: o Orçamento Participativo, cuja ausência o Executivo normalizou sem qualquer explicação convincente. Acresce ainda a falta de uma estratégia para a requalificação e reestruturação de vários espaços urbanos, a inexistência de uma visão para a criação de novos espaços verdes, a ausência de transparência quanto às necessidades de recrutamento e ao crescimento do mapa de pessoal, bem como a falta de uma intenção clara de reforço da fiscalização ambiental.

Contudo, há uma despesa que, essa sim, não falta no Orçamento, apesar de estar longe de ser uma prioridade estrutural para o concelho. Refiro-me a uma despesa extraordinária, desproporcional e injusta, no valor de mais de 400 mil euros, canalizada para uma única festa, num modelo tripartido que serve sobretudo como bandeira política e que ignora outras freguesias, aldeias, associações, comissões e iniciativas cívicas que fazem o melhor que podem com muitos menos recursos.

Senhor Presidente *Vitor Correia*, acredite nos mirandelenses e na sua força de vontade e trabalho para organizar algo de que tanto nos orgulhamos, mas sem aproveitamento político. E deixo uma última pergunta, que é legítima e necessária: é este o melhor uso dos recursos públicos quando persistem carências estruturais que afetam diretamente a vida diária dos mirandelenses?

Senhoras e Senhores Deputados, este orçamento corrige algumas falhas do passado, mas não constrói um futuro diferente. Não tem uma visão reformista, não tem ambição económica e não aposta na responsabilização nem na avaliação. Por isso, com sentido institucional, mas com convicção política, a Iniciativa Liberal votará contra estas Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2026. Não porque ignoremos os problemas, mas porque acreditamos que Mirandela pode e tem capacidade para fazer muito melhor.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fui surpreendido pela limitação de tempo. Tinha preparado uma intervenção para 15 minutos e informam-me agora que disponho apenas de 10. Ainda assim, e tendo em conta que alguns aspetos que pretendia referir já foram mencionados, vou procurar ser o mais sintético possível e transmitir algumas das ideias do MOVE Mirandela, a pensar nas pessoas, relativamente ao Orçamento para 2026.

Começo por abordar aspetos que ainda não foram aqui referidos, nomeadamente a forma como o Orçamento e as Grandes Opções do Plano são apresentados. Existe uma falha significativa ao nível da apresentação dos documentos. E isto não é um detalhe menor. Para que haja uma discussão séria, é essencial que a informação seja clara, correta e acessível, não apenas para técnicos, mas para todos os Deputados e para os cidadãos. O que nos é apresentado é um documento onde, logo a meio, surgem vários anexos que acabam por ser mais confusos do que esclarecedores. Houve jovens que analisaram o documento e perguntaram: “O que é isto? Para que serve? O que representa?”. Em muitos casos, há imagens sem legenda, fotografias sem identificação, o que dificulta a compreensão. Por exemplo, surge a referência à “empreitada do edifício de apoio ao campo desportivo da Reginorde”, mas não se percebe claramente onde fica, como é o edifício, nem onde se localiza a bancada. No mínimo, isso deveria ser identificável. Além disso, os anexos deveriam estar devidamente numerados e essa numeração deveria ser referida no texto principal. Isso é uma regra básica de apresentação de documentos e contribui para uma informação mais rigorosa e transparente.

Naturalmente, também tive dificuldades na leitura da componente mais técnica. Não sou técnico de contabilidade nem de economia, e não escondo isso. Vou compreendendo algumas matérias, mas não sou especialista. E, muitas vezes, a sensação que fica é a de um desfile de imagens com um caráter mais próximo de uma apresentação de campanha do que de um documento orçamental rigoroso. Não se percebe claramente o que entra no orçamento, com que verbas e em que momento.

O documento está organizado por eixos. No eixo 1, por exemplo, fala-se do reforço do apoio financeiro à atividade pecuária e à apicultura. Já foi referido aqui, mas não posso deixar de sublinhar o facto de a agricultura, no seu conjunto, surgir de forma pouco significativa. Quase não se percebe quais são, afinal, os apoios concretos à agricultura. Pergunto: não seria uma boa prática o Município refletir seriamente sobre este problema e promover medidas de apoio mais robustas à agricultura, incentivando a fixação de pessoas, em particular jovens, e apostando também na reflorestação? Não seria esta uma forma concreta de combater a desertificação e o despovoamento do concelho? Já foi dito, e reafirmo: enquanto não valorizarmos aquilo que temos de melhor, a agricultura e também a cultura, dificilmente criaremos um verdadeiro motor de desenvolvimento.

Ao analisarmos a distribuição das verbas pelos vários eixos, verificamos, no nosso entendimento, uma falha grave de estratégia para o desenvolvimento do território. Há uma visão limitada do que deve ser o desenvolvimento de um concelho urbano e rural do interior transmontano.

O eixo com menor investimento é o eixo 5, Cultura e Modernização, que para 2026 tem previsto apenas cerca de 2 milhões de euros, ficando em último lugar. Logo acima surge o eixo do crescimento económico. No entanto, curiosamente, na página 48 das Grandes Opções do Plano afirma-se que a cultura é motor de desenvolvimento humano, social e económico. A afirmação é bonita, o texto está bem escrito, qualquer inteligência artificial faria igual, mas a prática orçamental não acompanha o discurso.

Não concordamos que a verba destinada ao eixo 5 seja tão reduzida, tal como não concordamos com a fraca dotação do eixo 1. Estes eixos estão interligados, e é precisamente através de um maior investimento na cultura que se potenciam muitos dos restantes domínios. Também não concordamos com a concentração do investimento cultural em poucas freguesias. Por exemplo, estão previstos cerca de 500 mil euros para a freguesia dos Passos. Porque não repartir esse valor por várias freguesias? Com essa verba poderiam ser criados vários centros de interpretação do património local, promovendo identidade e coesão territorial. Se ficarmos à espera que chegue a vez de cada uma das 30 freguesias, todos sabemos quanto tempo isso levará.

Outro aspeto relevante é a questão do abastecimento de água. Na cidade de Mirandela estão previstas verbas significativas para a melhoria da qualidade da água, nomeadamente em zonas como D. Afonso III e a Rua Teófilo Braga, com valores muito elevados. No entanto, nenhuma aldeia surge contemplada nesta rubrica. Estamos a falar de projetos que, como o próprio documento indica, dificilmente terão execução em 2026, estando apenas previstos valores iniciais para 2027. Quem pensa que no verão de 2026 os problemas da água estarão resolvidos está enganado. O que o documento nos mostra é que estes problemas vão continuar.



Tinha ainda outras questões para abordar, como a habitação, mas não vale a pena alongar-me mais. Valham-nos, ao menos, os mais de 400 mil euros previstos para festas. Ao menos, poderemos festejar. Talvez seja isso que se pretende: que não haja tempo suficiente para discutir o orçamento com a profundidade e a seriedade que ele exige.

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Movimento Amar Mirandela tem aqui um conjunto de pontos para apresentar e para discutir no Orçamento, que eu vou passar a enumerar. Mas vou fazer só uma pausa para partilhar um pensamento que me surgiu: é a segunda vez que ouço falar em discriminação positiva. A discriminação nem é positiva nem negativa. Não consigo entender o que isso é. E confesso que não gosto de ser discriminado. Mas, de qualquer maneira, gosto de ter direitos e deveres; mas de ser discriminado, não gosto.

O Orçamento de 2026 aponta um valor de 43.2 milhões de euros, sendo ambicioso, especialmente em água e habitação. Mas 59,6 % da receita corrente e 26,96 % da receita total são transferências. Qualquer atraso no Portugal 2030, na Estratégia Local de Habitação e no Fundo Ambiental expõe 15.8 milhões de euros de despesas de capital. A receita corrente é de 31.55 milhões de euros, versus a despesa corrente de 27.88 milhões de euros, dando uma margem bruta de 4.17 milhões de euros. Não está claro o peso de encargos financeiros e amortizações. Um choque de energia e combustíveis pode fragilizar o equilíbrio corrente.

O IMI de 0,3%, o IRS 2%, a derrama de 0,5%, com redução para um valor de negócios de 150 mil euros, é legítima, mas reduz o autofinanciamento das contrapartidas, qual é a estimativa da receita abdicada e o plano para compensar?

A água e a habitação surgem como prioridades, mas sem faseamento físico, financeiro, nem percentagem de financiamento garantida. Há risco de derrapagem temporal e, portanto, de imobilização de verbas. Vendas de bens são residuais. Se as transferências de capital se atrasarem, não vemos plano de contingência, reprogramação, lotes faseados, adiantamentos elegíveis ou tesouraria de curto prazo. No que diz respeito à operação e manutenção, com novos ativos é preciso reforço de despesa corrente para operar e manter. Essa dotação não está evidenciada, havendo risco de ativos subvencionados em 2026-2027.

Em termos de propostas e perguntas que deixo ao Senhor Presidente da Câmara: Publicação da execução, receita e despesa com foco em transferência de capital e avanço físico das obras. Caso ocorra um atraso superior a 20 %, apresentar um plano de mitigação, reprogramar, dividir lotes e usar adiantamentos. Assume este compromisso trimestral?

Acho que é importante fazer um teste de stress de tesouraria. Julgo que seria importante simular cenários de menos de 20 %, menos de 30 % nas transferências de capital e mais de 10 % em energia e combustíveis, com identificação de fundos disponíveis, saldo de gerência e linhas de curto prazo. Podem trazer esta simulação à próxima sessão?

Receita não cobrada: quantificar o impacto anual das taxas escolhidas em IMI, IRS e derrama, e explicar como se mantém o autofinanciamento das contrapartidas. Qual o montante de receita abdicada e qual a compensação prevista?

Em termos de cronogramas, seria importante divulgar um cronograma detalhado, contratação, obra, pagamentos e percentagem de cofinanciamento garantida. Ou seja, devia haver uma regra de não iniciar empreitadas sem o mínimo de 90 % de financiamento identificado. Quando podem partilhar estes cronogramas e percentagens fechadas?

Plano de contratação para 2026: publicar um mapa de processos por trimestre para reduzir o risco de subexecução. Quando será disponibilizado este plano? Em termos de operação, manutenção e dívida: clarificar reforços de operação e manutenção e o quadro do serviço da dívida, juros mais amortizações, e o rácio face à receita corrente. Qual é o rácio do serviço da dívida previsto e onde está o reforço da operação e manutenção para novos ativos?

Queremos um orçamento executável e resiliente, com transparência de execução, cronogramas claros e um plano de contingência, protegendo os investimentos estratégicos e a confiança dos munícipes.

A orientação de voto do Movimento Amar Mirandela será a abstenção, uma vez que é a primeira vez que participamos nesta sessão, dando um voto de confiança ao Executivo.

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre o Orçamento Municipal para o ano de 2026, Senhor Presidente, dizer-lhe o seguinte: nada temos contra designações como “*outros suplementos ou prémios*”, “*outros abonos em numerário ou espécie*”, “*outras prestações familiares*”, “*outras pensões*”, “*outros serviços*”, “*outros bens*”, “*outros encargos correntes da dívida*”, “*despesas diversas*”, “*outros juros*”, “*outras despesas correntes*”, “*outros investimentos*”, “*outras instituições*”. Nada temos contra estas designações. No entanto, Senhor Presidente, o número de vezes que o Orçamento Municipal para o ano de 2026 faz uso destas designações é preocupante. E o porquê? Indico apenas aqui um exemplo, e, uma vez que estamos na Assembleia Municipal, faz sentido chamá-lo: nas despesas previstas para a Assembleia Municipal de Mirandela, o orçamento apresenta um valor global de 113 mil euros. Sendo certo que este orçamento, no que à Assembleia Municipal diz respeito, contempla um valor de 35 mil euros para “*outros*”, valor este que corresponde a 54 % do valor apresentado, por exemplo, para as senhas de presença.

Assim, gostaria que nos esclarecesse sobre alguns destes “*outros*” e “*outras*” que constam do Orçamento Municipal para o ano de 2026, entre eles o valor para os “*outros*” na Assembleia Municipal, com o valor atribuído de 35 mil euros. Parece-me um valor demasiado elevado para “*outros*”, e não consigo perceber porque não se especifica no orçamento onde se vão gastar esses 35 mil euros na Assembleia Municipal. Era simples: se fosse escritório, era escritório; se fosse material, era material. A questão é que não é assim, e são 35 mil euros. Ou seja, quais são as despesas que vão ser pagas com estes 35 mil euros referidos? E porque não se encontram, neste e noutros casos idênticos, devidamente clarificadas estas despesas? Não se percebe.

Para além disso, apesar deste plano refletir uma ambição coletiva e uma visão de futuro, enfatizando a necessidade de enfrentar desafios como o envelhecimento da população e a qualificação de infraestruturas, apelar à participação ativa de cidadãos e instituições para um desenvolvimento sustentável e inclusivo, isto na vertente deste Executivo, a verdade é que até hoje continuamos à espera da concretização de várias obras, tais como: a do Largo da Feira da Torre Dona Chama e da Bouça, a do Mercado Municipal, a Ponte Engenheiro *Machado Vaz*, várias obras ao nível do saneamento. É certo que elas já vêm agora previstas, mas o que é certo é que estivemos à espera quatro anos, ou mais. Continuamos exatamente com os mesmos assuntos por



resolver que havia há quatro anos atrás: saneamento, estradas, caminhos, designadamente o caminho de Valbom dos Figos, por exemplo, e a Vale Pereiro. Em todas as campanhas eleitorais eu ouço isto; em todos os comentários do *Facebook* eu vejo isto. E não se resolve, e continuam a não estar previstas a estrada municipal, por exemplo, entre Mirandela e São Salvador, a nova zona industrial, o plano de mobilidade do Tua, a mobilidade dos munícipes das várias aldeias das nossas freguesias para a cidade de Mirandela, sobretudo para as pessoas mais idosas.

Depois, apercebemo-nos de que o Orçamento Municipal para o ano de 2026 contempla, para festas natalícias, e eu sei que vou repetir, mas é porque isto é real, 305 mil euros; para a Festa da Nossa Senhora do Amparo, um valor de 412 mil euros, sendo que, para esta festa, temos, lá está, “*outros bens*”: dois mil euros publicidade, 10 mil euros outros trabalhos especializados, mas porque é que não especifica quais são esses trabalhos especializados? Porquê “*outros*”? E nos outros 400 mil euros? Senhor Presidente, pergunto em que consistem efetivamente estes trabalhos técnicos especializados e os outros bens?

São ainda contemplados no orçamento os valores de 120 mil euros e 170 mil euros, num valor total de 220 mil euros, para a categoria de instituições cívicas e religiosas. Serão mais festas? Penso que sim. Para além disso, para o Clube de Ténis de Mesa e para o Sport Clube de Mirandela, o orçamento prevê 115 mil euros para ténis de mesa, e temos para aprovar nesta Assembleia Municipal mais uma comparticipação financeira no valor de 15.041,30 euros para o Sport Clube Mirandela, num total de 223 mil euros.

Em contrapartida, o orçamento para a ação social, por exemplo, e para a saúde prevê um valor global de 215 mil euros: na ação social, 158 mil euros, e na saúde, 57 mil euros. Para quem há pouco dizia que este Executivo pretende fazer um investimento assim tão grande na agricultura: qual é o investimento da agricultura neste orçamento? Onde está, neste orçamento, o tão falado regadio? E eu falo da agricultura porque é, de facto, uma categoria que me é especial e que efetivamente acho pouco incentivada, com pouco investimento para uma área que estamos sempre a discutir e supostamente a valorizar enquanto executivo.

Onde está a mobilidade? Onde está a saúde? Onde está o investimento na ação social? Não podemos votar favoravelmente a um orçamento que apresenta pouca transparência, um orçamento que apresenta muitos “*outros*” e “*outras*”. De facto, temos vindo a assistir à morte lenta do Concelho de Mirandela. Não podemos votar favoravelmente a um orçamento que nada apresenta de novo para investir e para reverter este processo.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Dado que foi feita referência ao Orçamento da Assembleia, vou responder de imediato, e com toda a razão. A rubrica “*outros*”, no que diz respeito à Assembleia, não se enquadra totalmente naquilo que é o meu critério habitual em matéria orçamental, até porque o orçamento da Assembleia é apresentado pela Mesa ao Executivo.

De facto, inicialmente, essa rubrica tinha apenas um valor de dois mil euros. No entanto, fomos alertados para algumas circunstâncias que são uma realidade e para as quais não tínhamos capacidade de enquadramento noutras rubricas, precisamente porque se trata de verbas incertas. Vou referir alguns exemplos ao plenário.

Existe a possibilidade de termos uma reunião extraordinária, ainda não é certo, apenas para a votação dos presidentes e vice-presidentes da CCDR-N, o que representa cerca de sete mil euros. Há também a hipótese, cuja legalidade ainda está a ser avaliada, de realizar uma reunião extraordinária no âmbito das comemorações do 25 de Abril, o que implicaria, mais cerca de sete mil euros. Está igualmente a ser ponderada a realização de uma reunião extraordinária jovem, que representaria mais de sete mil euros. Acresce ainda que, caso venha a ser criada alguma comissão, seja por iniciativa da Mesa ou por proposta dos Senhores Deputados, cada reunião de comissão tem um custo aproximado de mil euros.

Estas são, portanto, previsões. Trata-se apenas disso: uma previsão. Estou a justificar a nossa opção relativamente à rubrica “*outros*”. Reconheço que não é a rubrica mais adequada e que não é a forma ideal de apresentar este tipo de despesa, mas foi esta a justificação que nos levou a inscrever um valor mais elevado nessa rubrica. Reconheço também que não é assim que deveríamos exemplificar estas situações. Contudo, não dispomos de outras rubricas que nos permitam acomodar este tipo de previsões, dadas as incertezas associadas. Foi, portanto, essa a solução possível.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dirijo-me à Assembleia Municipal de forma mais tranquila do que inicialmente previa, precisamente para tentar perceber qual é o caminho que esta Assembleia pretende para o nosso concelho. E não posso deixar de registar, ouvindo intervenções de colegas de outras Bancadas, nomeadamente dos partidos à direita, uma contradição evidente. Sou claro e não deixo margem para dúvidas: o discurso que aqui ouvimos aponta para acabar com impostos, aumentar subsídios e reforçar dotações, fazendo no município aquilo que o Orçamento do Estado não faz nas transferências para os municípios. Está tudo, portanto, invertido.

O orçamento é, antes de mais, um documento técnico, mas onde se revela claramente a sensibilidade política, o cunho político de quem governa e de quem o elabora. É através dele que o Executivo define prioridades para responder aos problemas concretos dos munícipes, na ação social, na economia, na cultura e, hoje em dia, também na habitação. É, por isso, um documento político, com impacto direto nas perceções que cria. E quando se mistura esse cunho político com a criação de perceções desalinhas com a realidade, estamos a subverter o essencial do debate.

Quando fomos chamados ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, a CDU apresentou propostas concretas para inclusão no orçamento, algo que não vi outras Bancadas fazerem. Gostaria de saber que propostas apresentaram a Iniciativa Liberal ou o Chega, para que pudéssemos discutir seriamente este documento. O que ouvimos foram listas de críticas, mas sem propostas concretas associadas.

Digo claramente o que propusemos, para que fique transparente. Uma das questões centrais prende-se com a agricultura. Fico sem perceber se o que se pretende é que a Câmara Municipal passe a assumir o papel do Ministério da Agricultura e do Ambiente, financiando diretamente os produtores, o que entra em contradição com o discurso da Iniciativa Liberal e do Chega, que defendem o fim dos subsídios. É importante clarificar isto. O que defendemos é diferente. O município deve atuar onde tem responsabilidade



direta, nomeadamente ao nível das infraestruturas. Um exemplo claro é a requalificação do Mercado Municipal, que teria impacto direto em todo o tecido agrícola local.

Outra proposta simples e eficaz passa por garantir que instituições públicas, escolas, hospitais e empresas privadas que fornecem refeições a essas instituições sejam incentivadas, ou mesmo obrigadas, a consumir produtos da agricultura local. Esta medida teria um efeito imediato no rendimento dos agricultores.

No domínio da mobilidade, recordo que, recentemente, na Assembleia da República, propusemos a integração do Plano de Mobilidade do Tua no Plano Nacional Ferroviário. O resultado foi claro: a Iniciativa Liberal votou contra, o Chega votou contra, o PSD votou contra e o PS absteve-se. Confesso que fico perplexo. Não desvalorizo as preocupações aqui apresentadas, muitas são legítimas, mas não podemos ter dois discursos. Não podemos exigir ao município aquilo que é claramente responsabilidade do Governo e, ao mesmo tempo, votar contra as propostas que visam resolver esses problemas ao nível nacional. O mesmo sucedeu com o Plano de Revitalização do Cachão, onde defendemos a responsabilização do Governo pela reestruturação do Complexo Agroindustrial. Mais uma vez, os vossos partidos votaram contra. Assim, a mensagem que passa é clara: em Lisboa, somos tratados como cidadãos de segunda.

Outra proposta concreta da CDU prende-se com a melhoria da qualidade de vida das famílias, através da expansão obrigatória da rede de gás natural a todos os bairros de Mirandela. Propusemos também que o Plano de Desenvolvimento Rural incluísse a responsabilidade do município pelo plano de mobilidade urbana, e não da CIM-TTM. Sabemos que este plano implicará uma transferência de cerca de um milhão de euros dos cofres municipais para a CIM-TTM, abrangendo não apenas a mobilidade urbana, mas também a inter-regional.

Por fim, propusemos que a totalidade da retenção do IRS ficasse no município. Falamos de cerca de um milhão de euros por ano. Em quatro anos, seriam quatro milhões de euros, suficientes para realizar obra concreta sem depender exclusivamente de avisos da União Europeia. Além disso, esta medida beneficiaria apenas cerca de 10 % dos mirandelenses sujeitos a IRS, que seriam duplamente favorecidos. Estas são as propostas que a CDU apresentou para o desenvolvimento de Mirandela. Não estou aqui a defendê-las neste momento, mas a clarificá-las. Agora, estamos cá para denunciar o que consideramos incoerente e, naturalmente, para votar.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÁNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como questão prévia, perguntaria ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal se, ao abrigo do n.º 2 do artigo 28.º do Regimento, posso optar por uma intervenção de 15 minutos, uma vez que é isso que o próprio Regimento prevê. O referido número estabelece que, na discussão das Grandes Opções do Plano, do PPI e do Orçamento, cada Deputado Municipal pode intervir 10 minutos da primeira vez e cinco minutos da segunda, ou optar por uma única intervenção de 15 minutos. Não me parece razoável que se cerceie o tempo de intervenção quando estamos a tratar de matérias que constituem o núcleo da atividade do município e, simultaneamente, o núcleo da função fiscalizadora da Assembleia Municipal, até porque tenho alguma dificuldade em acompanhar o relógio.

Esta matéria está longe de ser a minha área de especialidade. Se tivesse vocação para estas matérias, não teria seguido Direito. É, por isso, natural que esta intervenção contenha algumas lacunas, que espero sejam supridas com a generosidade que sempre caracteriza este plenário. Será seguramente um lugar-comum afirmar que, quando se apresenta um orçamento para discussão e votação, se diga: “este orçamento não é meu, este orçamento não é nosso”. E, no meu caso concreto, isso é inteiramente verdade, na medida em que não tive, nem tinha de ter, qualquer participação na sua elaboração, não constando, por isso, qualquer contributo meu neste documento.

Por outro lado, pode afirmar-se com propriedade que este é um orçamento de continuidade, o que se compreende, uma vez que os protagonistas são os mesmos, ainda que desfalcados de um elemento que não foi eleito. A continuidade, porém, não é um mal em si mesma; tudo depende daquilo a que se dá continuidade, isto é, se o que ficou para trás correspondeu ou não às necessidades e objetivos do concelho.

Ora, à vista de evidências claras, muitos estarão de acordo em que o orçamento anterior, que a então Presidente da Câmara considerava visionário, expressão que, curiosamente, não surge no atual, não correspondeu às expectativas nem às necessidades de Mirandela e dos mirandelenses. Creio, aliás, que essa perceção é hoje partilhada pelos atuais responsáveis pelo destino do município. Já tive ocasião de dizer ao Senhor Presidente da Câmara que divergência política não belisca, nem deve beliscar, a estima pessoal. Sendo um orçamento de continuidade, este herda, inevitavelmente, os problemas que marcaram o anterior.

Falta, aos Membros eleitos, a preocupação e a capacidade de identificar de forma rigorosa os reais interesses e necessidades dos mirandelenses, de definir prioridades com critérios de justiça e independência, garantindo que os dinheiros públicos sejam aplicados de forma adequada e útil, estimulando a economia, atraindo empresários, criando riqueza e fixando jovens talentos.

Uma leitura atenta do documento permite concluir que ele fica muito aquém das necessidades do concelho, correndo mesmo o risco de apresentar uma taxa de execução inferior ao recomendado, algo que, infelizmente, já se tornou recorrente neste Executivo. Em 2022 e 2023, por exemplo, houve dois anos consecutivos com desvios que motivaram a intervenção da DGAL, através do chamado “alerta precoce de desvios”.

O documento que nos é apresentado não é ambicioso nem realista. Contém promessas de obras que não avançam e outras que são anunciadas, mas não passam disso mesmo. Exemplos não faltam: Reginorde, estruturas desportivas, pavilhão multiusos, rede de transportes entre freguesias e Mirandela, ou a ausência grave de uma verdadeira política cultural. Acresce que o Executivo ignorou pura e simplesmente a oposição, cujo contributo foi rejeitado liminarmente, apesar de se tratar de propostas que vão ao encontro das legítimas expectativas dos eleitores, que, como se sabe, não confiaram maioritariamente o governo do município ao Partido Socialista. Terá faltado humildade ou prevalecido preconceito ideológico, o que é ainda mais grave.

Ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, esta tem o direito, e diria mesmo o dever, de colaborar com o Executivo, apresentando propostas e sugestões que podem ou não ser acolhidas, desde que pertinentes, como era o caso. Aqui evidencia-se uma contradição clara na mensagem do Senhor Presidente da Câmara. Na página 6 do documento, faz-se um apelo à participação



de cidadãos, instituições e agentes locais, no sentido de enriquecer o processo com contributos e promover um município mais dinâmico, plural e inclusivo. Contudo, simultaneamente, rejeitam-se as propostas apresentadas pelos Vereadores da Oposição, feitas com lealdade institucional e espírito construtivo, precisamente por estarem em causa áreas que reclamam intervenção urgente.

A título exemplificativo, a Oposição destacou projetos estruturantes e inadiáveis: o Parque de Ciência e Tecnologia de Mirandela, com impacto direto na economia e na fixação de jovens talentos; o impulso efetivo da Zona Industrial, criando condições reais para atrair empresas; um Plano Municipal de Regadio, com benefícios agronómicos, socioeconómicos e ambientais; e um Plano Hídrico do Concelho, solução eficaz e exequível num ano, capaz de resolver o problema crónico da água e reduzir o seu custo. Estes projetos são essenciais ao desenvolvimento de Mirandela, e não se compreendem as razões da sua rejeição.

Da análise, ainda que sumária, surgem outros exemplos preocupantes: para a construção e requalificação de creches e jardins, prevê-se uma dotação de apenas 2.500 euros, o que levanta dúvidas quanto à real intenção de executar obra; a Estratégia Local de Habitação apresenta valores extraordinariamente baixos; a Ecopista do Tua surge sem qualquer dotação financeira; propõe-se a aquisição de uma máquina de rastos por 100 mil euros, sem acautelar custos de transporte, manutenção ou operador; para quatro praias fluviais, prevêem-se apenas 1.500 euros; para o Parque de Campismo, cinco mil euros, insuficientes até para resolver o problema da piscina.

Esta amostragem demonstra que existe consciência de que as obras podem começar, mas não se sabe quando terminam, ou se terminam. Acresce a utilização reiterada da rubrica “outros”, tanto na despesa corrente como na de capital, bem como na receita, sem qualquer clarificação, aumentando a confusão. Por exemplo, no denominado Eixo 1, relativo ao emprego, o enquadramento é correto e a justificação está bem redigida, mas as linhas de ação simplesmente não existem. Esta incoerência repete-se em vários pontos do documento.

Este orçamento acentua o retrocesso do concelho. Mirandela perde terreno face aos concelhos vizinhos, cuja evolução é visível. Num momento em que era necessário que Mirandela se erguesse, acordasse e recuperasse o orgulho da cidade-jardim idealizada pelo Dr. *José Gama*, isso não se alcança com este orçamento nem com esta política.

Peço mais dois minutos.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu não posso abrir precedentes. Aliás, já seria o segundo. Eu, por norma, deixo terminar o raciocínio. Falamos de 30 segundos, porque três minutos depois são cinco, ou seis, ou sete. Peço imensa desculpa. Se pudesse terminar o raciocínio.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÁNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós não poderemos rasgar o Regimento. O Regimento é para cumprir.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

O Senhor entende muito bem que se abrir precedentes, e já é o segundo, que não é encarado com bons olhos.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÁNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu acho que a pessoa que foi prejudicada com isso não se importaria...

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Nos Outros Assuntos, pode eventualmente, no final, resolver o assunto.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÁNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os outros assuntos não têm nada a ver.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu tenho que ser inflexível aqui. Peço imensa desculpa e que compreenda. Se nós vamos fazer isso, vamos prolongar todas as intervenções e não saímos daqui hoje. Vocês querem vir outro dia cá? Penso que ninguém quer, não é?

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÁNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas também, no fundo, nós estamos aqui para tratar, com profundidade, seriamente, com seriedade, os problemas do município e não tem de ser a correr.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Eu sei que tudo aquilo que poderiam acrescentar é válido, não tenho dúvida, o seu, o do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, não tenho dúvida nenhuma. Nós temos realmente que conciliar o tempo e temos que ser inflexíveis. Se tivermos de abrir precedentes, não conseguimos sair daqui.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÁNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



Não há precedentes, está no Regimento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
Peço-lhe imensa desculpa, Senhor Deputado. Não posso prolongar.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÁNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Eu só queria que a Assembleia cumprisse o Regimento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
Nós já estamos a perder esses minutos e acho que é de forma escusada. Tenho muita pena, mas não posso abdicar disso. Obrigado.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÁNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Não me parece que tenha pena, mas enfim. Eu peço desculpa, mas não tenho nenhum tipo de apeteça nem de aceitação daquilo que são atitudes ditatoriais, Senhor Presidente. Desculpe. Não tenho.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
O Senhor é jurista, ainda por cima, não se trata de atitudes ditatoriais. Por amor de Deus, chamar-lhe isso é uma falácia. Peço-lhe imensa desculpa. Isto é fazer cumprir regras. Se nós não tivermos regras, não conseguimos chegar a lugar algum. Tenho imensa pena, eu não vou abrir um precedente nisto. Pronto, estamos a perder tempo nesse sentido.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÁNI MOUTINHO* (CDS/PP) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.
Leia o Regimento.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) solicitou a palavra para fazer uma interpelação à Mesa:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Se na questão do período Antes da Ordem do Dia, no artigo 27.º n.º 2, diz que este período tem 60 minutos, no caso das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, não existe tempo limite. Eu consigo entender que o Senhor Presidente peça alguma celeridade nas intervenções. Mas, por exemplo, até no caso do Partido do CDS e do Movimento MOVE, só tiveram intervenções únicas. Eu consigo compreender que diga ao PSD que tinha três intervenções para tentar cumprir os 10 minutos. Mas, mesmo assim, cada um de nós estava no direito de fazer os 10 minutos mais cinco minutos. Neste momento, eu acho que devia dar essa tolerância tanto ao Deputado *Virgílio Tavares*, ao Deputado *Jorge Humberto*, quanto ao Deputado *Hernâni Moutinho*.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:
Atempadamente, sugeri que usássemos 10 minutos, e não houve objeção de nenhuma Bancada. Conheço muito bem o Regimento e, quando falei sobre o tempo, sabia que, para o orçamento, não existe um limite de 60 minutos. O que referi foi o tempo previsto para a nossa reunião, que, de princípio, segundo o Regimento, termina às 19 horas. Eventualmente, e talvez seja o caso hoje, com acordo do plenário, a reunião pode prolongar-se meia hora ou até uma hora. É esse o tempo a que me referia.

----- O Senhor Deputado Municipal *AQUILINO PEREIRA* (CH) disse:
Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.
A minha intervenção é rápida, apenas para evitarmos confusões, e o tempo que me sobra, se alguém quiser usufruir, terei todo o gosto em ceder.
Analisando rapidamente o Orçamento para 2026, sem entrar em todos os pormenores que já foram abordados, tenho apenas uma pergunta e uma observação para o Senhor Presidente.

Constarei que estão previstas algumas obras, tanto em Mirandela como em algumas freguesias. Assim, Senhor Presidente, quais são os critérios que determinam a escolha das obras incluídas no Orçamento? Por exemplo, notei que está prevista uma intervenção em Golfeiras, mas não sei se efetivamente será realizada. E ainda: não será mais do que tempo de realizar obras em determinados bairros das freguesias de Mirandela, como o bairro Rua Vale de Serva, também em Golfeiras? Esta é a minha pergunta.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:
Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O Orçamento Municipal que hoje apresentamos é muito mais do que um conjunto de mapas com números. É um contrato público anual com os municípios. É um plano, não é uma profecia. É o principal documento de gestão previsional do município, que expressa de forma concreta a estratégia de uma visão de futuro, e uma opção política clara para o desenvolvimento do Concelho de Mirandela. Trata-se de um orçamento que se insere numa lógica de planeamento responsável, articulado com o Plano de Ação 2030 e alinhado com os principais instrumentos de financiamento nacional e europeu, como o Portugal 2030, o PRR e o Norte 2030.

Estamos perante um orçamento no valor de 43.2 milhões de euros, que pretende refletir uma gestão clara, rigorosa e consciente da materialização das promessas sufragadas pela população no dia 12 de outubro. Desde logo, importa sublinhar uma opção estrutural: a redução da despesa corrente e o reforço na despesa de capital, revelando maturidade financeira e sentido estratégico ao privilegiar



investimento produtivo, aquele que deixa marca no território e melhora a vida das pessoas. Este orçamento cumpre de forma clara e inequívoca a regra do equilíbrio orçamental. As receitas correntes superam as despesas correntes em cerca de 11 %, o que significa que o município não só garante o funcionamento normal dos serviços, como também tem maior capacidade de endividamento, ou seja, margem para financiar investimentos sem recorrer a endividamento excessivo.

Este dado é particularmente relevante num contexto de exigência crescente sobre as finanças públicas e traduz uma gestão responsável, transparente, assente nos princípios da estabilidade orçamental e da equidade intergeracional. Ao nível do investimento, o orçamento aposta em áreas absolutamente fundamentais para o futuro de Mirandela. Fala-se no abastecimento de água, no saneamento, na proteção do meio ambiente, na habitação urbana, na rede viária, na habitação social e nos equipamentos desportivos. Estes investimentos respondem a necessidades concretas da população, reforçam a coesão territorial e contribuem para um território mais sustentável, mais atrativo e mais resiliente.

Mas o orçamento não se fica pela dimensão infraestrutural. Ele assume, de forma clara, uma forte aposta na coesão social. Sem ser expansionista, reforça as áreas da educação, da ação social, da saúde comunitária e do apoio às famílias, aos jovens e aos idosos. É um orçamento que procura garantir oportunidades, combater desigualdades e promover a inclusão social sem deixar ninguém para trás. Paralelamente, aposta no crescimento económico e na valorização do território. Apoia o setor agrícola, a agroindústria, o comércio local, o turismo e o empreendedorismo, promovendo a inovação e a criação de valor. Valoriza o património, a identidade local e a programação cultural, entendendo-se a cultura não como uma despesa ou algum custo, mas como um investimento na coesão, na economia e na afirmação do Concelho em termos turísticos.

Por outro lado, destacam-se algumas opções fiscais. A manutenção do IRS municipal nos 2 % e do IMI nos 0,3 %, com a devolução de 3 % e de 0,15 % para os municípios, respetivamente, representa uma escolha clara em favor das famílias e das empresas. Estamos a falar de mais de um milhão de euros num contexto económico marcado por incertezas. Esta é uma decisão que revela sensibilidade social e responsabilidade política.

Este orçamento é coerente com os compromissos políticos assumidos pela candidatura do Partido Socialista às eleições autárquicas de 12 de outubro de 2025. É credível porque assenta numa situação financeira sólida, estando o município com indicadores consolidados e bem controlados, geradores de confiança dos municípios, dos fornecedores e dos parceiros institucionais. A saber: o nível de endividamento muito abaixo do limite legal, o prazo médio de pagamentos em apenas 14 dias, pelo menos de fonte da DGAL, e um histórico de execução orçamental que demonstra a capacidade e a responsabilidade em concretizar o que foi planeado.

Chamo a atenção, Senhores Deputados, para o caso de acontecer o chumbo deste orçamento: pode vir a pôr em risco os investimentos programados para 2026, e aqueles que foram alvo de reprogramação financeira, temporal ou física. Pelo que apela-se à responsabilidade de cada um para escolherem a opção que melhor serve aos mirandelenses.

Hoje discutimos a proposta do Orçamento Municipal. Não é uma profecia, como já foi dito. É um exercício previsional. Em 2026, iremos discutir o relatório de contas, e aí será o momento para confrontar as opções deste Executivo. No Orçamento, são escritas as opções e alocados recursos da força política que venceu as eleições, neste caso em 2025, e não as opções ou escolhas da oposição, apesar de algumas terem sido incluídas neste Orçamento.

Efetivamente, não é fácil a comparação de contas entre vários municípios, porque não é uma prática comum. No entanto, podemos comparar com dois municípios vizinhos, Bragança e Macedo de Cavaleiros, a nível do indicador da taxa de IRS. Mirandela, desde 2022, ficava com 2,5 %. A partir de 2022 até 2025, retém apenas 2 %, devolvendo 3 % aos mirandelenses. Macedo de Cavaleiros mantém a taxa máxima de 5 %. Bragança, só em 2025, é que desceu para 4 %, tendo mantido sempre a taxa de 5 %. Portanto, são poucos, mas existem alguns indicadores.

Senhores Deputados, alguns apresentaram aqui investimentos que careciam de mais reforço na sua rubrica. É necessário ter atenção que alguns deles estão a ser adiados, ou podem vir a ser adiados, porque, por exemplo, a gestão da estrada municipal 578 é, de todo conveniente, que passe para as Infraestruturas de Portugal. Porquê? Porque tem outras vantagens, tem outra capacidade de investimento que a Câmara Municipal não teria. Sendo essa estrada um eixo fundamental de ligação ao IP2, que serve não só o Concelho de Mirandela, mas também os Concelhos limítrofes, é mais do que justo que seja um investimento não só da Câmara Municipal de Mirandela. Portanto, a execução destes investimentos a curto prazo é incerta, daí estarem em rubricas sub-orçamentadas. Na iminência de, no caso de ser feita uma candidatura e esta ser aprovada, ou ser assinado o contrato, terão de ser reforçadas obrigatoriamente.

O que nos interessa é que a Câmara execute efetivamente aquilo que é necessário: uns investimentos a curto prazo, outros a médio e longo prazo. Portanto, este orçamento, é também um exercício previsional, porque não é fácil controlar todas essas variáveis. Sendo um exercício previsional, em constante adaptação, é prudente constituir reservas, provisões, reservas de contingência ou reservas de gestão, pois alguns investimentos podem atrasar, e o risco não é pouco. Mas é necessário fazer um plano, alocar recursos e priorizar atividades e investimentos.

Portanto, é isto que nos leva hoje a discutir a aprovação deste Orçamento Municipal. No fundo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, este é um orçamento equilibrado, responsável e ambicioso, que responde aos desafios do presente, prepara o futuro e coloca as pessoas no centro da ação política. Por essa razão, merece o apoio e o nosso voto favorável.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ SILVANO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu queria, em primeiro lugar, e na sequência do que disse aqui o Deputado *Carlos Sousa*, dizer uma coisa muito simples. O PSD já transmitiu a sua posição através da primeira intervenção do Deputado *Rui Sá*, sobre as razões que levaram ao voto contra do orçamento do Partido Socialista apresentado aqui, ou melhor, do Partido Socialista e com a ajuda do Chega também na aprovação desse orçamento. E, portanto, eu queria apenas transmitir aqui e dizer-vos que o orçamento não é nenhum drama. O orçamento, e bem, como disse o Deputado do Partido Socialista, é apresentado pelo partido que ganhou as eleições e pela sua moção que tinha das suas prioridades. Perfeitamente claro, perfeitamente aberto. Ninguém contesta isso. Estou de acordo com isso. Mas a Oposição também tem compromissos que assumiu com os eleitores durante a campanha eleitoral e tem o mesmo direito de fazer passar os



seus compromissos. E por isso o que interessa à partida é dizer o que é diferente se fosse aqui apresentado o orçamento do PSD e essas razões foram apresentadas aqui pelo Deputado *Rui Sá* numa primeira análise.

Para mim, e é por isso que hoje faço esta intervenção, gosto de dados concretos: quero saber exatamente porque motivo voto contra e em que é que isso difere da proposta do Partido Socialista neste orçamento. Acho que, desta forma, todos ganhamos: ganha quem propõe, ganha a Oposição, porque ficam claras as razões factuais de cada voto, seja a favor ou contra, dito com lealdade, seriedade e responsabilidade. Se voto contra, não se trata apenas de criticar; é preciso saber onde faria diferente e de onde viria o dinheiro para isso. Por isso, quero focar-me numa medida que, durante a campanha eleitoral e nestes dois anos em Mirandela, percebi ser essencial para os cidadãos: qual é a prioridade que os mirandelenses querem ver resolvida neste Orçamento e no Plano Plurianual de Investimentos até ao fim deste mandato?

No meu entendimento, ao longo dos quatro anos, e não só em 2026, a prioridade das prioridades para o Partido Social Democrata, com base no que ouvimos na campanha e nas eleições, é o abastecimento de água e saneamento na cidade e no Concelho de Mirandela. Não é admissível esperar mais quatro anos para resolver definitivamente este problema. Dir-me-ão, com razão: “Mas, para gastar o dinheiro aí, onde se retiraria e o que se faria de diferente no orçamento?” Essa é uma pergunta legítima e objetiva, e é nela que quero centrar o meu contributo. Segundo dados fornecidos pelo meu Vereador na Câmara Municipal, que acredito serem reais, e se não forem, o Senhor Presidente poderá esclarecer, existe um plano de 10 anos, com um investimento de 11 milhões de euros, capaz de resolver estruturalmente o problema da água e saneamento em Mirandela e nas aldeias do concelho. Portanto, a proposta alternativa que apresentaríamos, se tivéssemos responsabilidade na execução, seria acelerar esta solução: resolver o problema em quatro anos, distribuindo os 11 milhões ao longo do mandato, ou seja, em 2026, 2027, 2028 e 2029. Desta forma, os mirandelenses ganhariam, e outras obras poderiam aguardar um pouco mais, enquanto este problema estruturante seria resolvido.

A diferença essencial entre o nosso entendimento e o do Executivo é clara: resolver mais rapidamente ou esperar 10 anos. No nosso ponto de vista, os mirandelenses não podem esperar mais, o problema da água deve ser resolvido no presente mandato. Dir-me-ão, com razão, que esta opção deixaria outros investimentos para trás. Mas eu digo-vos uma coisa simples: o momento certo para resolver é agora. E porquê? Porque, como declarou a Senhora Ministra do Ambiente na Comissão de Orçamento da Assembleia da República, declaração depois ilustrada em vídeo pela própria CCDR-N e transmitida pelas Comunidades Intermunicipais, “os autarcas não têm desculpa para adiar obras do ciclo urbano da água porque todos os projetos serão aprovados e financiados”. Se não forem verdade estas palavras, então que se confronte a Senhora Ministra com estas questões. Além disso, no mesmo vídeo, as Comunidades Intermunicipais deram prioridade aos ciclos urbanos da água, demonstrando que este é um investimento considerado urgente e financiável.

Há quem pergunte: onde é que se iria buscar o dinheiro para avançar rapidamente? Posso afirmar, com toda a sinceridade, que existe uma solução concreta: conforme referiu o Deputado *Jorge Humberto* há pouco, a retenção do IRS pelo município poderia gerar cerca de 1 milhão de euros por ano. Com isso, a diferença entre o investimento de 10 anos do Executivo e o que seria possível investir nestes quatro anos, cerca de quatro milhões de euros, permitiria resolver o problema da água e saneamento em quatro anos, sem recorrer a outras fontes externas. É verdade que o IRS não é um imposto perfeito, favorece quem tem rendimentos mais altos e a classe média recebe pouco benefício, mas se o objetivo for resolver definitivamente o problema da água e saneamento, esta seria uma opção realista e suficiente.

Portanto, a minha proposta é clara: priorizar, em definitivo, o abastecimento de água e saneamento em Mirandela e nas aldeias do concelho. Esta é a única medida pela qual eu votaria, mesmo contra o meu partido, se fosse necessário. As necessidades básicas dos cidadãos não podem esperar e devem ser tratadas com urgência. Tudo o resto pode aguardar, pois é secundário perante esta prioridade essencial.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Efetivamente, este plenário, e isto é muito importante dizer-se, tem de ter a consciência da responsabilidade que assume. Aprovar ou rejeitar um orçamento é uma decisão que afeta o desenvolvimento do município, do concelho, a sua estabilidade institucional e a qualidade de vida da população. Isto tem de ser consciente: perceber que a não aprovação tem consequências no dia a dia e que é uma atitude que cada um deve assumir como tal.

O Orçamento Municipal que apresentamos aqui enquadra-se num plano de ação que chamamos Plano de Ação 2030, onde está integrado e alinhado com os instrumentos de Portugal 2030, Norte 2030, PRR e PEPAC. Há aqui um enquadramento e nós temos de perceber que isso se deve às fontes de financiamento.

Passando já a algumas respostas mais genéricas e transversais a todos, começo pela intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, *José Cabanas*. O Mercado Municipal e a requalificação da Reginorde estão aqui elencados num plano que não se restringe a um ano. Temos de interpretar isto num plano que inicia em 2026 e se prolonga pelos anos seguintes. O Mercado Municipal provavelmente já tem a maturidade do projeto muito avançada e podemos colocar a consulta pública, porque já surgiram várias opiniões sobre o que poderá ser o Mercado Municipal. De qualquer forma, temos de perceber que o projeto está quase em condições de ser iniciado e já temos financiamento em parte para ele. Estarmos aqui a protelar para uma consulta pública vai atrasar o processo. Depois ouvimos as pessoas, já foram ouvidas numa primeira fase, mas poderá ser necessário ouvi-las novamente. A requalificação da Reginorde sempre se falou, e muito bem, da questão das bancadas, dos balneários, do que é necessário e do que urge fazer.

Respondendo à intervenção do Senhor Deputado *Rui Sá*, as propostas da Oposição, contrariamente ao que foi dito, foram ouvidas. A prova disso é a intervenção do Senhor Deputado *José Silvano*, que acabou de falar. Não vale a pena dizer que não fomos ouvidos: fomos. Podem não ter sido todas atendidas, mas foram ouvidas. Argumentar que votam contra porque as propostas da Oposição não estão integradas no orçamento não é falar a verdade; é demagogia. Elas estão lá, mesmo que nem todas.

Falou-se no acesso ao IP2. Também é nossa prioridade. Interrogo-me porque certas obras não ocorreram antes; não vale a pena voltar ao passado. Há responsabilidades de todas as Bancadas, inclusive daquelas que dizem que vão votar contra o orçamento.

Quanto ao parque habitacional e ao desequilíbrio entre freguesias, nunca ninguém fez tanto pelas freguesias, ainda que pouco, como os anteriores executivos. Portanto, dizer que vão votar contra porque não concordam ou porque não acolhemos as vossas opiniões é chover no molhado.

Este orçamento não é um ato meramente político ou simbólico. O que estamos a fazer é transformar políticas em atos políticos. Temos de perceber que há um grau de tolerância e aceitação mútua das opiniões. O critério é ouvir, acolher o que é de bom e possível. Se quiséssemos acolher tudo, entraríamos em risco financeiro imediato. Devem repensar o vosso posicionamento, porque não ser justo com o vosso eleitorado não é correto.

Respondendo aqui ao Senhor Deputado *Miguel Cunha*, nós percebemos também o que é um documento. Se eu quiser pegar no meu documento e, neste documento, meter aqui alguma entropia, alguma areia na máquina, todos nós sabemos como é que isso se faz. Não vale a pena, arranjam todos maneira de contornar isso. Agora, mais uma vez, também respondo da mesma forma: o meu partido, desculpem, é *Mirandela*. É nisto que nós temos de nos rever e é nisto que todos nos temos de unir, porque, se tivermos cada um para seu lado, não vai acontecer nada. Mas só para lhe dizer, porque falou aqui: quantas crianças praticam desporto? Isto a propósito também de métricas. Sim, nós temos as métricas das crianças que praticam desporto aqui no nosso concelho, que é um concelho amigo do desporto. Temos 724 federados, sendo 588 femininas e 538 masculinos, isso sem incluir patinagem, ténis, xadrez e canoagem. O documento orçamental não pode conter tudo, mas o diálogo permite complementar informações.

E depois dizer aqui outra coisa de que eu gostei muito: a questão da confusão da digitalização. Não, não vamos digitalizar o que está, porque isso é armar uma confusão. Concordo. Primeiro simplificar e depois digitalizar. Quanto a isso, estamos de acordo. Portanto, nós estamos nesse caminho e é isso que estamos aqui a fazer. Falou aqui de cultura, acontecimentos pontuais. Bem, eu não sei, há pessoas que leem aqui um conjunto e acham que é exagerado aquilo que nós investimos na cultura, mas por outro lado dizem que é muito a festa, que é pouco o Natal, vá, mas é pouco o Natal, então precisamos de mais, é insuficiente. Então temos de investir mais em eventos. Se calhar há aqui alguma incongruência naquilo que é dito. Há, efetivamente, muita cultura, muita atividade cultural no nosso concelho e, de facto, convidamos a todos, e hoje é mais um dia desses, a irem ao centro cultural, onde teremos lá mais um espetáculo.

Em relação ao aproveitamento público das festas da cidade. As festas da cidade, podem ter a certeza absoluta, foram-nos entregues. Nós não fomos à procura e vos garanto que as festas da cidade, contrariamente àquilo que dizem, têm um desgaste político para nós, para o Executivo, fosse ele qual fosse, que por acaso é do Partido Socialista, mas podia ser de qualquer outro, têm um desgaste político maior do que o proveito que têm. Podem ter a certeza disso e todos estamos de acordo quanto a isso, se pensarmos bem.

Depois, responder aqui também ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*. Eu, sinceramente, às vezes fico assim um bocadinho a pensar. Falou no espaço dos 500.000 euros de um projeto que vai haver na serra dos Passos, que estamos a candidatar, e que 30 freguesias deviam ter 500.000 euros. Bem, só para isso eram 15 milhões de euros. Trinta freguesias a 500.000 são 15 milhões de euros. Portanto, já por aqui o orçamento estaria inquinado. Não aceito que possa ser dessa forma essa interpretação. Eu acho que estamos aqui, efetivamente, a fazer demagogia com essa situação.

Relativamente ao Senhor Deputado *Vasco Cadavez*, desde já agradecer-lhe a forma cordial e simpática como se dirige a todos. Obrigado. Eu revejo-me nessa posição e dizer-lhe que agradeço efetivamente aquilo que nos colocou. Vamos tentar dar-lhe resposta, porque não conseguimos dar resposta aqui agora. Naturalmente, o nosso departamento financeiro penso que irá estar à altura de poder dar a resposta adequada no momento adequado.

Quanto à Senhora Deputada *Marisa Aranda*, peço desculpa, tenho aqui só uma notazinha, porque, entretanto, me enviaram, a propósito da questão dos “outros”. A questão dos “outros” é muito importante que seja clarificada, e que seja clarificada por uma questão técnica, apenas técnica. Eu confesso que eu próprio, quando vejo “outros”, pergunto o que é isto que está aqui nos “outros”. É verdade, todos queremos saber o que é que é “outros”. Mas porque é que acontece esta questão do “outros”? Então, eu vou passar a citar. *“O classificador orçamental é o instrumento técnico-legal que organiza, codifica e identifica todas as receitas e despesas públicas, permitindo que o orçamento e a execução financeira sejam uniformes, comparáveis, transparentes e controláveis, nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNCAP), em que a observância do princípio da especialização das despesas, a utilização da rubrica “outras” no classificador da despesa é de subnatureza excecional, residual e devidamente fundamentada, destinando-se a enquadrar despesas que não encontram correspondência direta, clara ou específica nas restantes rubricas previstas na classificação económica.”*

Portanto, nós não inventamos rubricas. As rubricas vêm pré-definidas pelo Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas. *“Todavia, no âmbito da atividade de uma Câmara Municipal, atendendo à multiplicidade de atribuições legalmente cometidas, à diversidade de políticas públicas prosseguidas e à consequente amplitude da tipologia de despesas associadas, é expectável e inevitável a ocorrência de despesas de caráter pontual, atípico ou não recorrente, para as quais não existe previsão autónoma e específica no classificador económico em vigor.”*

Portanto, não conseguimos encontrar naquele classificador uma rubrica onde se possa colocar, vai parar a “outros”. Sempre que tenham uma dúvida, perguntem: esta rubrica aqui, o que é que tem lá? E nós, com toda a naturalidade, respondemos sempre. *“Nestas situações, e na ausência de rubrica mais específica aplicável à imputação de despesas, a rubrica “outras” configura-se como uma solução tecnicamente correta e conforme o SNCAP, desde que sejam cumulativamente assegurados a inexistência objetiva de enquadramento mais específico, a descrição clara, completa e objetiva da natureza da despesa e a fundamentação expressa da opção de classificação constante nos atos de cabimento, compromisso e pagamento. A utilização desta rubrica não resulta, assim, de uma prática genérica ou de mera conveniência administrativa, mas antes da necessidade de garantir a correta execução orçamental de despesas legítimas, assegurando simultaneamente o cumprimento dos princípios da legalidade, transparência, fiabilidade da informação financeira e rastreabilidade da despesa pública, conforme exigido pelo SNCAP.”* Portanto, este é um documento que podemos fazer chegar para que saibam o que é que está nos “outros”.

“A título de exemplo, no classificador da despesa SNCAP, um processo de aquisição de fornecimento de cópias de impressão deve ser classificado como aquisição de serviços, outros serviços. Um espetáculo de um artista, concerto, atuação musical, performance artística, stand-up, teatro, etc., deve ser classificado como aquisição de serviços, outros serviços. Portanto, no caso concreto da Assembleia, os “outros serviços” correspondem à prestação de serviços das transmissões Online.”



Naturalmente que é legítima a questão dos “outros”. Não estamos aqui a fugir à resposta, é uma disposição legal e contabilística. O que podemos fazer é ser mais específicos e enviar o pormenor do que está lá. O que está aqui em causa é a clareza. Se houver uma dúvida, é tão simples quanto isso: enviem-nos um *e-mail* e nós enviamos a resposta. Este é um documento do município e, aliás, um documento do país, sujeito a consulta.

Relativamente à Ponte Eng. *José Machado Vaz*, por exemplo, diz-se: “Então, mas há um problema na Ponte Nova e não está no orçamento?” Claro que não está, mas é nossa intenção fazê-lo. Fomos financiados no projeto em cerca de 370.000 euros, correspondendo a 85% do projeto. No entanto, provisionalmente, temos cerca de seis milhões de euros para reparar a obra. Não vamos fazer com capitais próprios; vamos recorrer ao Governo através de um protocolo. Quando o protocolo estiver feito, faremos uma revisão orçamental com mais receita e mais despesa. Dizer que não está aqui é uma falácia. Está cá tudo. Este orçamento prevê tudo aquilo a que nos propusemos em campanha eleitoral. Está tudo vertido, com rubricas abertas e passíveis de alteração através de revisões retificativas e modificativas. Esta é a verdadeira essência do orçamento.

Quanto à continuidade, claro que há continuidade. É obrigatório que haja continuidade. Tivemos de descabimentar para voltar a cabimentar em 2026. Da mesma forma, haverá continuidade quando sair um executivo e entrar outro.

Relativamente ao regadio, temos um plano no âmbito da CIM-TTM e um plano de eficiência hídrica, que já foi enviado. É um documento orientador com um orçamento na ordem dos 11 milhões de euros, mas esse valor refere-se apenas aos equipamentos. Depois há as obras, reposição de vias, passeios e outras especialidades. Portanto, a dimensão é muito maior.

Este documento está muito bem elaborado e lamento que se fale aqui em inteligência artificial, desvalorizando o trabalho dos funcionários do município que trabalharam com dedicação e empenho.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Aquilino Pereira*, devo dizer que a questão dos Avantos já tinha sido colocada anteriormente pelo Senhor Deputado *Rui Pires*, como morador. Isso é colaboração, e é disso que gostamos. O critério é sempre a necessidade. Em economia, há dois conceitos fundamentais: custo de oportunidade e necessidades ilimitadas com recursos limitados. Quando fazemos uma coisa, deixamos de fazer outra. Temos de estar atentos às oportunidades de financiamento e não perder um euro que seja.

Este executivo tem sabido fazer essa gestão rigorosa. Peço que repensem bem o sentido de voto, porque este orçamento não merece ser votado contra.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU), solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não posso deixar de passar a oportunidade para continuar a mencionar aquilo que foi a nossa reunião no Direito da Oposição, nas propostas que nós fizemos. Eu, há pouco, não pude apresentar uma que acho transversal e que acredito que todos concordam, tem a ver com a valorização dos trabalhadores do município. Quando falamos nisso, estamos a tratar de algo muito importante, que este Executivo e o anterior, mesmo com propostas da CDU, abordou com relação ao subsídio de pensidade e de insalubridade.

O Executivo do Partido Socialista, nos mandatos anteriores, só fez a atribuição do subsídio de pensidade e de insalubridade a uma classe profissional: os coveiros. Essa é a informação que tenho. Peço desculpa se agora a situação melhorou, mas começo a mencioná-la. Há uma situação que considero um crime humano: os trabalhadores da Resíduos do Nordeste, aqueles de quem não podemos prescindir para a recolha de lixo, essenciais para manter a cidade limpa, estão privados de receber esse subsídio. Porquê? Com a desculpa de que a Administração da Resíduos do Nordeste não pode fazer a atribuição.

Se eu fosse o executivo desta Câmara, obrigaria a Resíduos do Nordeste a contemplar esses trabalhadores, porque a Câmara Municipal faz parte do capital social da empresa. É muito importante, estamos a falar de melhorias que impactam diretamente as pessoas. Muitos desses trabalhadores são temporários, precários, ao terminar um contrato com a empresa A, fazem-se novos contratos com a empresa B, sem progressão na carreira, voltando à estaca zero. Portanto, seria importante que o Executivo de Mirandela utilizasse a sua influência como parte integrante do capital social da Resíduos do Nordeste e obrigasse a Administração a pagar esse subsídio de pensidade e insalubridade.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (MOVE), solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É evidente que eu não vou falar mais sobre o orçamento porque não tenho o tempo que deveria de ter. Eu queria lembrar a todos o Regulamento que o Deputado *Hernâni Moutinho* invocou, mas que ninguém considerou: o artigo 28.º do nosso Regulamento, aprovado na reunião anterior, ponto n.º 2, que diz: “*Na discussão das grandes Opções do Plano PPI e orçamento, do relatório de gestão de contas e da proposta de revisão do regimento, cada Deputado municipal pode intervir 10 minutos na primeira vez e 5 minutos na segunda, ou optar por uma só vez.*” Quando queria continuar, precisava de tempo para falar adequadamente. Toda a gente reconhece que é importante debater o orçamento, mas são muitas páginas recebidas com tempo limitado, impossível de analisar integralmente. Nós tínhamos várias outras sugestões importantes, mas ficam para outra oportunidade. Lamento que sejamos interrompidos, mas, na Comissão Permanente de Líderes, trataremos desta questão. Quanto ao uso dos seis minutos restantes: se os 10 primeiros não permitiram transmitir a mensagem completa, estes seis minutos também não serão suficientes. Transmito esta informação porque é uma violação do Regimento.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Muito obrigado, Senhor Deputado. De facto, ocupou o tempo completamente desadequado daquilo para que era a função. O senhor tinha três minutos para rebater, fazer perguntas ao Executivo sobre o orçamento. Decidiu falar de uma coisa que já falámos, e eu sou muito coerente com as minhas coisas e sou muito transversal com as minhas tomadas de posição, não só em relação a vocês ou a qualquer Bancada, como em relação ao Executivo, como, aliás, o Executivo sabe, que hoje já fui com o pedido que me fez.

Eu comecei por dizer: estamos com o tempo limitado. Falei em 10 minutos em vez de 15. Eu conheço bem o Regulamento. Eu participei no Regulamento quando isso entrou. Alguma Bancada disse assim: “Não, nós precisamos de 15 minutos”. Toda a gente anuiu pacificamente. Desculpem, foi ou não foi?



Depois disso, a maioria dos intervenientes cumpriu rigorosamente, até que chegou um ponto em que não cumpriram e acham que têm o direito de passar por cima daquilo que foi estipulado. E porquê? Também justifiquei quando falo de tempo. Eu sei que não há limite de tempo de 60 minutos, foi o tempo que nós tínhamos para resolver o nosso problema. E continuo a dizer: mesmo assim vai ser muito apertado. Vocês querem vir aqui outro dia? Portanto, vamos tentar resolver hoje. Isso tem de haver, de facto, alguma benevolência nestas alterações, até regimentais, chamamos-lhe assim, que são com intuito positivo.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ SILVANO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já não tenho mais nada para falar, porque o Senhor Presidente também não perguntou mais nada. Só quero dizer que, se há alguém que tenha sentido responsabilidade, é esta Assembleia. Não tenho dúvida de que o Orçamento será aprovado. E se não fosse, tentaria convencer o PSD na primeira semana de janeiro, desde que aceitasse a proposta até incluir outra do IRS e equilibrar as contas, e o orçamento passaria com certeza absoluta.

----- Efetuada a votação e estando 58 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 26 votos contra, três abstenções e 29 votos a favor, aprovar o Orçamento Municipal para o ano Económico de 2026.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* (AD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Enquanto Presidente de Junta de Freguesia, não podia deixar de usar hoje esta tribuna para expressar, de forma clara e responsável, a posição que hoje assumo relativamente às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento Municipal.

O meu voto foi contra e faço questão de começar por esclarecer que este voto contra não tem como objetivo inviabilizar o documento, porque todos sabíamos que a probabilidade de passar e que passou seria grande. Este voto é, sim, um voto de alerta, de protesto construtivo, em defesa do território que represento, bem como das freguesias do concelho em geral.

Eu ouvi atentamente, há pouco, o Senhor Presidente responder aos meus colegas, dizendo que praticamente todas, ou algumas, das suas promessas estariam vertidas no seu orçamento, mas o facto é que não é perceptível o que é destinado a cada freguesia, ou seja, eu, podendo dizer à minha Freguesia que retirei um investimento de 20 euros, não consigo dizer. Se questionar o Senhor Presidente, Nem eu sei se ele me consegue dizer qual vai ser o investimento deste orçamento na minha freguesia.

Portanto, eu sei que, ao longo dos anos, as freguesias têm sido chamadas a assumir cada vez mais responsabilidades, quer no Protocolo que fizemos, mas continuamos demasiadas vezes a fazê-lo sem os meios suficientes, e isso tem sido debatido por mim muitas vezes. No caso concreto da Junta de Freguesia que represento, este Orçamento não reflete de forma clara nem justa as necessidades reais do território.

Como exemplo claro, refiro o protocolo de transferência de competências, que eu tenho debatido várias vezes. Poderá ter sido um método que o executivo arranjou na altura, mas continuo a dizer que, embora seja igualitário para todas, não é equitativo. E o senhor presidente sabe muito bem quantas vezes já debatemos sobre isso. Acho que o senhor presidente já tem essa noção e espero que o executivo apresente uma proposta a curto prazo. Eu sei que será difícil de arranjar, mas acho que, com a colaboração de todos, podemos chegar a algum acordo.

Como dizia, neste documento eu não encontro investimentos devidamente identificados, calendarizados e financeiramente assumidos que respondam aos problemas concretos da freguesia. Falo, por exemplo, das infraestruturas que precisam de intervenção, falo, precisamente, dos terrenos adquiridos recentemente pelo município para o tal parque de lazer, que eu não posso, neste momento, dizer à população que esteja previsto no Orçamento do Município.

Esta realidade importa dizer que não é exclusiva da minha Freguesia.

O meu voto contra prende-se com a necessidade de não estarem vertidas as calendarizações e os investimentos feitos individualmente para cada uma das freguesias, não só para a minha, porque era importante sabermos qual seria o investimento a realizar em cada freguesia.”

----- A Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela *ANA PIMPÃO* (AD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela, voto contra o Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para o próximo ano.

A nossa posição fundamenta-se na ausência de investimentos considerados prioritários para a freguesia, designadamente a Estrada da Ribeirinha, obra essencial para o desenvolvimento local e para responder às legítimas expectativas da população. O documento agora apresentado não reflete uma política de coesão territorial equilibrada, relegando a freguesia para um plano secundário.

Com base numa publicação recente do município, datada de 21 de novembro, relativa às intervenções de melhoria de arruamentos e pavimentações a realizar em várias freguesias do concelho, onde são nomeadas três freguesias, pretendemos que seja igualmente considerada a execução de obras na estrada situada no centro da aldeia da Ribeirinha.



Esta via encontra-se em estado bastante degradado, com diversos buracos e irregularidades que dificultam a circulação, causando danos nas viaturas e colocando em causa a segurança e o conforto de todos os habitantes. Este problema afeta particularmente os moradores locais, na sua maioria pessoas idosas, para quem a mobilidade segura e confortável é essencial para o seu bem-estar e qualidade de vida.

Tendo em conta a importância desta estrada como principal e único eixo de ligação dentro da aldeia, bem como a necessidade de melhorar as condições de circulação, solicitamos que esta intervenção possa ser incluída, com a maior brevidade possível, no plano municipal de repavimentações.

Sabemos que, há cerca de oito anos, houve uma intervenção em que foi realizado o melhoramento com alcatrão desde a estrada nacional até ao início da aldeia. No entanto, desconhecemos o motivo pelo qual a obra não foi executada na sua totalidade, tendo terminado antes da entrada da aldeia.”

----- O Senhor Deputado Municipal *BERNARDINO PEREIRA* (AD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Eu votei contra porque, há oito anos, continua a não haver nada para a minha Freguesia. Foi por isso que votei contra, tenho o direito de votar contra, quando não há nada destinado à minha Freguesia.

Alguns não votam contra porque têm aquilo que querem, no entanto, em oito anos deste Executivo, nunca foi atribuído nada à minha Freguesia. Perante essa realidade, tive de votar contra. Não posso votar a favor.”

4.4 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS 2026.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20/11/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 - Aprovar fixar a taxa de participação variável no IRS de 2%, a incidir sobre os rendimentos de 2026 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual;

2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu iria fazer uma proposta à Mesa, e a proposta iria no sentido de eu poder falar dos três impostos em simultâneo. Não venho cá depois falar de IRS, depois de Derrama, e falaria de uma vez só dos três impostos. Não sei se a Mesa acata a proposta ou se não.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Eu penso que será melhor, Senhor Deputado, para não haver confusões, fazer intervenção imposto a imposto.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu acho que a Assembleia sai prejudicada, mas pronto, sai claramente porque multiplica. Tem que me dar algum tempo aqui, porque eu vinha com o propósito de falar de uma vez só dos três impostos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Vamos inverter a ordem então enquanto se prepara e passo a palavra ao Deputado *Jorge Humberto*.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aqui está um documento que vamos votar e que vem na sequência da discussão que tivemos na questão do orçamento. Aliás, eu acho que foi a única vez que eu estive numa Assembleia Municipal em que um Deputado, com a reportação do Dr. *José Silvano*, está de acordo com as posições da CDU. Será sempre bem usado naquilo que é a proposta e naquela ação que nós tivemos com o encontro com o Executivo e na qual fizemos esta proposta. E, aliás, como temos feito desde que eu estou a representar esta Assembleia Municipal, como Deputado eleito pela CDU.

E, obviamente, fica claro que durante estes anos todos, foram oito anos, gostava de saber o dinheiro que a Câmara Municipal prescindiu a favor de 200 famílias de Mirandela, das quais eu me incluo. Somos os tais privilegiados que, para além de termos e recebermos o IRS, porque descontamos, temos este bónus, esta prenda de Natal. E eu não vou cometer aqui nenhuma inconfidência, na reunião que tivemos nos Paços do Concelho, quando fizemos a proposta de que estamos a falar, em cerca de um milhão de euros que a Câmara perde de receita com esta atribuição do IRS. São 700 mil. Eu sei que a Câmara Municipal não acatou na totalidade a nossa proposta dos três, passou para dois. Vão reduzindo um anualmente. Mas fica claro que são 700 mil euros na anterior proposta. Obviamente que os 0,3 do IMI, para fazer um milhão, com a anterior proposta que estava, fazia mais do que um milhão. Mas, mesmo assim, e falando nos 700 mil euros, estamos a falar, durante a sua governação, nos 4 anos, de 2.800.000 euros.



Eu, durante a nossa discussão do orçamento, falei de necessidades prementes que este Executivo tem de resolver, a bem das necessidades das pessoas que vivem em Mirandela. Estou a falar fundamentalmente em equipamentos públicos. Já para não falar em outro tipo de equipamentos, mas falo concretamente na questão dos equipamentos públicos. Quando nós ouvimos e assistimos a isso, naquilo que são as redes sociais, e, obviamente, que valem o que valem, mas valem, porque são opiniões das pessoas, quando nós vemos as críticas que fazem ao estado, lamentável, além de todos os jardins de Mirandela, e ao estado em que os sistemas de rega se encontram. É perfeitamente natural, é um sistema de rega que já tem mais de 20 anos e que precisava de ser substituído.

Quando reparamos, e eu tive alguns debates muito importantes com a Senhora Vereadora Vera Preto, na Rádio Terra-Quente, sobre a questão da sinalização horizontal em todos os parques de estacionamento. Por isso é que fiz aquela provocação ao Senhor Presidente, é que, se nós repararmos naquilo que são os estacionamentos onde há um parquímetro, a sinalização horizontal está perfeitamente visível. E aqueles que são os espaços de estacionamento públicos que não são pagos, como é o do Parque da Cocheira, não existe sinalização. E é perfeitamente inconcebível que Mirandela, tendo já um problema de estacionamento público, também não termos a possibilidade de aproveitar o estacionamento debaixo do Mercado Municipal, que podia estar ao serviço da população de Mirandela. Como também obras de cariz funcional e que melhorariam muito a qualidade de vida de quem vive em Mirandela, que tem a ver com a reabilitação do próprio Parque da Cocheira, as acessibilidades. Temos o acesso do parque de estacionamento da Cocheira e temos só uma entrada e uma saída. Ou seja, quem quiser ir para o lado norte da nossa cidade, do Parque da Cocheira, tem de ir forçosamente à rotunda da Ponte Nova e voltar para trás. Porque é que a Câmara Municipal não faz só uma saída do Parque da Cocheira, dando acesso à rotunda dos Rotários?

Eu sei que o Senhor Presidente vai dizer que não temos verba e estamos à espera do aviso comunitário. Olhe, os 700 mil euros do IRS davam para começar isso. O melhoramento dos equipamentos públicos que eu mencionei há bocado: os campos de futebol, os campos de ténis, a possibilidade até de a Câmara Municipal fazer mais equipamentos, criação de mais equipamentos. Se já tivéssemos uma cidade com esses equipamentos a funcionar de uma forma saudável, podia ser uma forma de fazer o pagamento de pensidade e salubridade aos funcionários da Câmara, que também o merecem. Mas também podia ser aproveitado para a reabilitação, se fosse necessário.

Portanto, haverá aqui, uma vontade de que este Executivo e os anteriores se preocupam mais em beneficiar 200 famílias do que beneficiar todo o tecido de Mirandela e os cidadãos de Mirandela. E houve uma resposta que, não sei se foi o Senhor Presidente ou se foi o Senhor Vice-Presidente, que disse: *“mas estamos a dar dinheiro às pessoas para elas gastarem”*. Senhor Presidente, essas pessoas a quem o Senhor está a dar dinheiro, já lhes foi dado dinheiro naquilo que é a atribuição do subsídio de IRS pelo Estado. E estamos a falar de 10 % e 90 % da população de Mirandela que não vai beneficiar desse valor, mas que iria beneficiar, e muito, de equipamentos melhores. E, pelo menos, uma coisa teriam de certeza absoluta: era orgulho da cidade em que vivem, na questão da melhoria desses equipamentos públicos.

----- O Senhor Deputado Municipal RUI SÁ (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A proposta que hoje aqui apreciamos diz respeito à fixação da participação variável do município no IRS para os rendimentos de 2026, estabelecendo em 2 % o disposto na Lei das Finanças Locais. Começo por dizer, de forma clara e transparente, que a AD debateu isto no seio do seu grupo parlamentar, ao qual o Deputado José Silvano já aqui explanou, e muito bem, e o grupo parlamentar acompanha aquilo que aqui foi dito. Nós estaríamos disponíveis para não devolver nenhum IRS às famílias, se essa não devolução tivesse um propósito claro, que aqui disse, e bem, o Deputado José Silvano: em quatro anos vamos resolver o problema da água no concelho de Mirandela. E então fariamos esta travessia e ficaríamos com o bónus de não devolver nenhuma participação de IRS às famílias, com este propósito claro. Assim não sendo, não acompanhamos esta situação. Não acompanhamos porque eu, por exemplo, não vejo com bons olhos que não seja devolvido este montante às pessoas e que seja depois gasto em situações como festas, que no passado se faziam com o contributo dos mirandelenses, e depois seja subtraído este IRS para a organização de festas e eventos. Nisso eu não acompanho, e o Grupo Parlamentar do PSD também não acompanha.

A lei permite aos municípios uma participação variável do IRS até ao limite de 5 %, reter a totalidade desse valor ou devolvê-lo. Ao fixar em 2 %, o município abdica já de 3 pontos percentuais de receita potencial, devolvendo esse valor diretamente às famílias do concelho. Este facto deve ser reconhecido com justiça. Há aqui um sinal de sensibilidade fiscal que deve ser desvalorizado. Mas o interior exige mais do que sinais. Dito isto, importa também afirmar que os concelhos do interior, como o de Mirandela, enfrentam hoje desafios estruturais profundos: a perda e a continuidade da população, o envelhecimento demográfico, a dificuldade em fixar jovens qualificados, a concorrência direta de municípios do litoral e de outros territórios que usam agressivamente estes instrumentos fiscais de atração. E nós, perante este cenário, entendemos que a política fiscal municipal não pode ser apenas conservadora; tem de ser estratégica.

O IRS municipal, como instrumento de atração de jovens, e prevíamos então a devolução do IRS, não é apenas uma medida fiscal, é uma ferramenta de política pública. Para um jovem casal, para um jovem trabalhador qualificado ou para alguém que pondera regressar ao interior, a diferença entre pagar IRS no município ou ter esse IRS devolvido na totalidade pode ser determinante para decidir se se fixa em Mirandela ou em qualquer outro concelho. Hoje bem sabemos que cada vez mais os jovens fazem contas e isto é um fator que influencia a sua decisão na escolha da terra onde querem viver.

Por isso, entendemos que o município deve trilhar, de forma progressiva e sustentada, o caminho que conduza, no médio prazo, à devolução da totalidade do IRS municipal, sobretudo com foco nos jovens e nas famílias jovens. Defender esta visão não contradiz o voto favorável que tivemos em Reunião da Câmara Municipal e que aqui também vamos ter. Pelo contrário, o voto que tivemos na Reunião da Câmara Municipal corresponde ao presente e esta intervenção aponta para o futuro.

Uma governação responsável faz-se assim, com decisões equilibradas. Hoje há missão política para amanhã. Nada impede que o município avalie o impacto financeiro ano a ano. Estudando moldes baseados na ocorrência de regimes diferenciados orientados para a fixação da população jovem. O que não podemos é fechar a porta a esse caminho.

Em conclusão, a fixação da taxa de IRS em 2 % é uma decisão legal e equilibrada, que a AD acompanhou em sede de Câmara, mas o interior não se afirma apenas com equilíbrio. Afirma-se com coragem política, visão estratégica e medidas diferenciadoras. A devolução total do IRS pode e deve ser encarada como um objetivo político para o futuro, integrado numa estratégia mais ampla de



atração de jovens, talentos e de revitalização demográfica. É esse caminho que deixamos aqui hoje como contributo responsável e construtivo para o futuro de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O ponto que hoje aqui apreciamos é a fixação da participação variável do município de Mirandela no IRS em 2 % para o ano de 2026. É mais do que uma decisão técnica ou financeira, é uma opção política clara, coerente e responsável. Traduz uma visão de proximidade às famílias, às pessoas e à realidade económica do nosso concelho.

A Lei das Finanças Locais, como já foi dito aqui também, concede aos municípios a possibilidade de reter os 5 %, e aqui a nossa Câmara opta pelos 2 %. Porém, como bem sabemos, ter a possibilidade legal não significa ter a obrigação política de o fazer no limite máximo. Este Executivo tem demonstrado, ao longo dos últimos anos, uma linha de atuação consistente: devolver rendimento às famílias, aliviar a carga fiscal sempre que as condições financeiras do município o permitem e colocar as pessoas no centro das decisões, que é o que se passa neste momento com este município.

A proposta que hoje discutimos não surge isolada, nem é fruto do imprevisto. Pelo contrário, insere-se num rumo histórico claro de devolução parcial do IRS, adotado por Executivos anteriores do PS, que tem conciliado a responsabilidade financeira com justiça social e sensibilidade económica. Ao fixar a taxa em 2 %, o município abdica voluntariamente de receita potencial. E penso que aqui o município poderá dizer quanto é que é. Mas falo de forma consciente e sustentada, porque reconheço que as famílias enfrentam um contexto económico exigente. O aumento do custo de vida continua a pressionar os orçamentos familiares, e cada euro que permanece no rendimento disponível dos municípios faz diferença na economia local.

Esta medida não compromete a saúde financeira do município, nem coloca em causa a capacidade de investimento, a manutenção dos serviços públicos ou a execução de políticas municipais. Pelo contrário, mostra que Mirandela é um município financeiramente equilibrado, capaz de gerir com rigor e, ao mesmo tempo, de partilhar os benefícios desta boa gestão com todos os seus cidadãos. Importa também sublinhar que esta decisão respeita integralmente o enquadramento legal previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e cumpre todos os prazos e procedimentos exigidos, garantindo transparência, legalidade e previsibilidade fiscal.

A política fiscal municipal deve ser um instrumento de equidade, proximidade e confiança entre o poder local e os cidadãos. A proposta com a qual hoje votamos traduz exatamente isso: uma Câmara que governa com responsabilidade, uma Assembleia que decide com consciência social e um município que coloca as famílias no centro da sua ação.

Por todas estas razões, o grupo parlamentar do PS votará favoravelmente esta proposta, convictos de que ela representa uma decisão justa, equilibrada e coerente com o caminho que Mirandela tem vindo a trilhar. Mirandela cresce com contas certas, mas cresce sobretudo com pessoas apoiadas.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Responder aqui aos Deputados, este valor que estamos a reter, podemos ter alguma imaginação naquilo que é o investimento destes 700 mil euros por ano que nós damos às famílias, mas também não aceito muito bem, e não percebi muito bem, o Deputado disse a certa altura que era um valor gasto em festas. Nem o valor é gasto em festas, nem o valor é investido em projetos. Nós entendemos que, para as festas e para os projetos, temos outras fontes de financiamento que não sejam essas.

Agora, isto parte aqui claramente de uma proposta que nós temos para devolver aos contribuintes mirandenses este valor. E este valor vai entrar onde? Vai entrar na economia local. Portanto, estes valores de que estamos aqui a falar, que o Senhor Deputado *Jorge Humberto* falava em quatro milhões de euros, não é tanto, mas ainda que fossem quatro milhões de euros, entra na economia local e também vai promover aquilo que são os empregos locais e a melhoria da vida das pessoas. Isto também é fundamental.

Temos de perceber que estamos numa missão claramente social, numa missão direcionada para as pessoas. É uma política para as pessoas, e temos de dizer isto claramente. A outra questão que falou ali, até podia, com um bocadinho de imaginação, Senhor Deputado *Jorge Humberto*, arranjar outras coisas mais interessantes, mas o que é certo é que nós, para esse fim, temos de arranjar fontes de financiamento, que não estas.

Estas aqui nós propomos e entendemos, com política social, comercial e de investimento, porque ela vai para o mercado e o mercado também promove, incentiva, e isto é determinante. Na nossa perspetiva, propomos que seja aceite por forma unânime esta medida.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou a palavra para direito de resposta:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há aqui uma confusão. Eu faço parte das 200 famílias, que recebem IRS, 90 % das famílias de Mirandela auferem ordenados baixos que não são tributados em IRS; esses, obviamente, não são contemplados por essa medida dos 700 mil euros que a Câmara Municipal entrega.

Eu ainda não consegui fazer a conta, porque também não me interessa, de quanto é que recai a cada família, às 200 famílias, que são os tais 10 %. Obviamente que não vou pactuar com a desculpa da cambalhota que o PSD dá. Porque se fosse para a água era já de caras, mas como não é para a água podia ser para o Mercado Municipal, por exemplo. Aí já conseguia dar a cambalhota.

----- Efetuada a votação e estando 57 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra, seis abstenções e 50 votos a favor, aprovar, fixar a taxa de participação variável no IRS de 2%, a incidir sobre os rendimentos de 2026 dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.



----- O Senhor Deputado Municipal *MIGUEL CUNHA* (IL), apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

A proposta que aqui foi apresentada agora pelo Executivo prevê uma devolução de IRS inferior àquela que defendemos no nosso programa eleitoral, onde assumimos de forma clara a necessidade de uma devolução mais ambiciosa, concretamente de 4%.

Ainda assim, optamos por votar favoravelmente esta proposta porque entendemos que qualquer devolução de IRS representa um alívio fiscal para as famílias e vai no sentido certo de devolver rendimento aos municípios.

É preciso que fique claro que o nosso voto favorável não significa conformismo, mas sim sentido de responsabilidade. No entanto, mantemos o compromisso político de continuar a defender uma devolução de IRS mais significativa.”

4.5 - Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI 2025.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20/11/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a taxa de IMI a cobrar durante o ano de 2026 com reporte ao valor patrimonial tributário de 2025 a aplicar aos prédios urbanos seja de 0,3%, e que se mantenha a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo nos termos previstos no art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- 2 - Propõe-se ainda que para os efeitos do previsto nos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, seja mantido o agravamento anual as Taxas de IMI, designadamente:
 - Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio. (cfr. Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto);
 - Majorar 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
 - Majorar ao triplo a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.
- 3 - Prorrogar, por mais dois anos, o período de isenção de IMI concedido por 3 anos no âmbito dos n.ºs 1 e 3 do referido art.º 46.º do EBF, em respeito ao art.º 51 da Lei nº 53/2023 de 6 de outubro;
- 4 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção e 49 votos a favor:

- 1 - Aprovar a taxa de IMI a cobrar durante o ano de 2026 com reporte ao valor patrimonial tributário de 2025 a aplicar aos prédios urbanos seja de 0,3%, e que se mantenha a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo nos termos previstos no art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;
- 2 - Propõe-se ainda que para os efeitos do previsto nos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, seja mantido o agravamento anual as Taxas de IMI, designadamente:
 - Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio. (cfr. Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto);
 - Majorar 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
 - Majorar ao triplo a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.
- 3 - Prorrogar, por mais dois anos, o período de isenção de IMI concedido por 3 anos no âmbito dos n.ºs 1 e 3 do referido art.º 46.º do EBF, em respeito ao art.º 51 da Lei nº 53/2023 de 6 de outubro.



4.6 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem - TMDP 2026.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20/11/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2026, ou seja, de 0,25%;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra e 49 votos a favor, aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2026 de 0,25%.

4.7 - Proposta de Derrama 2026.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20/11/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o lançamento, em 2026, de uma Derrama de 0,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativo a 2025 a liquidar em 2026;**
- 2 - Aprovar a aplicação de redução de taxa da Derrama, fixada na percentagem de 0,01% relativo a 2025 a liquidar em 2026, para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros);**
- 3 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A taxa da Derrama vem sendo aprovada nesta Assembleia Municipal, e nós também temos acompanhado sempre com uma pergunta, que quase nunca tem resposta. No mandato anterior, a Senhora Presidente, *Júlia Rodrigues*, referia que existiriam alguns CAE's que poderiam ser isentos desta taxa de Derrama, que estaria sempre sujeita a um regulamento. Eu pergunto se esse regulamento, que sabemos que não está nesta certidão que acompanha esta proposta de deliberação, caiu? Se vocês têm intenções de levar o regulamento a Reunião de Câmara para aprovação, ou qual é o motivo de ter caído essa proposta de regulamento?

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

O que nós estamos aqui a fazer, Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, é manter a taxa mínima. Portanto, para nos entendermos, é mais justo estarmos aqui a aplicar a taxa mínima do que estarmos a isentar alguns códigos de atividade. Nós decidimos fazer desta forma, e a decisão foi esta, não existe regulamento.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos contra e 44 votos a favor:

- 1 - Aprovar o lançamento, em 2026, de uma Derrama de 0,5 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativo a 2025 a liquidar em 2026;**
- 2 - Aprovar a aplicação de redução de taxa da Derrama, fixada na percentagem de 0,01% relativo a 2025 a liquidar em 2026, para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros).**

4.8 - Proposta de Retificação de Erro Material na Tabela de Taxas e Licenças do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 20/11/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal a retificação, nos termos propostos, do artigo 47.º, n.º 1 e 2 da Tabela de Taxas e Licenças do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Mirandela, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quatro abstenções e 45 votos a favor, aprovar a retificação, nos termos propostos, do artigo 47.º, n.º 1 e 2 da Tabela de Taxas e Licenças do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Mirandela.



4.9 - Proposta de Contrato-Programa a Celebrar com a Associação MIRCUM em 2026.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 04/12/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato-Programa a celebrar com a Associação MirCom, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este contrato-programa a celebrar com a MirCom, nós sabemos qual é o papel que a MirCom desempenha no nosso concelho e no tecido económico e comercial. Mas a apresentação deste documento peca por falta de informação. E eu vou explicar porquê. Na cláusula segunda deste contrato-programa, e passo a citar, diz o seguinte: “*Considerando o relevante interesse municipal reconhecido à atividade da Segunda Outorgante, esta compromete-se a:*

1. *Apresentar ao Município de Mirandela os seguintes instrumentos de gestão:*

- a. *Programa de Atividade anual;*
- b. *Projeto orçamental*
- c. *Relatório da avaliação*
- d. *Relatório final de atividades e contas a entregar até ao dia 15 de abril do ano seguinte ao exercício corrente”.*

Senhor Presidente, aquilo que eu lhe pedia era que, dentro das obrigações que este contrato-programa obriga, a apresentação de projetos, de relatórios de avaliação e de relatório final de atividades, na sequência até aquilo que disse o Deputado *António Martins*, na questão do acompanhamento da documentação necessária para nós podermos fazer uma avaliação concreta, real e transparente destes contratos, é que o contrato-programa, devia vir acompanhado exatamente das obrigações que a MirCom tem com o Município de Mirandela. Qual é que será a única forma de um Deputado Municipal fiscalizar se a MirCom está a cumprir com as obrigações que tem? A única resposta que a MirCom dá é ao Executivo da Câmara Municipal. E eu não tenho acesso para saber se a MirCom está a cumprir com as obrigações que tem para que este contrato funcione. Porque, se a MirCom não cumprir com estas questões, o contrato fica cessado, porque não há o cumprimento das obrigações em causa.

Portanto, Senhor Presidente, não é para agora, mas que fique para o futuro. Eu agradecia que, quando voltarmos a votar no próximo ano este contrato-programa, que sejam entregues a todos nós, Deputados Municipais, os contratos, o projeto de orçamento, o programa de atividade anual, o relatório de avaliação e o relatório final de atividade. Para sermos claros, transparentes e para que não haja dúvidas quanto a isso. Aliás, até para salvaguardar o interesse e a defesa dos técnicos que trabalham na MirCom.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A proposta de contrato-programa a celebrar com a Associação MirCom para o ano de 2026 insere-se numa relação institucional já antiga entre o município e uma entidade com intervenção relevante na dinamização do comércio e da atividade económica local. O PSD votou favoravelmente esta proposta em Reunião de Câmara por reconhecer o interesse municipal das atividades desenvolvidas pela MirCom e a necessidade de assegurar continuidade e previsibilidade à sua atuação.

Esse voto favorável, porém, não é um cheque em branco nem dispensa exigência política. Estamos a falar de um apoio financeiro municipal de 96 mil euros anuais, pagos de forma regular. Trata-se de dinheiro público e, como tal, deve estar sujeito a critérios claros, rigorosos e exigentes. Sempre que o município transfere recursos públicos para entidades externas, tem a obrigação de garantir que esse apoio serve efetivamente o interesse público, produz resultados concretos e avaliáveis e respeita princípios elementares de justiça social.

Esses princípios não se esgotam na realização de eventos ou na execução de projetos. Incluem necessariamente as condições de trabalho e remuneração dos trabalhadores da entidade apoiada. A MirCom exerce funções de inequívoco interesse municipal e atua em estreita articulação com o município, com os agentes económicos e com a população. Não pode, por isso, ser indiferente ao município a forma como os seus trabalhadores são valorizados ou desvalorizados.

A nossa posição é clara: deve existir uma preocupação explícita e assumida com a valorização dos trabalhadores da MirCom, nomeadamente através da equiparação salarial às tabelas remuneratórias da Administração Pública para funções equivalentes e da aplicação das atualizações salariais anuais que venham a ser aprovadas para o setor público. Não se trata de ingerência na gestão interna de uma associação; trata-se, sim, de coerência política e de responsabilidade institucional.

O município não pode afirmar-se como defensor do trabalho digno nos seus serviços e, ao mesmo tempo, fechar os olhos às condições laborais nas entidades que financia de forma estrutural. O contrato-programa abrange múltiplas áreas de intervenção, eventos, comércio, formação, projetos financiados e plataformas digitais. Quanto mais vasto o âmbito do apoio público, maior deve ser o nível de exigência política.

Exigência na avaliação objetiva dos resultados, exigência na transparência da gestão e exigência no cumprimento das boas práticas, incluindo práticas laborais justas e responsáveis. A valorização salarial dos trabalhadores não é um detalhe acessório; é um fator determinante da qualidade do serviço prestado e da credibilidade da própria política de desenvolvimento económico do município.

Se queremos falar com seriedade sobre desenvolvimento económico, coesão social e fixação de jovens no concelho, então temos de falar sem rodeios de trabalho digno. Não existe economia local forte construída sobre vínculos precários, salários desajustados ou desvalorização sistemática do trabalho. Não existe futuro sustentável sem justiça laboral.

Apoiamos o contrato-programa com a MirCom e votámo-lo favoravelmente. Mas deixamos aqui uma posição política inequívoca: o apoio público deve ser condicionado não apenas à realização de atividades, mas também ao respeito por critérios claros de



valorização dos trabalhadores, incluindo a atualização salarial alinhada com a Administração Pública. O dinheiro público implica responsabilidade pública. A economia local constrói-se com pessoas, e quem trabalha para o interesse público merece respeito, dignidade e reconhecimento.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto* para acompanhar a documentação, ela aqui tem dois momentos. O momento de apresentação do contrato para 2026, em que o único documento que temos aqui pode ser um documento daquilo que é o plano de atividades para 2026. Depois em abril, pode ser, em sede também da Assembleia Municipal, feita a prestação de contas; também podemos trazer cá esse documento e trazê-lo ao público.

Portanto, documentos em dois momentos. Não faz sentido que seja neste momento, que é o momento da apresentação do contrato-programa, e, num segundo momento, da prestação de contas, podemos também trazer aquilo que é o relatório de atividades, que é apresentado até 30 de abril. Acho que até faz todo o sentido.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, eu não posso estar mais de acordo relativamente à questão salarial. Porém, aquilo que eu percebi é que estaríamos aqui a falar num aumento do valor do contrato-programa para dar cobertura aos salários, era isso que estava a propor? Isso não ficou muito claro e é isso que eu gostava de perceber.

Relativamente a essa questão, acho que nós temos de, em sede própria, falar, uma vez que levantou aqui a questão, perceber do que é que estamos aqui a falar em concreto e se não há aqui margem, na própria atividade da MirCom, para eles próprios também poderem fazer essa atualização sem se socorrerem exclusivamente daquilo que é o erário público, ou seja, aquilo que é o Orçamento Municipal. Concordo absolutamente com isso, mas também concordo que o contrato-programa não tem de ser a única fonte de financiamento; pode haver outras que podem procurar, e é nesse sentido também que nós iremos abordar a questão.

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato-Programa a celebrar com a Associação MirCom.

4.10 - Proposta de 2.ª ADENDA À 5.ª EDIÇÃO DO CARTÃO COMÉRCIO Mirandela - 2026 - Regras de Utilização do CARTÃO COMÉRCIO MIRANDELA e Regras de Adesão à Plataforma MIRANDELAMARKET.PT.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11/12/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1. Aprovar a 2.ª Adenda à 5ª EDIÇÃO DO CARTÃO COMÉRCIO MIRANDELA – 2026, referente às Regras Utilização do Cartão Comércio Mirandela e às Regras de Adesão à plataforma mirandelamarket.pt, incluindo os respetivos anexos;
2. Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 2.ª Adenda à 5ª EDIÇÃO DO CARTÃO COMÉRCIO MIRANDELA – 2026, referente às Regras Utilização do Cartão Comércio Mirandela e às Regras de Adesão à plataforma mirandelamarket.pt, incluindo os respetivos anexos.

4.11 - Proposta de Contrato-Programa A.I.N., E.I.M, S.A

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11/12/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela o Contrato-Programa entre a A.I.N., EIM, S.A. o Município de Mirandela e Município de Vila Flor, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tal como referi no ponto anterior do contrato-programa com a MirCom, era importante também que fôssemos contemplados com alguma informação adicional exatamente em relação a este contrato-programa. Porque, no relatório anual, e eu passo a citar o ponto 3 deste contrato-programa: “*A AIN obriga-se a elaborar e entregar aos municípios de Mirandela e Vila Flor, até ao final de cada ano de vigência do presente contrato-programa, um relatório devidamente fundamentado, e com mapa analítico descritivo dos custos e proveitos da sua exploração.*” Mas esse relatório não está aqui. Senhor Presidente, nós estamos a votar um documento agora e não é em junho, correto?

Eu, como disse anteriormente, sei que o Senhor Presidente teve, digamos, a delicadeza de receber Deputados da Comissão da Agricultura em Mirandela e que teve a amabilidade também de os levar ao Cachão para eles perceberem, e ficar claro, que é uma posição que a CDU defende sempre: não pode ser um orçamento municipal, que é o de Mirandela e de Vila Flor, a fazer a



revitalização daquele espaço. Tem de haver uma intervenção do Governo, neste caso, seja através do Ministério da Economia, seja através de uma parceria com o Ministério da Economia e da Agricultura, seja com o Ministério da Agricultura, Economia e Ambiente. Ou seja, temos de fazer força para que isso aconteça. E a CDU de Mirandela cabe-lhe essa responsabilidade, não só pelo facto de todos os anos nós fazermos menção a essa necessidade premente, que é dar andamento àquele espaço para que tenha a capacidade de fazer a receção da mercadoria dos produtores que tanto defendemos e tanto queremos defender a agricultura quando temos equipamentos que podem estar exatamente ao serviço do desenvolvimento económico de Mirandela, quer no setor agrícola, quer no setor agroindustrial, quer até noutros setores, nomeadamente na parte da transformação.

E fica claro que, quando nós estamos em campanha eleitoral, o Cachão serve para, enganar, tenho de ser claro nesta questão, aqueles que são os proponentes ou os propostos eleitores aos cargos da execução do nosso município. Fala-se do Cachão, e depois há uma atitude que fica perfeitamente clara. E eu volto a dizê-lo aqui: na discussão deste Orçamento do Estado, a CDU apresentou uma proposta para que o Orçamento do Estado contemplasse já uma verba para que os municípios de Mirandela e de Vila Flor pudessem começar a fazer intervenções na requalificação daquele espaço. E essa proposta foi chumbada, com os votos de quem? Com os votos do PSD, com os votos do CDS, com os votos da Iniciativa Liberal e com a abstenção do PS e do Livre. Portanto, fica claro aqui quais são os reais interesses de quem está a favor e acredita que Mirandela tem potencial e capacidade para desenvolver um projeto que sirva o tecido económico, agrícola e agroindustrial do nosso concelho. E depois temos o veto dos mesmos partidos que, em campanhas eleitorais, vêm encher a boca com o Cachão.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós temos aqui um problema de sustentabilidade numa infraestrutura. Portanto, temos um passivo acumulado todos os anos. Não sei se o Complexo Agro-Industrial do Nordeste, tem algum administrador de insolvência, não sei como é que está. Ou seja, falta muita informação à volta deste processo. E estamos aqui a pedir à Assembleia Municipal que todos os anos coloque 200 mil euros, portanto, 100 mil euros da Câmara Municipal de Mirandela, mais 100 mil euros da Câmara Municipal de Vila Flor, para continuarmos a alimentar, desculpem-me o termo, um elefante branco. Porque, no fundo, é isto que estamos aqui a fazer.

Agora, mais importante do que isto, porque obviamente há uma parte económica envolvida nisto, há postos de trabalho envolvidos, acho que deveria haver aqui um compromisso, por parte da Câmara Municipal, em trabalhar com a Câmara Municipal de Vila Flor e apresentar um plano de recuperação a esta Assembleia Municipal. Eu desconheço, confesso que desconheço, não sei se existe. Portanto, é legítimo estar a colocar esta questão. Porque mais importante do que estarmos a colocar dinheiro é pedir resultados e perceber que gradualmente se vai fazendo um esforço, ou para recuperar, ou então um dia tomar-se uma decisão que é inevitável. Esta reflexão tem de ser feita. Daí, eu peço ao Senhor Presidente, se for possível, que partilhe com esta Assembleia Municipal aquilo que têm sido os pontos de convergência que tem com o município de Vila Flor sobre este processo: o que se passa, o que não se passa, o que é que vocês estão a pensar para ultrapassar o problema do passivo, se vai ou não ser materializada aquela venda judicial e, se não for, como é que vocês pensam em recuperar, digamos, a confiança do credor?

Portanto, acho que este compromisso com a Assembleia Municipal tem de existir. Mais importante do que dar o dinheiro, nós percebemos isso, é fazer este caminho, que é um caminho de recuperação de algo que pode ou não valer a pena. Essa será uma reflexão que nós devemos fazer um dia. Portanto, era este o pedido que eu faria.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Sobre esse assunto, e antes do Senhor Presidente falar, tenho de informar que se calhar tenho alguma culpa da falta de esclarecimento sobre esse ponto. Foi-me pedido que este ponto tivesse sido alterado, porque tínhamos, na altura, o Revisor Oficial de Contas presente, que iria esclarecer todos esses problemas e dar-nos conta da situação. Eu fui intransigente, não permiti, por uma questão apenas de tempo, era essa a única justificação, que o ponto fosse alterado. De maneira que apresento as minhas desculpas pela falta de informação, mas isso advém daí. E de eu tomar posições, como eu vos disse, transversais em relação a qualquer Bancada e em relação ao Executivo. E foi isso que eu fiz.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a estas questões da Agro-Industrial do Nordeste, isto é um processo que é muito frágil. É muito frágil e é muito incerto. Esta palavra, a incerteza, é algo que está sobre esta questão da Agro-Industrial do Nordeste e o Matadouro Industrial do Cachão, também. Está aqui muito deste valor da Agro-Industrial do Nordeste, que é também para financiar aquilo que é o Matadouro Industrial do Cachão. Mas é preciso nós também percebermos que não podemos abandonar de imediato esta questão, sobretudo no que diz respeito ao Matadouro Industrial do Cachão. Se há aqui outros concelhos que estão a fazer investimento com matadouros, nomeadamente Mogadouro e Miranda do Douro, que estão a abrir matadouros novos, nós, que já temos um matadouro, temos a obrigação de encontrar uma solução. E a solução aqui para o nosso matadouro tem de passar pela qualificação, independentemente da questão da Agro-Industrial do Nordeste no seu global. Estamos aqui com dois níveis de atuação, e, para isso, ela carece, de uma reformulação. Porque nós temos ali financiamento público. E é por isso que estamos aqui a trabalhar, juntamente com a Comissão Parlamentar, para levarmos isso a efeito. Porque, nós não podemos estar aqui, de maneira nenhuma, a dizer que investimos na agricultura e na pecuária, esta também é uma forma de promovermos o investimento.

E, efetivamente, o equipamento está um bocadinho obsoleto. Há aqui maquinaria que já não se usa nos dias de hoje e, para além da dimensão que tem, está dimensionado para um determinado número de abates e está apenas com cerca de 20 % de utilização, com perdas de eficiência energética, sobretudo por isso, em função também dos trabalhadores, temos vindo a compensar com a saída para a reforma, para que não tenham sido recrutados outros. Este é um processo que tem de se fazer. E nós temos de olhar para isto nas duas dimensões: na dimensão da Agro-Industrial do Nordeste e na dimensão do Matadouro Industrial do Cachão, que está integrado nesse processo. E foi por isso, sabendo que algumas questões mais técnicas, mais de ordem financeira, pudessem ser levantadas, tínhamos pedido ao nosso Revisor Oficial de Contas, esteve aqui o Dr. *Peixinho*, que, depois, não pôde ficar até ao fim, dada a demora da Assembleia, para poder prestar declarações mais do foro financeiro. Porém, ficarão para outra ocasião.



Dizer ao Senhor Deputado *António Martins* que a nossa intenção é, efetivamente, que estejam todos a par, porque esta questão do Cachão, que é uma questão muito sensível para os mirandenses, todos sabemos, tem de ser uma decisão que não é apenas do Município de Mirandela nem do Município de Vila Flor. É uma questão do país. Nós atrevemo-nos a dizer que isto é uma questão nacional. Mas tem de haver aqui o envolvimento de todos. E quando digo de todos, também da Assembleia Municipal. Para se estar envolvido e para tomarmos uma decisão, seja ela qual for, tem que se fazer com conhecimento. Concordo absolutamente com a necessidade de informação adicional e tudo o que faremos para manter-vos ocorrentes da situação.

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos contra, duas abstenções e 45 votos a favor, aprovar o Contrato-Programa entre a A.I.N., EIM, S.A., o Município de Mirandela e o Município de Vila Flor.

4.12 - Proposta de Designação de Fiscal Único para o Mandato 2025-2029 - Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11/12/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela a Designação de Fernando Peixinho & José Lima, S.R.O.C., Lda., como Fiscal Único da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. para o quinquénio de 2025/2029, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com seis abstenções e 44 votos a favor, aprovar a Designação de Fernando Peixinho & José Lima, S.R.O.C., Lda., como Fiscal Único da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. para o quinquénio de 2025/2029.

4.13 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário - Junta de Freguesia de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11/12/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com três votos a favor dos Membros do PS, três votos contra dos Membros da AD e uma abstenção do membro do Chega, tendo sido feito o uso do Voto de Qualidade por parte do Senhor Presidente, submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela, a atribuição do subsídio extraordinário de 37.500€ (trinta e sete mil e quinhentos euros) à Freguesia de Mirandela, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A proposta que hoje aqui apreciamos diz respeito à atribuição de um subsídio extraordinário de 37.500 euros à Junta de Freguesia de Mirandela, para participar a aquisição, em regime de *leasing*, de uma máquina destinada à limpeza de caminhos agrícolas e florestais. Começo por afirmar algo com clareza: o enquadramento legal existe e ninguém o contesta. Mas a legalidade não esgota a responsabilidade política. Um apoio extraordinário exige critérios extraordinariamente claros. Estamos perante um apoio excepcional, fora dos mecanismos normais de financiamento às freguesias. Sempre que se concede um apoio desta natureza, o município tem o dever de explicar porque razão esta freguesia, porque razão este equipamento e porque razão nestes moldes. E aqui começam as dúvidas que, quanto a mim, são legítimas. O objetivo do apoio é rural, mas a análise do financiamento não é. O apoio destina-se a uma máquina para a limpeza de caminhos agrícolas, manutenção florestal e gestão de combustíveis. Mas a fundamentação apresentada assenta sobretudo na dimensão populacional, centralidade urbana e pressão de serviços. É essa a justificação.

A freguesia de Mirandela não é a freguesia com maior área rural, nem com maior rede de caminhos agrícolas, nem de perto nem de longe. Existem freguesias bastante mais extensas, mais dispersas e mais rurais, que enfrentam desafios mais exigentes nesta matéria e que não beneficiaram nem beneficiam de apoio semelhante. O risco de discriminação entre freguesias, sem critérios objetivos e comparáveis, é evidente. Esta decisão cria a perceção clara de desigualdade. Hoje é uma máquina, amanhã será outra. E quando as outras freguesias solicitarem apoios idênticos, com que base lhes diremos que não?

A política de coesão territorial não se faz com exceções casuísticas. Faz-se com regras claras e objetivas. Um problema estrutural tratado como exceção não é *modus operandi*. A própria proposta reconhece que o equipamento serve frequentemente o município, que não existe equipamento equivalente no parque municipal e que há uma utilização partilhada. Então impõe-se a pergunta que não foi respondida: porque não é o município a assumir diretamente este investimento? Porque não é o município a comprar este equipamento para si e a cedê-lo às outras freguesias? Porque tem de ser a Junta de Freguesia de Mirandela? Transferir responsabilidades estruturais para as freguesias e depois compensá-las com subsídios extraordinários não é boa governação; é falta de planeamento.

Estamos aqui perante outra questão que, a meu ver, é esta: daquilo que tive conhecimento, quando este equipamento foi adquirido, foi que este equipamento foi adquirido através de *leasing*. Se foi através de *leasing*, há de haver um contrato de amortização desse *leasing*. Normalmente, os *leasings* têm pagamentos fracionados, por norma mensal. Pode haver outro modo de pagamento



contratado, mas presumo que tenha sido por pagamentos mensais. Se a Junta de Freguesia decidiu comprar este equipamento e o adquiriu, não sabia se iria obter este financiamento extraordinário de 35 mil euros. Estes 35 mil euros têm de ser para financiar outra coisa qualquer, o *leasing* não. Ou então o Senhor Presidente vai ter de nos explicar isto. Porquê à Junta de Freguesia de Mirandela? E o que é que estes 35 mil euros efetivamente vão financiar? Porque, em boa verdade, também podia ter vindo aqui o contrato de *leasing* para nós o podermos consultar e saber. Não está em causa a utilidade da máquina, está em causa a justiça relativa da decisão.

Defendemos, portanto, que apoios desta natureza devem assentar em critérios objetivos, aplicáveis a todas as freguesias e integrados numa estratégia municipal clara para a gestão de caminhos florestais. Não pode agora a Junta de Freguesia de Mirandela andar a vender serviços às outras freguesias. Sem isso, este apoio corre o risco de ser visto como um fator de desigualdade entre as freguesias. E os outros Presidentes de Junta aqui presentes deveriam honrar a população que vos elegeu e deveriam votar negativamente este pedido de subsídio.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu estaria à espera que o Senhor Presidente, *Luis Soares*, tivesse vindo aqui fazer uma apresentação. Se calhar dissipava-nos algumas dúvidas, mas não pôde. Portanto, eu posso colocar algumas questões. Se efetivamente estiverem erradas, obviamente peço que me corrijam. O que eu percebi é que foi adquirida uma máquina, em 2024, apenas a máquina. E essa máquina foi objeto de uma consulta à empresa 2AB; foi elaborado um contrato e há um contrato de locação financeira. Ou seja, a máquina passou para a propriedade do locador e a Junta de Freguesia paga mensalmente ao locador a máquina. No final desse contrato de locação, pelo que eu percebi, caso a Junta de Freguesia queira exercer o direito de preferência da máquina, vai pagar cerca de oito mil euros de IVA e a máquina volta para a Junta de Freguesia. Penso que foi isto que aconteceu inicialmente.

Numa segunda fase, há a aquisição de um destrocador para acoplar à máquina. Ou seja, é uma outra consulta que foi feita a outra empresa e esse equipamento custou cerca de sete mil euros. Portanto, o que é que eu não entendo aqui? Para se fazer um contrato de locação financeira tem de haver um plano plurianual e tem de haver um compromisso assumido de pagamento. É aquilo que a Câmara faz, é aquilo que as Juntas de Freguesia fazem. Esse compromisso é plurianual. A Junta de Freguesia, na altura, disse que tinha dinheiro para pagar a máquina e, daí, fez um contrato de locação financeira para esse efeito.

Não consigo, por isso, entender porque razão surge agora um pedido de 37.500 euros para pagar o quê? Fiquei na dúvida se é para apoiar a comparticipação do arranjo do braço, para comprar um braço novo, ou se é para pagar um contrato de locação que não é da Junta de Freguesia, mas sim da Caixa Geral de Depósitos, que financiou o contrato.

Tenho aqui algumas dúvidas sobre este negócio. Porquê? Porque, se a Junta de Freguesia declarou, numa Assembleia, numa Reunião de Junta, que tinha dinheiro para assumir este compromisso, o que é que a leva agora a pensar o contrário? Porque razão não vem pedir sete mil euros, mas sim 37.500 euros? Estamos a falar sensivelmente de 25 % do valor da máquina.

A Assembleia Municipal tem de refletir sobre isto. Eu ontem trocava impressões com amigos: se dividirmos 37.500 euros por uma hora de máquina, que ronda os 75 euros e hoje encontra-se no mercado até mais barato, estamos a falar numa média de 600 horas de trabalho. 600 horas de trabalho são sensivelmente três meses. Em três meses faz-se muito trabalho neste território, se quisermos dinamizar os nossos caminhos, etc. Portanto, eu não entendo este negócio nem este subsídio. E aí tenho de acompanhar aquilo que o Deputado *Rui Sá* diz: há aqui qualquer coisa que não está bem. A Câmara dar um subsídio a uma Junta de Freguesia para pagar um contrato de locação financeira, quando a Junta de Freguesia disse em 2024 que tinha dinheiro para o assumir, é, no mínimo, estranho.

Se, moralmente, isto faz algum sentido, eu questiono. Faço aqui um desafio a qualquer Presidente de Junta dos 29 que aqui estão: comprem um trator e, para o ano, venham cá dizer à Câmara Municipal que querem dinheiro para pagar o trator porque não conseguem pagar. Assim criávamos aqui um vício extraordinário. Portanto, eu estaria à espera de ouvir estas explicações, porque provavelmente algumas das considerações que aqui faço podem não estar corretas. Mas, à primeira vista, pelo que nos foi disponibilizado documentalmente, é isto.

E volto ao meu ponto de partida, e ainda bem que o Deputado *Jorge Humberto* está cada vez mais próximo de nós, que é a fundamentação dos elementos. O pedido da Junta de Freguesia não caracteriza claramente para que quer o dinheiro; é muito genérico. Mas a deliberação da Câmara é muito clara ao dizer que o dinheiro é para pagar o contrato de *leasing*. Esta é a questão. Há aqui elementos da Assembleia de Freguesia de Mirandela que, na minha opinião, devem colocar estas questões na próxima Assembleia, ao Senhor Presidente, e perguntar aos Membros da Assembleia de Freguesia que negócio foi viabilizado na altura para esta locação financeira. Porque, afinal, facilmente se consegue fazer um negócio destes e depois deixar de pagar, se a Câmara Municipal vier a cobrir o prejuízo.

E, como agravante, a Câmara Municipal podia ter transferido o *leasing* para si. Podia fazer um contrato de transferência de locação financeira muito facilmente. E, se calhar, a máquina estaria a ser gerida pela Câmara Municipal e seria entregue às outras 29 freguesias, quando necessário. Se calhar isto tornava-se um bocadinho mais transparente do que aquilo que está a ser.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

São perguntas pertinentes, feitas pelos dois últimos intervenientes. Também não sabemos se são conjeturas. Então, vamos pedir ao Senhor Presidente da Câmara, naturalmente, que estudou o processo, que nos informe sobre a situação, pode ser Senhor Presidente?

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O fundamento está aqui na proposta. E, na proposta, ela é muito clara quanto às razões pelas quais está aqui. O que está aqui são 20 %. Não estamos a pagar a máquina, estamos a comparticipar com 20 % do valor da máquina. O valor da máquina é de 190 mil euros e aquilo que está a ser pedido são 20 %. Para fazer face ao quê? A um conjunto de atividades que têm sido feitas para a



Câmara Municipal de Mirandela e até no âmbito daquilo que é a transferência de competências que têm assinado o contrato interadministrativo. Isso é uma realidade, é factual.

Não nos parece nada de anormal este pedido, porque, se fosse para pagar a máquina na sua totalidade, estaríamos aqui a falar de uma coisa diferente. Estamos aqui a falar de participar uma máquina para a qual, ao longo deste contrato interadministrativo que está em vigor, se vieram a fazer trabalhos que nós não tínhamos meios para o fazer e solicitámos que estes meios estivessem da estrita colaboração que deve haver entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. E esse trabalho tem sido feito. E, como forma de compensação desse trabalho também, acho que é de elementar justiça que este valor, reparem bem, não é apenas pelo que foi feito, é pelo que foi feito e pelo que há de vir a ser feito. E nós depois podemos evoluir, e já vamos ver que mais à frente aparecem propostas que também têm a ver com a gestão das faixas de combustível. E essas faixas que vão ser geridas, nós também estamos a pensar que sejam as juntas de freguesia, a fazer essa gestão, desde que tenham condições financeiras para o fazer. E, se vier a acontecer alguma coisa, também estaremos cá para ajudar. É neste espírito. Não estamos aqui a dar vantagem a ninguém. Neste caso, à Junta de Freguesia de Mirandela, que não possa ser alargada a outra Junta de Freguesia na mesma percentagem. Acho que isto tem de ser muito claro. Portanto, parece-me que isto é adequado. Não vejo aqui nada de anormal.

No entanto, se os senhores entendem que é anormal. Aquilo que eu disse foi: se uma Junta de Freguesia adquirir uma máquina de 190 mil euros e for para fazer este trabalho de gestão de combustível, efetivamente nós devemos fazê-lo, porque a gestão dos combustíveis é da responsabilidade do município. Se a vão fazer, é um equipamento que vai servir para duas coisas: para aquilo que entendem que seja feito para a freguesia e para aquilo que é um trabalho que é da responsabilidade do município. Tem a ver com isso. Tomáramos nós que todas as Juntas de Freguesia pudessem ter este procedimento. Sinceramente, eu não estou a ver aqui nada de anormal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Como sabem, o direito de resposta não é entre os Deputados Municipais. O direito de resposta é em função daquilo que o Senhor Presidente esclarece. E, assim sendo, temos uma, para esse direito de resposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI SÁ* (PSD) solicitou a palavra para direito de resposta:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como o Senhor Presidente da Câmara acabou de referir, parece-me notar aqui que estamos a fazer o pagamento da prestação de um serviço e não o pagamento de 20 % da máquina. O Senhor Presidente referiu que é uma contrapartida pelo serviço prestado. Aliás, a visão do Grupo Municipal do PSD relativamente a esta delegação de competências, este protocolo feito com a Junta de Freguesia de Mirandela, não o acompanhámos. Não o acompanhámos por várias razões. Chega-se a determinadas situações em que a competência de aparar e cortar a sede é dos trabalhadores do município e a competência para varrer os sobrantes das podas da sede é da Junta de Freguesia de Mirandela.

Estamos aqui perante uma situação em que a Câmara Municipal fazia bem. E, se a Câmara Municipal faz bem, porque razão está a fazer este protocolo com a Junta de Freguesia? A dividir competências é aquilo que se tem estado a fazer. E a Junta de Freguesia de Mirandela, é sabido, está a fazer aplicação de herbicida e, se não for, o Senhor Presidente está aqui e há de o desmentir, a fazer aplicação de herbicidas e a cobrar pelo serviço. Mas então a Junta de Freguesia de Mirandela é alguma prestadora de serviços? Alguma coisa não bate certo. Isto tem de se clarificar de uma vez por todas. Estão aqui Membros da Assembleia de Freguesia de Mirandela, que também devem fazer o seu papel na Assembleia.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu fui um aluno mediano a Português. Mas faço a leitura: “*submeto à aprovação da Assembleia Municipal a atribuição do subsídio extraordinário de 37.500 mil euros à Freguesia de Mirandela, destinada a participar a aquisição de uma máquina giratória de rodas em regime de Leasing, condicionada à apresentação da documentação comprovativa do pagamento das prestações*”.

Não tem nada a ver com aquilo que o senhor disse. O senhor falou em participar, mas não tem nada a ver. O problema é que este *leasing* foi feito em 2024. Isto faria sentido vir aqui hoje, caso a Junta de Freguesia, imaginemos, à semelhança do que temos aqui com uma associação, dissesse: eu tenho 80 % do dinheiro e preciso de mais 20 %, e a Câmara Municipal é o fiel pagador dos outros 20 %. E vem agora à Assembleia Municipal pedir dinheiro para comprar a máquina. O problema é que a Assembleia de Freguesia de Mirandela deliberou em 2024 esta aquisição e deliberou com um compromisso. Sem esse compromisso não podia ter celebrado o contrato. A questão é que há um contrato assinado com a empresa 2AB, em como esta máquina podia ser adquirida porque a Junta de Freguesia tinha dinheiro para pagar.

É isso que está em causa. Este compromisso já foi feito em 2024. A vossa resposta aqui podia ser claramente aquilo que o Senhor Presidente nos acabou de dizer: acho relevante o trabalho da máquina, acho relevante que tenham despesa com a máquina a fazer determinado tipo de trabalhos e acho importante que se pague esse trabalho. Não é isso que está aqui. Por isso é que eu digo que a fundamentação tem de ser clara. O que está aqui escrito é participar a aquisição de uma máquina giratória de rodas. Ela já foi comprada em 2024.

----- Efetuada a votação e estando 45 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos contra, quatro abstenções e 23 votos a favor, aprovar a atribuição do subsídio extraordinário de 37.500€ (trinta e sete mil e quinhentos euros) à Freguesia de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *VASCO CADAVEZ* (DT) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.



“Declaração de Voto

Votei contra pelo seguinte motivo, as inter-relações entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, tal como foram propostas, podem ocorrer de diversas formas, nomeadamente através de contratos interadministrativos, delegação de competências, acordos de execução e contratação pública.

No entanto, não é isso que se propõe, assim, se a Câmara Municipal tem necessidade de delegar competências, deve fazê-lo nesse contexto e poderá fazê-lo de forma igual para todas as Juntas de Freguesia.”

----- A Senhora Deputada Municipal *MARISA ARANDA* (CH) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

O nosso voto contra é muito fácil de explicar. Trata-se de uma desigualdade tremenda. Nunca vi uma situação assim e já estive algum tempo na Assembleia Municipal, pelo que estou verdadeiramente escandalizada.

No entanto, há aqui algo que considero ainda mais grave, a falta de clareza na resposta do Senhor Presidente. Não sei se percebi bem, mas fiquei com a ideia de que a Junta de Freguesia faria alguns trabalhos para a Câmara Municipal, o que me parece quase uma troca de favores. Posso ter percebido mal, e é precisamente por isso que votei como votei, porque não fui devidamente esclarecida.

Vi também aqui alguns Presidentes de Junta, nomeadamente numa das primeiras intervenções, a solicitar informação acerca da realização de obras e a manifestar vontade de as ver concretizadas, no entanto, essa vontade não foi assim tão bem acolhida e foi-lhes dada uma resposta no sentido de justificar a não realização das mesmas.

Não pode haver argumentos utilizados para uns e argumentos diferentes utilizados para outros. É nesse sentido que se fundamenta o nosso voto contra, aliás, já o era, porque não faria sentido nenhum o que veio hoje aqui a ser votado neste ponto e ainda mais se reforçou a partir do momento em que se ouviram esclarecimentos que, na verdade, nada tiveram de esclarecedores.”

4.14 - Protocolo a celebrar com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) de Mirandela - Oficinas de Jardinagem Inclusivas.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11/12/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Mirandela, a celebração do Protocolo Oficinas de Jardinagem Inclusivas entre o Município de Mirandela e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 42 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a celebração do Protocolo Oficinas de Jardinagem Inclusivas entre o Município de Mirandela e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM).

4.15 - Reajustamento de comparticipação financeira - Clube Ténis de Mesa de Mirandela - Instalação de Equipamentos Mecânicos de Climatização e Ventilação - Sistema Avac.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11/12/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1. Aprovar a comparticipação financeira ao Clube Ténis de Mesa de Mirandela no valor de 15.041,30€ (quinze mil, quarenta e um euros e trinta cêntimos);**
- 2. Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou votar contra e vou votar contra por duas razões. Nós estamos aqui sempre, sempre atrás do prejuízo, ou seja, aqui alguém decide fazer um trabalho num lado qualquer. Primeiro diz: isto vai custar 80, depois, a seguir, custa 90, depois já custa 100, depois, na parte em que tem de assumir a responsabilidade, falha, e no fim é a Câmara Municipal que vai lá tapar o buraco. Está o assunto resolvido. Estou a generalizar um pouco.

Isto é um equipamento da Câmara Municipal. Não sei se os técnicos da Câmara Municipal fizeram uma candidatura de eficiência energética a este edifício, por exemplo, melhorar a envolvente exterior, climatização, perceber até que tipo de equipamento de climatização se poderia colocar. Não sei se isso foi feito. E, quando se faz este tipo de avaliação, percebe-se que, se calhar, estamos a ter uma solução para um local que não vai funcionar. E daqui a dois ou três anos estaremos a mudar novamente os equipamentos porque aquilo não funciona. A experiência que eu tenho vai nesse sentido.



Aquilo que eu gostava que começasse a ser implementado para o futuro, volto ao meu ponto de partida, é fundamentarmos estas questões. A Câmara fez um projeto para isto? Fez uma avaliação técnica para isto? Fez um projeto para perceber as necessidades de aquecimento e de arrefecimento deste edifício? Se fez, peço-lhe para me enviar. O Senhor está-me a dizer que sim? Então, peço-lhe que me envie, ok? Para perceber se esta solução encontrada é puramente uma questão comercial, de alguém que pediu um orçamento, alguém que vai vender um serviço ou equipamento e que depois, pelo meio, há aqui pequenos reajustamentos porque alguém não cumpriu. Está aqui uma parte em que alguém não cumpriu e agora pedem mais 15 mil euros.

Portanto, aquilo que eu lhe quero pedir é que me envie esses elementos. Peço ao Senhor Presidente da Assembleia, que possa fazer esse acompanhamento, para perceber se há um estudo técnico, que acompanhou, naquela altura, todo este investimento que aqui está. Porque este investimento, integralmente, foi quase assumido pela Câmara Municipal, pelo que deu para entender. Estou à vontade para dizer que vou votar contra, porque não concordo com este tipo de princípio de funcionamento das coisas. Quero-lhe pedir, então, que me faça chegar essa informação para eu também poder analisá-la.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Tal como algumas questões são apresentadas por escrito, através de respostas do Senhor Presidente da Câmara, também aqui podem ser feitas verbalmente. Vou pedir ao Senhor Presidente da Câmara que enderece a documentação necessária para encaminhar ao Senhor Deputado *António Martins*.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS SOUSA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Isto é mais uma recomendação do que propriamente uma crítica ao que foi feito. Só queria saber se há possibilidade de a Câmara Municipal acompanhar estas entidades participadas, neste caso, o Clube Ténis de Mesa de Mirandela, dado que, eventualmente, não terão competência técnica ou financeira para a gestão de projetos. Há possibilidade de a Câmara Municipal, através de uma unidade orgânica ou uma equipa multidisciplinar ligada à gestão de projetos, acompanhar essas candidaturas? Quando há uma candidatura, há sempre risco de incumprimento, por parte de um empreiteiro que se atrasa; aliás, houve um que desistiu de um orçamento. Não há acompanhamento próximo? Porque estamos a falar de dinheiro do erário público.

Não bastava os 61 mil euros de financiamento, que também é para a Câmara, a Câmara usufruiu e todos os mirandenses vão usufruir disso. Não se trata aqui de nenhuma crítica ao Clube Ténis de Mesa de Mirandela, nem a mais nenhuma entidade. É só saber se, dentro dos serviços, há a possibilidade de a Câmara Municipal acompanhar estes projetos mensalmente, para que não haja atrasos e não haja, depois, pedidos adicionais de participação, seja 15, seja 20, seja um centímo.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta questão e à anterior, há aqui uma proposta, e a proposta inverte todos os factos que levaram a este assunto. No caso concreto do Clube Ténis de Mesa de Mirandela, há aqui o IPDJ pelo meio, que tem um projeto, ao qual o Clube Ténis de Mesa de Mirandela se candidatou, e o município, logo no início, ficou responsável por pagar a parte que não era garantida pelo IPDJ. Em função de muitas circunstâncias, que estão escritas e explanadas no documento, é só ler, não foi possível fazê-lo de outra forma. Vamos agora compensar a parte que dizia respeito à Câmara Municipal. Não há mais nada. Desde o início, este equipamento foi comprado através de um projeto do IPDJ, foi investido enquanto equipamento municipal, e o compromisso do município foi pagar o valor que não era coberto pelo projeto do IPDJ.

Está aqui explanado tudo passo a passo, com datas, e as razões porque chegámos aqui hoje. Hoje estamos a pagar ao Clube Ténis de Mesa de Mirandela, que se substituiu no pagamento à Câmara Municipal desse valor. É tão simples quanto isto, não há mais nada.

Houve uma candidatura, a candidatura foi feita com o objetivo de aproveitar fundos, de aproveitar valores. Se a Câmara Municipal tivesse que comprar este equipamento todo, custaria muito mais, custaria os tais 120 mil euros. Esta é a verdade. Portanto, a parte financiada pelo IPDJ: nós estamos aqui a pagar parte. Desde o princípio, repito, Senhor Deputado, desde o princípio a Câmara Municipal disse: avancem com o projeto, nós pagamos a parte que não for financiada pelo IPDJ.

É um investimento no equipamento municipal, embora esteja protocolado com o Clube Ténis de Mesa de Mirandela. Fizemos isso como forma de apoio ao rendimento de alta competição promovido pelo Clube Ténis de Mesa de Mirandela. É um apoio nesse sentido. Não fizemos na altura; fizemo-lo agora. Agora, porque não fizemos na altura? Várias circunstâncias estão plasmadas no documento. Portanto, acho que isto é muito claro.

----- Efetuada a votação e estando 38 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos contra e 33 votos a favor, aprovar a participação financeira ao Clube Ténis de Mesa de Mirandela no valor de 15.041,30€ (quinze mil, quarenta e um euros e trinta centímos).

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES*, apresentou a seguinte Declaração de Voto:

“Declaração de Voto

Eu votei a favor porque entendo que o Clube de Ténis de Mesa é uma associação que deve ser acarinhada, pois promove-nos internacionalmente e merece, de facto, o apoio de todos nós.

Naturalmente, quando a Câmara Municipal concede este apoio, não é para almoços, nem para jantares, nem para qualquer utilização desbaratada de dinheiro. Trata-se de um apoio concedido por uma justa causa e é por isso que votei a favor.”



Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Aproveito para desejar a todos umas boas festas, em nome da Bancada do Partido Social Democrata. E, por falar em festas, em falar de Natal, tenho aqui quatro prendinhas.

A primeira fotografia diz respeito à Resíduos do Nordeste: temos Bragança, temos Carrazeda de Anciães e temos Mogadouro. A seguir, a prendinha da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes: temos Vila Flor, temos Bragança e temos Mogadouro. Depois, a prendinha do Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana: temos Bragança. A prendinha da Desteque: vejo aqui Carrazeda de Anciães, vejo Vila Flor, Mirandela lá no fundo. E, por último, também não menos importante, abro a prendinha da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana: vejo Vila Flor, vejo Carrazeda de Anciães e vejo Macedo de Cavaleiros.

Senhor Presidente, é uma provocação que eu estou a fazer, obviamente. Quando nós nos apelidamos de Mirandela, o Centro da Terra Quente, não podemos ficar apenas pelos *slogans*. Também temos de o ser no peso político. Aqui acho que todos temos de caminhar, efetivamente: não só o Executivo e o Partido Socialista, mas todos os partidos que têm representação na Assembleia Municipal, no sentido de garantir uma centralidade estratégica que não pode ficar apenas por meras palavras; tem de traduzir-se em ações.

Portanto, aquilo que eu desejo para o ano de 2026 é que Mirandela ganhe essa centralidade. A força que eu deixo a si e ao seu Executivo é que ganhem garra, porque têm quatro anos para trabalhar, e que trabalhem em prol de Mirandela. Este é o meu desejo para si e para todos os que aqui estão. Desejo a todos umas Boas Festas e um Bom Ano Novo.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANDRÉ GERALDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Desejar um bom mandato a todos. Venho trazer assuntos da minha freguesia, que não fazia sentido deixar de registar na Ata da Assembleia. Temos um problema num talude de uma rua na aldeia da Freixeda, que ruiu em finais de março ou início de abril de 2025. Sinalizei o local cuidadosamente porque a rua é bastante larga, para que as pessoas passassem sem perigo.

No dia 06 de maio de 2025 enviei um *e-mail* para o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e para o Senhor Presidente *Vitor Correia*, a solicitar o seguinte: “*Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde, venho pedir a V. Excelência que envie uma equipa técnica à localidade de Freixeda. Há um talude que suporta parte da rua da Costinha em Freixeda que ruiu. O local em causa é junto ao número 4. Como a rua é larga, sinalizei o local para que os carros passem sem perigo. É necessário fazer a reparação do muro/talude brevemente, para que a rua não seja danificada*”. Já passou quase um ano e não sei se houve previsão de intervenção. Se o município não tiver meios, a Junta de Freguesia pode pedir um orçamento e depois a Câmara Municipal atribuir um subsídio. Mas, sendo o município a fazer, seria preferível. O assunto fica assim registado.

Outro ponto, a sinalização em Vila Verde, solicitada a 18 de julho de 2025. Houve acidentes com animais, decidimos colocar uma lombas, que já foi instalada esta semana. Está sinalizada provisoriamente. Pergunto se podem instalar os sinais definitivos na próxima semana; senão teremos de comprar noutra lado.

Outro sinal preocupante é a paragem de estacionamento num beco, devido a conflitos, que já foi levado ao Ministério Público. Pretendemos colaborar para resolver a situação. Quanto à Estrada Municipal 578, que liga os Móveis de Lindolar ao cruzamento de São Salvador - Trindade, pedi recentemente um orçamento. A estrada tem cerca de 12.300 metros de extensão. Colocar um tapete apenas para regularizar, mantendo a largura de 6,20 metros, custaria cerca de 900 mil euros. Idealmente, seria melhor fazer uma intervenção de fundo, tipo a variante Mirandela - Valpaços. Se não for possível, poder-se-ia alargar a estrada em 80 centímetros, aproveitando espaço das valetas, muitas já destruídas, para melhorar o trânsito.

Considerando que no próximo ano vão ser gastos 850 mil euros em festas, cortar um pouco desse orçamento e arranjar a estrada seria uma boa ideia. Boas Festas para todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *ANTÓNIO MARTINS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Eu tinha três temas que não tive a oportunidade, de manhã, de falar. Uma questão era esta que o Deputado *André Geraldo* falou. Acho que já no mandato anterior houve aqui uma proposta da Assembleia Municipal no sentido de se tentar transferir a estrada para o Governo. E não sei se isso teve alguma consequência, ou seja, se houve alguma tentativa da Câmara Municipal em fazê-lo, se houve alguma recusa, na altura, do Ministério. Portanto, é legítimo aquilo que o Deputado *André Geraldo* coloca. Mas quero dizer que é otimista esse preço. Posso dizer que a estrada de Cedães, quando foi arranjada, são 22 km e foram três milhões de euros, a juntar 500.000 euros do projeto, que tem de ser feito, mais o concurso público. Se calhar não será bem para 900.000 euros, mas será uma brincadeira para 2,5 milhões. Mas eu concordo: é um investimento e, como dizia o Deputado *José Silvano*, é uma questão de prioridades e perceber o que é que tem de ser arranjado. Estou plenamente de acordo, mas eu não sei se, na altura, isso teve alguma consequência. Se mandaram para o Governo, perceber o que é que o Governo fez: se meteu aquilo na gaveta, se pensou em ajudar, por exemplo, como com a Ponte Eng. *José Machado Vaz*. Portanto, perceber o que é que efetivamente se passou



com isso. E pedia-lhe novamente se nos pode dar esse esclarecimento para a Assembleia Municipal, digamos, até à próxima Assembleia de fevereiro.

Depois, não basta arranjar estradas. Eu tive a oportunidade de trocar uns *e-mails* com o Senhor Presidente, porque é bom. Eu fui fazendo isso com o Senhor Presidente da Câmara, ainda era Vereador, mas há muita gente que não gosta que a se faça isso. Até ficam chateados quando nós fazemos isso. Mas eu sei que ele não é assim, portanto estou à vontade. Entrei quando ele entrou e sei que ele não é assim. E fui fazendo esse trabalho com ele. Mas houve duas coisas que ficaram para trás. Uma foi a revitalização da estrada de Cedães ao Mouco. Na altura, a estrada de Cedães, que vai desde Mirandela até lá cima, ao alto do Mouco, como nós lhe chamamos, teve a sinalética vertical e horizontal alterada sem qualquer fundamento. Normalmente muda-se a sinalética se houver um índice de sinistralidade muito grande ou se estamos a tentar compensar problemas rodoviários. E, na altura, fiz questão de vos transmitir isto: a estrada tem, em 22 km, apenas quatro pontos de ultrapassagem. Penso que não me estou a enganar. Está ali o Senhor Presidente da Junta de Vale de Asnes, que pode ajudar nisso.

Temos quatro pontos de ultrapassagem e o problema adensa-se nesta altura do ano. Porquê? Nós temos dois problemas graves: ou se vem atrás de um trator desde o alto do Mouco até Mirandela, a 20 ou 30 km/h, ou então temos de correr o risco de fazer uma ultrapassagem e poder estar lá a GNR. E eu não sei se isto contribui para a melhoria da segurança rodoviária ou não. Na altura, fiz questão, está recordado disso com toda a certeza, de lhe mandar uns *e-mails*, até por causa da questão das valetas e de tudo. Peço que peça à sua divisão, que normalmente faz esse trabalho de acompanhamento para depois mandar para o IP, que eu sei que vocês fazem isso, que veja como estão as valetas daquela estrada e veja a situação da alteração da sinalética rodoviária, se conseguem, juntamente com a IP, provocar isso. Porque, acredite, quem vem desde o Mouco até cá abaixo, fazer apenas ultrapassagem em quatro pontos é muito, muito complicado.

O terceiro ponto é o Alto do Prado do Castelo. Dói-me o coração quando lá subo e, já agora, já não posso sofrer, digamos, de amores por mais ninguém, como eu digo na brincadeira, e vou sofrendo do coração quando vou lá acima, quando penso no dinheiro envolvido que a Junta de Freguesia, que eu na altura presidia, lá colocou, o dinheiro que a Câmara Municipal lá colocou, o tempo das pessoas que voluntariamente lá trabalharam, e o trabalho de uma empresa que é das melhores a nível nacional na área da arqueologia. E aquilo ficou abandonado durante quatro anos. Eu sei que há relativamente pouco tempo, porque vou mantendo essa proximidade com as pessoas, foi adjudicada a estabilização da parede, e sei que esse trabalho parou porque, efetivamente, aquilo foi tomado pelo mato. Não é por desconhecimento das pessoas, porque fomos sempre fazendo esse trabalho. Nós estávamos aqui agora num ponto vital. Porquê? O PDM, novamente para o Alto do Prado do Castelo, vai passar ao lado. Portanto, já tive a oportunidade de, na diagonal, dar uma vista de olhos. Só que, relativamente a 2015, há um trabalho feito e há um trabalho publicado que é do vosso conhecimento. Há achados arqueológicos que estão na vossa posse e outros que foram confiscados até pelo Ministério Público, por causa de um curioso que andava para lá com um radar a apanhar algumas coisas.

Portanto, o ponto de partida não é o mesmo que era em 2015, e nós temos de olhar para aquele local. Porque, quando falamos na valorização do território, dói-me quando leio aqui que a valorização do Alto do Prado, o executante, penso que é a empresa que vai fazer a estabilização da parede, identificou a necessidade de limpeza da vegetação para cumprir o contratado, tendo o Município de Mirandela averiguado que a solução iria desenvolver. Optou-se ainda por introduzir um plano de visita que melhora as condições de fruição. Neste momento, aguarda-se decisão superior sobre os passos a dar. Não sei de quem é essa decisão superior, se é do senhor presidente, se é de quem tem a tutela da área, mas eu pedia-lhe encarecidamente isto: a mim diz-me muito e diz muito a muita gente do território. Acreditem nisto. Aquele marco arqueológico é muito importante para o concelho de Mirandela, mais do que aquilo que muita gente julga.

Vocês têm um trabalho que está feito, têm uma publicação que foi feita. Não há ninguém que possa dizer que desconhece aquilo. Muito pelo contrário: nós fizemos uma apresentação pública desse trabalho. Portanto, peço-lhe encarecidamente isso. Olhem para ali. Eu disponibilizo-me a lá ir novamente, se for necessário, ir lá com alguém. Mas aquele local não pode voltar a ficar esquecido. Sob pena de ele desaparecer neste momento.

Portanto, resta desejar umas Boas Festas a todos e boas entradas.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

Relativamente à questão do muro do talude da Freixeda, tivemos dois procedimentos para reparar os muros que caíram. Provavelmente não foram feitos todos ao mesmo tempo. Aquilo foi adjudicado a uma empresa e vou confirmar se este está lá. Julgo que esteja, porque não tenho conhecimento de nenhum muro que não esteja devidamente contextualizado. A empresa, depois, por ordem, vai fazendo, e pode ter demorado algum tempo. Vou verificar. Relativamente à sinalização, não sei se já foi lá alguém da Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, se já solicitou ou não. Vou inteirar-me do assunto.

Relativamente à questão da estrada, que é transversal a todos, ainda bem que há unanimidade em reconhecer a necessidade de o acesso ao IP2 ser reclassificado ou de haver aqui intervenção. A nossa intenção é insistir novamente nesta matéria para que a estrada seja reclassificada. Mas até lá, como este processo demora algum tempo, vamos ter de fazer alguma reparação no pavimento, porque não pode manter-se no estado em que está.

Relativamente à estrada de Cedães, dizer-lhe que há um projeto trabalhado com a IP no que diz respeito à sinalização. O que eles dizem é que tem de ser assim, face à velocidade máxima permitida e ao tipo de veículos. Estes espaços de ultrapassagem são os possíveis legalmente. Eu próprio sou utilizador dessa estrada e sei bem que, quando apanhamos um trator à frente, nunca mais saímos dali. Isso é uma realidade. Coloquei esse assunto aos engenheiros, e eles responderam com questões técnicas relacionadas com a segurança, às quais não podemos fugir.

Relativamente ao Alto do Prado do Castelo, está adjudicado à empresa ERA Arqueologia, que tem capacidade e especialização nesta matéria. Foi adjudicada a manutenção do achado arqueológico, pelo menos para que o que está não se perca até surgir nova oportunidade. A questão da desmatação vou ter de me inteirar dela, porque não está no meu horizonte, essa informação. Lamento, pode ser até que, infelizmente, isto esteja do meu lado e não seja falta de resposta minha, mas sempre lhe dei respostas dentro do possível.

Nós percebemos sempre que há aqui questões que têm a ver com fracos recursos financeiros face a necessidades ilimitadas. Desta natureza, temos aqui muitos mais sítios que também estão carentes de intervenção, nomeadamente o Castro da Torre Dona Chama. Temos outros por aí fora também, mas este, o achado arqueológico que está lá, é para preservar. Está adjudicado e agora vou perceber essas nuances da desmatação que temos de fazer também.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *LUÍS GUIMARÃES* disse:

Para finalizar, temos ainda a última intervenção do público. Pergunto se alguém se quer inscrever para intervir? Não havendo inscrições, resta-me agradecer a vossa anuência neste prolongamento.

Só dizer que, não estando aqui o Senhor Presidente da Junta de Carvalhais, recordar que no dia 21, domingo, vai decorrer a Feira da Couve Penca, em Carvalhais. Estão todos convidados. E também a Feira dos Reis.

Obrigado pela vossa compreensão e resistência, quer dos elementos do Executivo, quer dos Deputados Municipais, quer do público. Desejo a todos um Bom Natal e obrigado pelo dia de trabalho.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelas Senhoras Secretárias.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 20 horas e 30 minutos.

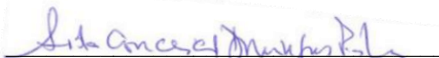
O Presidente da Assembleia Municipal;


Luís Augusto de Melo Guimarães

A 1.º Secretária da Mesa da Assembleia Municipal;


Rita Bárbara Pires Messias

A 2.º Secretária da Mesa da Assembleia Municipal;


Aida da Conceição Domingues Palas